

Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

**Em torno de Michel Foucault e Luis Buñuel: saber e poder  
na análise de *O Discreto Charme da Burguesia***

Priscila Canova Motta

São Carlos - SP  
2014

PRISCILA CANOVA MOTTA

**Em torno de Michel Foucault e Luis Buñuel: saber e poder  
na análise de *O Discreto Charme da Burguesia***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Nádea Regina Gaspar

São Carlos - SP  
2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M921tm Motta, Priscila Canova.  
Em torno de Michel Foucault e Luis Buñuel : saber e poder na análise de *O Discreto Charme da Burguesia* / Priscila Canova Motta. -- São Carlos : UFSCar, 2015.  
111 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Análise do discurso. 2. Foucault, Paul-Michel, 1926-1984. 3. Portolés, Luis Buñuel, 1900-1983. 4. Saber. 5. Enunciado. 6. Verdade. I. Título.

CDD: 401.41 (20ª)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

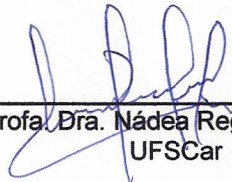
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

---

**Folha de Aprovação**

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a defesa de dissertação de Mestra em Ciência, Tecnologia e Sociedade da candidata Priscila Canova Motta, realizada em 12/12/2014:




---

Prof. Dra. Nádea Regina Gaspar  
UFSCar



---

Prof. Dra. Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso  
UEM



---

Prof. Dr. Daniel Ribeiro Silva Mill  
UFSCar

À minha mãe Lair e a meu pai Gilberto,  
por despertar meu encantamento sobre as coisas do mundo.

## AGRADECIMENTOS

À **Dra. Nádea Regina Gaspar**, orientadora, professora que não se intimidou com a minha falta de experiência acadêmica e esteve ao meu lado orientando, aconselhando, estimulando e acreditando em meu trabalho. Exemplo de educadora que tem inspirado minha prática diária. Paulo Freire disse que “Ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade”, e assim foi minha caminhada durante esses dois anos de pesquisa, sob a orientação desta educadora extremamente competente e responsável, mas acima de tudo generosa e que compartilhou seu conhecimento, transformando este capítulo da minha vida numa experiência maravilhosa.

À minha família, **minha mãe Lair, Júnior, Marcelo, Mariana, Tia Elza e Tio Roque**, que me acalmaram e ampararam sempre com muita paciência em tantos momentos dessa caminhada, restituindo minhas energias quando estas faltaram. Sem vocês isto não seria possível.

A **meu pai** que, apesar de muito dolorosa e saudosamente não estar mais presente, sempre me inspirou com seu olhar aguçado, mente e coração abertos.

Aos **professores do Programa de Pós-Graduação** em Ciência, Tecnologia e Sociedade, por dividir seu conhecimento.

A **Paulo Lazaretti**, secretário do Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologia e Sociedade, pela disponibilidade e apoio.

Aos **professores Dr. Roberto Leiser Baronas e Dr. Daniel Mill**, pelas sugestões, questionamentos e contribuições tão importantes para esta pesquisa, no momento do exame de qualificação e da defesa.

A **todos os colegas do LANADISI** - Laboratório de Análise do Discurso da Imagem- com quem vivenciei experiências maravilhosas.

Aos **colegas Pedro e Huri**, companheiros nessa jornada.

Ao **Sesc** - Serviço Social do Comércio - que estimula seus funcionários a estudar sempre.

A meus gerentes **Mauro Jensen, Fabio Rodrigues**, e à coordenadora **Carla Carolina**, por seu apoio incondicional a esta jornada.

A meus colegas do Curumim, **Eduardo Carneiro, Danilo Lopes, Michelle Stravinsky e Caroline Daniel**, que seguraram as pontas e deram respaldo para que eu terminasse minha dissertação.

**Aos pesquisadores e teóricos de análise do discurso**, que me deram suporte.

**A Vilma**, que nos bastidores esteve sempre presente.

**A Rosa**, que salvou minha vida com suas revisões maravilhosas.

**A Belinha, Tina, Karen e Lya**, pelo amor incondicional.

Aos amigos de uma vida inteira, **Sílvia, Carlos, Kika, Flávia, Andréia, Vanessa e Ana Beatriz**, pelo carinho.

E devo acrescentar que meu sonho, meu sonho pessoal, não é exatamente construir bombas, pois não gosto de matar pessoas. Mas gostaria de escrever livros-bombas, quer dizer, livros que sejam úteis precisamente no momento em que alguém os escreve ou os lê. Em seguida, eles desapareceriam. Esses livros seriam de tal forma que desapareceriam pouco depois de lidos ou utilizados. Os livros deveriam ser espécies de bombas e nada mais. Depois da explosão, se poderia lembrar às pessoas que esses livros produziram um belíssimo fogo de artifício. (FOUCAULT, 2012, p.259).



## RESUMO

MOTTA, P. C. **Em torno de Michel Foucault e Luis Buñuel: saber e poder na análise de O Discreto Charme da Burguesia.** 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, 2014.

O objetivo desta pesquisa é analisar o filme *O Discreto Charme da Burguesia*, de Luis Buñuel (1972), por meio de alguns conceitos do referencial teórico-metodológico de Michel Foucault: “saber” e “enunciado discursivo” em suas relações com o “poder” e “verdade”, e buscar compreender o poder em seu exercício no filme, e não apenas em seus efeitos. Partindo de alguns princípios sobre “saber” em Foucault, mapeamos um enunciado fílmico que apareceu em algumas sequências, qual seja: **“O barulho que oculta a discreta violência da burguesia”**. Diante disso, pudemos avaliar “poder e verdade”, noções essas que se fizeram insistentemente presentes na materialidade do filme, solicitando mecanismos de análise. Realizamos, então, reflexões sobre esses princípios por meio da teoria arqueogenealógica de Michel Foucault, para depois aplicá-los na análise do filme. A pesquisa apresenta também aspectos da vida de Luis Buñuel, traça relações entre a ditadura militar deste filme e a ditadura militar brasileira, além de pontuar a experiência deste diretor com o movimento surrealista, sua criação católica e o exílio na Espanha em momento de ditadura. Tudo isso Buñuel revela em sua obra. Estabelecemos, também, antes da análise, um diálogo entre Marx e Foucault no que se refere à questão do poder em relação à compreensão de “burguesia”.

**Palavras-chave:** Michel Foucault. Saber e Enunciado. Poder. Verdade. Luis Buñuel. Filme. Burguesia. O Discreto Charme da Burguesia.

## ABSTRACT

MOTTA, P. C. **Around Michel Foucault and Luis Buñuel:** knowledge and power in the analysis of *The Discreet Charm of the Bourgeoisie*. 2014. 110 f. Dissertação (Master in Science, Technology and Society) – Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, 2014.

The objective of this research is to analyze the film *The Discreet Charm of the Bourgeoisie* by Luis Buñuel (1972), by means of some concepts of the theoretical and methodological framework of Michel Foucault: "knowing" and "discursive statement" in its relations with the "power and truth", and seek to understand the power in your workout in the film, and not only in its effects. Starting with some basics about "knowing" in Foucault, we mapped one filmic statement which appeared in some sequences, which is: **"The noise that hides the discrete violence of the bourgeoisie."** Therefore, we assess the "power and truth," these notions that became persistently present in the materiality of the film, prompting analysis mechanisms. Then conducted reflections on these principles by theory arqueogenealógica Foucault, then apply them to the analysis of the film. The research also presents aspects of the life of Luis Buñuel, traces relations between the military dictatorship of this movie and the Brazilian military dictatorship, and punctuate the experience of the director with the Surrealist movement his Catholic creation and exile in Spain in time of dictatorship. Buñuel all this shows in his work. We also established prior to analysis, a dialogue between Marx and Foucault in relation to the issue of power in relation to understanding the "bourgeoisie."

**Keywords:** Michel Foucault. Knowledge and Utterance. Power. Truth. Luis Buñuel. Film. Bourgeoisie. *The Discreet Charm of the Bourgeoisie*.

## SUMÁRIO

<b>1 O DISCRETO CHARME DA BURGUESIA E EU: BREVE APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>3 MICHEL FOUCAULT E O PERCURSO METODOLÓGICO DA ARQUEOLOGIA DO SABER.....</b>	<b>17</b>
<b>4 ASPECTOS SOBRE A TEORIA GENEALÓGICA DE FOUCAULT: PODER E VERDADE.....</b>	<b>26</b>
<b>5 BUÑUEL, O SURREALISMO E O DISCRETO CHARME DA BURGUESIA.....</b>	<b>38</b>
5.1 Buñuel e o cinema surrealista.....	38
5.2 O Discreto Charme da Burguesia.....	43
5.3 Ditaduras Militares: em “Miranda” e no Brasil.....	47
<b>6 UM DISCURSO SOBRE O SUJEITO “BURGUESIA” EM BUÑUEL: DIÁLOGOS ENTRE FOUCAULT E MARX .....</b>	<b>54</b>
6.1 Marx .....	54
6.2 Foucault e Marxismo.....	66
<b>7 O BARULHO QUE OCULTA A DISCRETA VIOLÊNCIA DA BURGUESIA.....</b>	<b>87</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>

## 1 O DISCRETO CHARME DA BURGUESIA E EU: BREVE APRESENTAÇÃO

O primeiro filme de Luis Buñuel com que tive contato, com o qual, assisti com meu pai. O filme era *O Discreto Charme da Burguesia*. Meu pai adorava cinema e sempre nos levava, a mim e a meus irmãos, a sessões memoráveis. Lembro-me de que fiquei fascinada com o filme, achei-o muito engraçado e trágico ao mesmo tempo e por dias, fiquei ligando as peças do que tinha visto. É interessante como a memória funciona nesses casos. Lembro-me de que algumas sequências do filme me remeteram a fatos da ditadura militar no Brasil e, se pensarmos bem, a obra de Buñuel se comunicou comigo de uma maneira bem específica. Eu nasci durante a ditadura militar e conheci esse capítulo de nossa história através dos olhos dos meus pais e familiares. Senti uma angústia profunda ao imaginar a época da ditadura e especialmente a questão da tortura que me foi apresentada através daquelas sequências. Hoje, temos vários filmes impressionantes sobre a ditadura militar, mas para mim *O Discreto Charme da Burguesia* ficou marcado.

Outro ponto que me chamou atenção naquele filme foi a estrutura de um sonho dentro de outro sonho, e o fato de não ser uma história linear. Saíamos do cinema sem saber bem o que havia acontecido. Aqueles personagens desfilando pela tela em situações absurdas e abusivas me deixaram em estado de choque.

Os cinemas, naquela época, não tinham o sistema de som como os de hoje. Recordo-me de que nas sequências em que os barulhos encobrem algumas falas achei que fosse algum defeito do equipamento de som, tamanho o meu estranhamento por esse recurso utilizado por Buñuel. Fui compreender o que aquilo poderia significar muitos anos depois, quando revi o filme e o achei brilhante.

Queria muito assistir a outros filmes do diretor, mas naquela época não tínhamos acesso fácil a eles. As locadoras de filmes, em sua maioria, não trabalhavam com filmes europeus, somente americanos, e assim dependíamos de festivais de cinema alternativos. Fui assistir a outros filmes de Buñuel muito mais tarde, quando então as locadoras de filmes e os canais a cabo começaram a diversificar a programação. Mas *O Discreto Charme da Burguesia* foi a obra que marcou minha vida. Foi o primeiro filme alternativo a que meu pai me levou para ver em um festival de cinema, e a primeira obra cinematográfica que conheci desconstruída e com muita crítica social. Apaixonei-me por cinema e entendi, naquele momento, que a arte é como uma janela que permite que observemos o mundo através de múltiplos olhares.

Minha formação em Sociologia veio ao encontro de um desejo de compreender melhor o mundo em que vivia, e alguns mecanismos e práticas sociais. Hoje trabalho com Arte-Educação em um programa social de educação para crianças de 7 a 12 anos. Acredito que a arte é uma ferramenta que tem potenciais incríveis de despertar nosso olhar para o mundo e para nós mesmos. As várias linguagens, cinema, teatro, literatura, dança, música, multimeios oferecem um caminho de comunicação muito potente. Elas dão voz, dizem o que pode ser dito, registram fatos, denunciam, delineiam e transformam.

Quando resolvi fazer a Especialização em Discurso e Leitura de Imagem, entrei em contato com outro universo. Neste curso, muito instigante, conheci teorias de análise de imagem fixa e em movimento. Também fui apresentada à teoria de Michel Foucault e, novamente, meu mundo virou do avesso. Fiquei impressionada com as possibilidades e caminhos de pesquisa que este filósofo traçou. Fiz uma análise de outro filme de Buñuel, *O Anjo Exterminador*<sup>1</sup>, com referencial teórico de Foucault, como trabalho final para esse curso. Após o término da Especialização, senti vontade de continuar os estudos e, imaginar a possibilidade de realizar uma análise de *O Discreto Charme da Burguesia*, em especial, foi muito estimulante. No Mestrado, foi-me dada a possibilidade de realizar uma análise mais profunda desta obra. Em alguns momentos foi como voltar no tempo e estar ali com meu pai, no cinema, fascinada e surpresa com cada sequência poderosa que Buñuel nos oferece.

O que realizei nesta pesquisa foi a análise deste filme de Buñuel, que entrou para a história da minha vida pessoal e despertou em mim a vontade de ver mais, de enxergar além, de perceber as pequenas nuances do mundo em que vivemos. Espero que esta análise, feita por meio do viés foucaultiano, desperte a curiosidade de reflexão a respeito dos temas explorados por Buñuel.

---

<sup>1</sup> GASPAR, N.; PAJEÚ, H. M.; MUSSARELLI, F.; ANDRETTA, P. I. S.; TORRES, R. F.; PERREIRA, A. B. (Org.). **Discurso e Leitura de imagem**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

## 2 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar *O Discreto Charme da Burguesia*, de Luis Buñuel (1972), por meio de alguns conceitos do referencial teórico metodológico de Michel Foucault: “saber” e “enunciado discursivo” em suas relações com o “poder” e “verdade”.

Analisar audiovisuais demanda compreender diversos processos teórico-metodológicos que são específicos para a análise fílmica, pois o que se observa é que um filme possui diversas manifestações de linguagens, as quais são compostas pela escrita, as imagens, a sonora, como também a das vestimentas, dos espaços arquitetônicos, entre outras. Analisar audiovisuais demanda compreender diversos processos teórico-metodológicos que são específicos para a análise fílmica, pois o que se observa é que um filme, no caso, possui diversas manifestações de linguagens, as quais são compostas por imagens, escrita, sonora, como também a das vestimentas, dos espaços arquitetônicos, entre outras. Sendo assim, a análise de um audiovisual requer do analista que ele se aproprie de teorias, tais quais as da Semiologia fílmica<sup>2</sup>; da Semiótica<sup>3</sup>; da Análise do Discurso de linha francesa, como ficaram conhecidas no Brasil<sup>4</sup>.

Neste sentido, adotamos para a análise do filme *O Discreto Charme da Burguesia*, de Luis Buñuel (1972), aspectos da teoria arqueogenealógica de Michel Foucault.

---

<sup>2</sup> Para quem tiver interesse nos estudos da semiologia fílmica, dentre outros do autor, ver: METS, C. **A significação no cinema**. São Paulo: Perspectiva, 1972. Tradução de: Jean-Claude Bernardet.

<sup>3</sup> Para quem tiver interesse nos estudos da semiótica, que trata também de textos sincréticos (escritos e/ou visuais), sob perspectivas diferenciadas de, por exemplo, Greimás e Peirce, dentre outros, ver: BARROS, D. L. P. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 1990. Ver também: SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. 4. ed. São Paulo: Iluminuras, 2005. AUMONT, J. **A imagem**. 2. ed. Campinas: São Paulo, 1995.

<sup>4</sup> Há diversas perspectivas de teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, sobre as quais, atualmente, os pesquisadores têm-se debruçado para analisar também textos não verbais, como é o caso das imagens. Dentre elas destacamos a do filósofo francês: PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: EDUNICAMP, 1988. Também a do teórico russo da Filosofia da Linguagem, que foi introduzido na França por Julia Kristeva, uma das pesquisadoras do Grupo de Michel Pêcheux: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. E, também: BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. Para finalizar estas indicações de leitura sobre análise fílmica neste trabalho, ainda sob a perspectiva da Análise do Discurso francesa, as obras de Michel Foucault. Dado nosso interesse por esse teórico, foco central como teoria desta pesquisa, deixamos sinalizadas algumas das suas obras nas referências.

Essa escolha teórica feita por nós, aplicada ao filme também escolhido por nós, deu-se por diversos motivos, dentre os quais os que seguem:

a) Queríamos analisar, nesse momento, este filme e não outro, por algumas das razões expostas no capítulo um;

b) Queríamos conhecer melhor o posicionamento de Michel Foucault, principalmente, no que diz respeito a sua compreensão sobre a arqueologia do saber. Ou seja, o que poderíamos destacar em um filme de uma hora e meia? Quais sequências analisar? Quais cenas? Estas questões referem-se a enunciados fílmicos verbais e não verbais pronunciados efetivamente nos audiovisuais. Foucault nos ajudou a encontrá-los, destacá-los e analisá-los.

c) Queríamos compreender as relações existentes entre as sequências que seriam analisadas e suas relações com o poder e a verdade. Isto porque Foucault possui teorias que relacionam o saber, o poder e a verdade, e que dizem respeito a compreender o poder em seu exercício e não apenas em seus efeitos.

d) À medida que a pesquisa foi-se definindo, concentrarmo-nos também em aspectos da vida de Luis Buñuel, e no cinema surrealista. Deste modo, buscamos também traçar essas relações.

e) A vida de Buñuel levou-nos ainda a desejar delinear e estudar algumas relações entre Marx, teórico principal do posicionamento deste diretor, e Foucault.

Assim, o que possibilitou a análise deste filme, com esse aporte teórico, é o fato de opções e recortes teóricos precisarem ser feitos, tendo em conta, no caso, o ponto de vista maior da Análise do Discurso de linha francesa, sendo Michel Foucault um dos representantes desta teoria.

Ter olhado para este filme por tal via analítica, e revelar as práticas discursivas entre as relações de saber e poder ali apresentadas têm grande relevância, pois apontar focos de poder é uma forma de luta. Para Foucault,

Cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder [...]. E se designar os focos, **denunciá-los**, falar deles publicamente é uma luta, não é porque ninguém ainda tinha tido consciência disto, mas porque falar a esse respeito – forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez o que fez, designar o alvo – é uma primeira inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder. Se discursos como, por exemplo, os dos detentos ou dos médicos de prisões são lutas, é porque eles confiscam, ao menos por um momento, o poder de falar da prisão, atualmente monopolizado pela administração e seus compadres reformadores. (FOUCAULT, 2013b, p. 138, grifo nosso).

Essa “denúncia” e alguns delineamentos dos efeitos de poder é o que Buñuel buscava em seus filmes. No caso de *O Discreto Charme da Burguesia*, mesmo sendo uma obra de

ficção surrealista, há ecos verídicos de contornos de realidades, com fatos históricos de muitas nações, inclusive do Brasil, como se poderá observar na análise.

No capítulo três, portanto, iniciamos o traçado teórico-metodológico arqueo-genealógico de Michel Foucault. Adiantamos que o filósofo não realizou pesquisas especificamente a respeito da imagem em movimento, mas ele deixou sinalizado sobre a importância dessas serem realizadas em, dentre outros, “A arqueologia do saber” (2008)<sup>5</sup> e, além disso, diversos pesquisadores têm-se debruçado em vincular estudos foucaultianos aos audiovisuais, com resultados bastante promissores<sup>6</sup>. Nesse capítulo foram aplicados conceitos para identificar o enunciado fílmico, ou seja, para se compreender quais saberes ali poderiam ser explorados na análise. Foi possível, por meio da análise do conceito sobre “enunciado”, o qual solicita que se observe: “sujeitos”, “materialidade”, “série” e “relações associativas” apreender diversos enunciados. Dessa forma, elegemos um deles para a análise: **“O barulho que oculta a discreta violência da burguesia”**.

No capítulo quatro, ainda no percurso de Foucault, vinculamos aspectos sobre o “saber”, já estudados anteriormente, com os conceitos de “poder” e “verdade”, pois eles é que são aplicados ao filme *O Discreto Charme da Burguesia*.

No capítulo cinco, nosso olhar se concentra em aspectos da vida de Luis Buñuel e do cinema surrealista, mirando o filme *O Discreto Charme da Burguesia* e também traçando relações entre a ditadura militar deste filme, de cunho aparentemente ficcional, e a ditadura militar brasileira, ocorrida entre 1964 e 1985. Isto porque acreditamos que conhecer a vida de Buñuel e suas influências são essenciais para observar o que foi expresso em seu discurso fílmico. Sua experiência com o movimento surrealista, sua criação católica e o exílio de uma Espanha que viveu uma ditadura rígida são marcas visíveis em sua obra.

No capítulo seis, estabelecemos um diálogo entre Marx e Foucault, no que se refere à questão do poder em relação à compreensão de ambos sobre “burguesia”. Sendo assim, há a necessidade, primeiro, de se recorrer a Marx e a outros historiadores marxistas para observarmos o conceito de formação de burguesia em classe. Depois, buscamos traçar alguns paralelos entre Foucault e o marxismo para compreender a posição de Foucault a respeito da burguesia.

---

<sup>5</sup> FOUCAULT, M. Ciência e saber. In: \_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. [S.l.]: Forense Universitária, 2008. 1 arquivo digital. p. 218. Outras arqueologias.

<sup>6</sup> GASPAR, N. R. **Foucault na linguagem cinematográfica**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa)– Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.



No capítulo sete, procuramos demonstrar a aplicação dos conceitos “saber” e “enunciado discursivo” em suas relações com o “poder” e “verdade” de Michel Foucault, tal como exposto no capítulo quatro, por meio da análise fílmica e aplicação desses conceitos em várias sequências do filme *O Discreto Charme da Burguesia*, do diretor Buñuel (1972).

Por meio desse discurso fílmico pudemos compreender melhor o universo de Buñuel e seu posicionamento com relação ao mundo em que viveu. Com este filme perpetua-se e reitera-se o posicionamento de Buñuel em relação aos governos ditatoriais, seu posicionamento frente, no caso, à Igreja Católica, bem como ao movimento da burguesia e às suas práticas. O diretor revela esse discurso em 1972, na França, porque ali e naquele momento foi possível a emergência desse enunciado.

Iniciemos a exposição mais detalhada desta dissertação, começando por Foucault e aspectos da teoria arqueológica.

### **3 MICHEL FOUCAULT E O PERCURSO METODOLÓGICO DA ARQUEOLOGIA DO SABER**

O mundo globalizado e as novas tecnologias de informação permitem-nos entrar em contato com as mais variadas teorias. As novas formas de se fazer pesquisa e as novas correntes teóricas nos influenciam como pesquisadores a realizar pesquisas de maneiras alternativas. Questionar cânones, descentrar conhecimentos e degustar novas formas de se fazer análises é parte do exercício de pesquisar.

Ao optar, assim, pelo referencial teórico de Michel Foucault fizemos uma escolha ousada, pois este filósofo ao longo de toda sua carreira fez o exercício de questionar teorias e metodologias já estabelecidas e aceitas. Não pelo prazer em denegrir o estabelecido na Ciência; ao contrário, o que ele buscou foi inserir ditos humanos científicos com os não científicos. Essas relações, sem dúvida, são propostas mais propícias e amplas para as análises, pois não se restringem ao universo e separações estanques entre Ciência e o que não é do campo científico. Traçar relações entre Ciência e não Ciência é o que ele chamou, grosso modo dizendo, de “saber”. Analisar os saberes é o que ele definiu como modelo “arqueológico”.

A “Arqueologia do Saber” é, portanto, e grosso modo ainda dizendo, o “método” proposto por Michel Foucault para relacionar e analisar discursos sobre um dado tema, vinculando os científicos aos não científicos.

Analisar discursos, sob o ponto de vista do referencial teórico de Foucault, significa sair de uma zona de conforto e seguir caminhos alternativos que estabelecem recortes diferentes para as pesquisas, no caso, sociais. O mais estimulante nessa trajetória é que a teoria de Foucault não nega outros caminhos, apenas aponta possibilidades mais amplas, porém seguras.

Sob esta ótica, a escolha de se analisar filmes aponta para o terreno dos discursos não científicos. A linha de pesquisa do Mestrado ao qual nos atrelamos é em Linguagem, Comunicação e Ciência. Assim, este trabalho vincula-se também à perspectiva dos estudos das linguagens e, nela, optamos pelos estudos da Análise do Discurso de cunho foucaultiano. Foucault não buscou compreender frases, palavras, sílabas, etc., ou seja, ele não se prendeu a estudos vinculados à Semiologia e tampouco à Semiótica, embora de modo algum desprezasse tais teorias. Ele se centrou em sua proposta - analisar discursos vinculando-os ao poder. E é isso que almejamos neste trabalho.

Foucault foi um filósofo preocupado com a vida dos homens na atualidade e observou as coisas ditas, ou melhor, o que permite que algo seja manifesto, materializado através dos discursos, imagens ou sons em determinada época e local. Para Foucault (2008b), isto ocorre por meio da análise dos discursos, pois é ela que pode revelar acontecimentos. O que foi dito e materializado em algum lugar por alguém e estudado, posteriormente, pode revelar acontecimentos do passado. Olhar ao nosso redor é perguntar-nos sobre os acontecimentos, sobre possibilidades de se analisar os discursos ditos e reapresentados, via análise discursiva. Estes surgem no local e momento em que foram produzidos, mas, podem reaparecer em tantos outros locais, e serem ditos por outros sujeitos, em textos diferenciados.

No contexto do que estamos dizendo, o filme que aqui será analisado revela acontecimentos discursivos, como se verá, pois ele foi produzido em plena época da ditadura militar.

Foucault (2007), em suas pesquisas, observa como se dá a relação do homem com o mundo através da linguagem:

A linguagem confere a perpétua ruptura do tempo e continuidade do espaço, e é na medida em que analisa, articula e recorta a representação, que ela tem o poder de ligar através do tempo o conhecimento das coisas. Com a linguagem, a monotonia confusa do espaço se fragmenta, enquanto se unifica a diversidade das sucessões. (FOUCAULT, 2007, p. 160).

É por meio da linguagem, de como ela é apresentada e analisada, que conseguimos visualizar as múltiplas facetas humanas e como o homem apreende e perpetua os acontecimentos do mundo a seu redor. Nesse sentido, a função do analista é de muita responsabilidade, pois ele precisa se concentrar no que foi dito, o que significa olhar para o que foi dito, para as manifestações das linguagens, para os discursos.

Foucault (2008b) entende que os discursos são práticas de vida, que se materializam em textos e quando analisados discursivamente revelam essas práticas, que se tornam discursivas. Os discursos são compostos por enunciados, e estes podem ser vistos por meio de associações que os próprios discursos manifestam e movimentam. Ou seja, são práticas discursivas que estão diretamente ligadas às relações de saber e poder.

Analisar discursos, assim, leva-nos a observar as relações históricas presentes que nos mostram as práticas que se perpetuam naquele discurso.

Para Foucault (2008b), analisar um objeto de discurso depende de condições:

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa "dizer alguma coisa" e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa

estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação - essas condições, como se vê, são numerosas e importantes. Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. Mas esta dificuldade não é apenas negativa; não se deve associá-la a um obstáculo cujo poder seria, exclusivamente, de cegar, perturbar, impedir a descoberta, mascarar a pureza da evidência ou a obstinação muda das próprias coisas; o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas. (FOUCAULT, 2008b, p. 50).

Analisar o filme *O discreto Charme da Burguesia*, portanto, significa perceber que esta obra é uma produção com uma historicidade, carregada de discursos que revelam práticas sociais. O discurso para Foucault (2008b) delinea uma realidade que é produzida dentro de relações de poder, compondo diversos saberes. Sobre a prática discursiva o teórico (2008) afirma:

[...] gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos. "As palavras e as coisas" é o título - sério - de um problema; é o título - irônico - do trabalho que lhe modifica a forma, lhe desloca os dados e revela, afinal de contas, uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2008b, p. 55).

Para Foucault (2008b), nosso olhar deve se ater às práticas, e todas as práticas estão ligadas às relações de poder e saber que as engendram. O discurso está além das palavras e do que simplesmente as frases ou imagens em si, isoladas, expressam, mas é algo com regularidades próprias.

São as regularidades discursivas que precisamos buscar dentro de um campo discursivo para compreender esse "sistema de formações conceituais", como ele (2008) mesmo diz:

Os elementos que nos propomos a analisar são bastante heterogêneos. Alguns constituem regras de construção formal; outros, hábitos retóricos; alguns definem a configuração interna de um texto; outros, os modos de relações e de interferência entre textos diferentes; alguns são característicos

de uma época determinada, outros têm uma origem longínqua e um alcance cronológico muito grande. Mas o que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhe são específicos, é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros: a maneira, por exemplo, pela qual a disposição das descrições ou das narrações está ligada às técnicas de reescrita; a maneira pela qual o campo de memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto; a maneira pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados etc. É esse feixe de relações que constitui um **sistema de formação conceitual**. (FOUCAULT, 2008b, p. 65, grifo nosso).

Por “sistema de formações conceituais” entende-se hoje que são enunciados discursivos que, juntos, formam um dado discurso (ou formação discursiva).

Foucault (2008b) se refere ao discurso como uma prática que regimenta alguns enunciados e explica que a língua e o enunciado não são a mesma coisa, estão interligados, pois,

Se não houvesse enunciados, a língua não existiria; mas nenhum enunciado é indispensável à existência da língua (e podemos sempre supor, em lugar de qualquer enunciado, um outro enunciado que, nem por isso, modificaria a língua). A língua só existe a título de sistema de construção para enunciados possíveis; mas, por outro lado, ela só existe a título de descrição (mais ou menos exaustiva) obtida a partir de um conjunto de enunciados reais. Língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência; e não podemos dizer que há enunciados como dizemos que há línguas. Mas basta, então, que os signos de uma língua constituam um enunciado, uma vez que foram produzidos (articulados, delineados, fabricados, traçados) de um modo ou de outro, uma vez que apareceram em um momento do tempo e em um ponto do espaço, uma vez que a voz que os pronunciou ou o gesto que os moldou lhes deram as dimensões de uma existência material? (FOUCAULT, 2008b, p. 96).

Observamos enunciados, na prática de análise desta pesquisa, tendo em vista os saberes discursivos emanados do filme de Luis Buñuel (1972), *O Discreto Charme da Burguesia*. Assim, mediante tantas cenas e sequências, quais enunciados escolher para a análise? Como selecioná-los? Como descrevê-los? Como associar os saberes oriundos das materialidades fílmicas e relacioná-los com os poderes que também se encontram dispostos, juntamente, nos enunciados das cenas e sequências selecionadas?

Foucault oferece o caminho quando propõe que o analista se atenha a observar os enunciados não somente da língua, ou da imagem, ou do som, mas os discursivos.

Como encontramos um enunciado discursivo neste filme, seguindo a proposta foucaultiana? É o que buscaremos agora delinear.

No posfácio de sua obra *A Arqueologia do Saber*, afirma:

Na verdade trata-se de descrever discursos [...]. Gostaria de mostrar que essas unidades formam domínios autônomos, embora não independentes; regrados, embora em contínua transformação; anônimos e sem sujeito, ainda que integrem tantas obras individuais [...]. Gostaria de revelar, em sua especificidade, o nível das “coisas ditas”: sua condição de aparecimento, as formas de seu acúmulo e encadeamento, as regras de sua transformação, as descontinuidades que as escondem. O domínio das coisas ditas é o que se chama arquivo; o papel da arqueologia é analisá-lo. (FOUCAULT, 2008b, p. 242).

Para Foucault (2008b), arqueologia remete à palavra escavação. Arqueologia do saber, portanto, são escavações sobre os saberes dos homens, encontradas nos textos. Para ele, os saberes se dão a ver nas relações que podem ser estabelecidas entre os discursos de cunho científico com os não científicos, ou somente um ou outro. Nessas relações, há regularidades que os unem e em que se apreende o arquivo discursivo sobre determinado tema.

A análise de um arquivo discursivo não é propriamente histórica, no sentido da disciplina e teorias da História, mas se firma em historicidades. Ou seja, Foucault oferece possibilidades para se compreender os entornos históricos ocorridos nos pronunciamentos discursivos, quais as condições físicas, sociais, políticas que giram à volta de acontecimentos geradores de discursos, para que se entenda como ocorrem as relações entre os acontecimentos.

Isto só pode ser realizado por analistas atentos aos diversos discursos pronunciados, na época, por sujeitos que podem ou não ser distintos. Como aponta o teórico:

Se faço isso, é com o objetivo de saber o que somos hoje. Quero concentrar meu estudo no que nos acontece hoje, no que somos, no que é nossa sociedade. Penso que há, em nossa sociedade e naquilo que somos, uma dimensão histórica profunda, e, no interior desse espaço histórico, os acontecimentos discursivos que se produziram há séculos ou há anos são muito importantes. Somos inextricavelmente ligados aos acontecimentos discursivos. Em um certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas. (FOUCAULT, 2012, p. 252).

Foucault (2008b) esclarece que precisamos compreender o que possibilitou que algo fosse dito e não outra coisa, naquele lugar e tempo. Isto “[...] significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época [...]” (FOUCAULT, 2008b, p. 50), pois há discursos que são interditados, interrompidos, cerceados, não divulgados, silenciados, derivando disto a necessidade de “voltas” na análise discursiva, na busca por outros planos de acontecimentos possíveis. Assim,

A arqueologia *ao invés* de considerar que o discurso é feito apenas de uma série de acontecimentos homogêneos [...], distingue, na própria densidade dos discursos, diversos planos de acontecimentos possíveis: plano dos

próprios enunciados em sua emergência singular; plano de aparecimento dos objetos, dos tipos de enunciação, dos conceitos, das escolhas estratégicas (ou das transformações que afetam as que já existem); plano da derivação de novas regras de formação a partir de regras já empregadas [...]; plano em que se efetua a substituição de uma formação discursiva por outra. Tais acontecimentos [...], são para a arqueologia os mais importantes: somente ela, de qualquer forma, pode fazê-los aparecer. (FOUCAULT, 2008b, p. 193).

Como diz Foucault (2008b, p. 93), “[...] tais acontecimentos [...], são para a arqueologia os mais importantes: somente ela, de qualquer forma, pode fazê-los aparecer [...]”. Para se descortinar os acontecimentos discursivos, necessário se faz analisar os discursos seguindo regras arqueológicas apresentadas pelo filósofo.

Assim sendo, Foucault propõe regras, princípios que sustentam a análise de um arquivo discursivo composto por enunciados que formam determinados discursos. As práticas discursivas, oriundas da vida e manifestas em enunciados, instauram os mesmos como acontecimentos, uma vez aceita a análise sob a ótica do teórico, como é exposto:

Não se trata de colocar tudo num certo plano, que seria o do acontecimento, mas de considerar que existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos. O problema é, ao mesmo tempo, distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. Daí a recusa das análises que se referem ao campo simbólico ou ao campo das estruturas significantes, e o recurso às análises que se fazem em termos de genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas. Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido. (FOUCAULT, 2013b, p. 41).

A arqueologia do saber tem o propósito de compreender os saberes pronunciados por sujeitos em torno de formações de determinados discursos, ou seja, formações discursivas e, ao mesmo tempo, revelar os poderes neles manifestos. Assim:

A análise arqueológica individualiza e descreve formações discursivas, isto é, deve compará-las, opô-las umas às outras na simultaneidade em que se apresentam, distingui-las das que não têm o mesmo calendário, relacioná-las no que podem ter de específico com as práticas não discursivas que as envolvem e lhes servem de elemento geral. (FOUCAULT, 2008b, p. 177).

As formações de dado discurso iniciam-se, na análise, com a busca dos enunciados que as irão compor. O enunciado é a “célula” do discurso, e nos dizeres de Foucault (2008b, p. 111): “De início, desde sua raiz, ele se delineia em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual”.

O enunciado faz “parte de uma série ou de um conjunto”, e é este conjunto que possibilita apontar e sistematizar que ele se encontra em uma formação discursiva. Esta deve ser sempre analisada como sendo e fazendo parte de um campo discursivo, o que significa dizer que a formação discursiva está sempre ligada a alguns saberes. Quando descrevemos um discurso específico, seja científico, religioso, político ou militar, entendemos que cada um se estrutura em uma prática discursiva específica, mas não fechada. Para o autor,

Descrever um conjunto de enunciados, não como a totalidade fechada e pletórica de uma significação, mas como figura lacunar e retalhada; descrever um conjunto de enunciados, não em referência à interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito, mas segundo a dispersão de uma exterioridade; descrever um conjunto de enunciados para aí reencontrar não o momento ou a marca de origem, mas sim as formas específicas de um acúmulo, não é certamente revelar uma interpretação, descobrir um fundamento, liberar atos constituintes; não é, tampouco, decidir sobre uma racionalidade ou percorrer uma teleologia. É estabelecer o que eu chamaria, de bom grado, uma *positividade*. Analisar uma formação discursiva é, pois, tratar um conjunto de *performances* verbais, no nível dos enunciados e da forma de positividade que as caracteriza; ou, mais sucintamente, é definir o tipo de positividade de um discurso. (FOUCAULT, 2008b, p. 141).

Compreendemos que são os analistas que traçam as relações entre os enunciados discursivos, buscando dar unidade ao discurso e observando as “práticas discursivas” pronunciadas e materializadas em textos. O discurso é composto por práticas e, segundo Foucault (2008b, p. 133),

[...] é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Como ele diz:

A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido - e nenhuma outra em seu lugar. (FOUCAULT, 2008b?, p. 124).

Para elucidar que a “análise enunciativa é uma análise histórica”, no caso do filme *O Discreto Charme da Burguesia*, do diretor Buñuel (1972), percebemos isto quando o personagem do embaixador exerce práticas discursivas específicas ao falar de acordo com as “regras” e os ditames dos governos ditatoriais dos países sul-americanos daquela época, quais sejam: autoritários e repressivos.



Seguindo a proposta de Foucault (2008b), rastreamos o que foi dito sobre a ditadura militar no discurso fílmico de Buñuel, localizamos os ditos em campos discursivos, buscando identificar e relacionar aí os enunciados.

Foucault (2008b) oferece um caminho para encontrarmos a função enunciativa em seu exercício, por meio da análise da “série”, do “sujeito”, da “materialidade” e do “campo associado”.

Em se tratando de série, observa-se o enunciado que reiteradamente aparece em regularidades enunciativas, pois para Foucault:

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. (FOUCAULT, 2008b, p. 112).

Detectamos a série, no filme, em três sequências. Nelas o que se observa é a repetição de barulhos que encobre e silencia a fala de alguns sujeitos/ personagens em favor do grupo burgueses.

A primeira sequência (12':25'') é quando conhecemos os negócios ilícitos de alguns sujeitos/personagens. A segunda (45': 36'') acontece no segundo encontro do embaixador com uma terrorista. A terceira sequência (1h29': 41'') ocorre quando o grupo de burgueses em questão é preso, mas é libertado logo após.

Outra orientação de Foucault (2008b) para encontrarmos o enunciado é observar o sujeito que enuncia, e este não é necessariamente o mesmo que o autor ou, no caso, o diretor. O sujeito pode ser um ou vários. No caso desta pesquisa, os sujeitos enunciativos são vários, como se verá na análise do capítulo sete. Buñuel é o autor/diretor desta obra.

O campo associado é outra regularidade que buscamos para encontrar o enunciado. É algo que relaciona, regulariza e une os enunciados formando os discursos.

No caso desta análise, temos os campos que se associam em torno de um sujeito embaixador que aparece nas três sequências, e sempre há barulho quando ele vai tratar de seus “negócios” desonestos.

Além dos três princípios para detectar o enunciado - série, sujeito e campo associado, Foucault (2008b) define outro, a materialidade, que pode se apresentar em diversas manifestações de linguagens, como em imagens fixas e/ou em movimento, na escrita, oralidade, etc. Ou seja:

[...] a materialidade do enunciado não é definida pelo espaço ocupado ou pela data da formulação, mas por um *status* de coisa ou de objeto, jamais

definitivo, mas codificável, relativo e sempre suscetível de ser novamente posto em questão: sabe-se, por exemplo, que, para os historiadores da literatura, a edição de um livro publicado sob os cuidados do autor não tem a mesma importância que as edições póstumas, que os enunciados têm aí um valor singular, que eles não são uma das manifestações de um único e mesmo conjunto, mas sim o que é e deve ser repetido. [...] O enunciado não se identifica com um fragmento de matéria, mas sua identidade varia de acordo com um regime complexo de instituições materiais. Um enunciado pode ser o mesmo, manuscrito em uma folha de papel ou publicado em um livro; pode ser o mesmo pronunciado oralmente, impresso em um cartaz, reproduzido por um gravador [...]. O regime de materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal. (FOUCAULT, 2008b, p. 115).

A materialidade, no filme, é vista na imagem em movimento, nos sons, no roteiro, na legenda do filme.

É dessa maneira que Foucault (2008b) define como podemos encontrar o enunciado em sua prática, isto é, por meio destes quatro princípios: série, sujeito, campo associado e materialidade.

Desta maneira é que conseguimos destacar em *O Discreto Charme da Burguesia* um enunciado comum: **“O barulho que oculta a discreta violência da burguesia”**.

Na pesquisa deste filme serão apontados os segmentos fílmicos que ressaltam o enunciado mencionado. Serão traçadas relações entre os elos das práticas discursivas que Buñuel manifestou nesta obra de ficção e fatos reais ocorridos na década de 1970. Destacaremos nas sequências escolhidas a relação entre elas e a história de vida de Luis Buñuel, os fatos relativos à ditadura militar no Brasil, e o discurso da Igreja Católica. Isto é possível devido à identificação do enunciado discursivo e, para tanto, aplicaremos os conceitos arqueológicos na descoberta do mesmo. Foi isto que Foucault denominou por saber. O saber que será analisado por meio da análise discursiva.

Para Foucault (2008b), apreender somente as relações de saber não é o suficiente para desenrolar um emaranhado de acontecimentos. Faz-se necessário, também, compreender as relações de poder que se entrelaçam ao saber. É importante perceber todo o emaranhado ao redor, relacionando os mecanismos de saber e poder, além de estratégias ali envolvidas para captar a verdade do que está sendo dito, no caso, no discurso fílmico de Buñuel. É o que faremos a seguir.

#### 4 ASPECTOS SOBRE A TEORIA GENEALÓGICA DE FOUCAULT: PODER E VERDADE

Tendo em vista que esta pesquisa busca realizar uma reflexão sobre o filme *O Discreto Charme da Burguesia*, de Luiz Buñuel (1972), e que este filme clama, vamos dizer assim, por posicionamentos teóricos que deem respaldo sobre a questão do poder, já que é a respeito disso que também ele trata, e que, por fim, Michel Foucault é um dos teóricos que ofereceu especial atenção às relações entre “poder” e “verdade”, é que neste capítulo delinearemos melhor estes conceitos foucaultianos embasados na teoria genealógica para aplicá-los, depois, na análise do filme em questão.

Foucault (2012, p. 224), no excerto abaixo, demonstra uma de suas preocupações quanto às questões relacionadas à verdade/poder e saber/poder:

Há efeitos de verdade que uma sociedade como sociedade ocidental, e hoje se pode dizer sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade/poder, saber/poder que me preocupam.

Ao instituir a proposta de estudo sobre as relações entre saberes e poderes, fundamentada na arqueologia do saber (2007, 2008) e na genealogia do poder (2001, 2002, 2010, 2012, 2013), o filósofo aponta que nos distanciemos de uma pesquisa uniformemente epistemológica. Isto porque a epistemologia considera a verdade e o conhecimento como parte da Ciência, e a arqueologia estabelece o estudo do homem no universo dos saberes.

No que diz respeito ao poder, Foucault sempre buscou apreender o problema do poder em suas relações com o saber e a verdade, e ele (FOUCAULT, 2012, p. 221) afirma que quis fazer “[...] toda uma série de análises do poder [...]”. Procurou compreender, dentre outros, quais mecanismos de poder são determinados para se produzir um discurso científico, e como são gerados os efeitos de poder dentro desse processo. Um dos propósitos de suas análises foi o de realizar conexões entre os saberes. Roberto Machado, na Introdução da *Microfísica do Poder* (2013b), chama a atenção para:

A questão do poder não é o mais velho desafio formulado pelas análises de Michel Foucault. Surgiu em determinado momento de suas pesquisas, assinalando uma reformulação de objetivos teóricos e políticos que, se não estavam ausentes dos primeiros livros, ao menos não eram explicitamente colocados, complementando o exercício de uma arqueologia do saber pelo projeto de uma genealogia do poder. (MACHADO, 2013, p. 7).

Foucault se preocupou essencialmente com as relações entre o saber e o poder e como isso atinge o homem, o sujeito, especificamente. A análise arqueológica tem como objeto, principalmente, os saberes humanos que foram (e são) apresentados em um determinado tempo histórico; saberes esses advindos das práticas discursivas. A análise genealógica busca apreender as mudanças das formações de discursos que geram saberes constituídos por relações de poder. Machado (2013, p. 11) explica a diferença entre a análise arqueológica e a genealógica:

Digamos que a arqueologia ao procurar estabelecer a constituição dos saberes privilegiando as inter-relações discursivas e sua articulação com as instituições, respondia a *como* os saberes apareciam e se transformavam. Podemos então dizer que a análise que em seguida é proposta tem como ponto de partida a questão do *porquê*. Seu objetivo não é principalmente descrever as compatibilidades e incompatibilidades entre saberes a partir da configuração de suas positivities; o que pretende é, em última análise, explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes.

Percebemos então que as análises de Foucault, arqueológicas e/ou genealógicas têm como objeto principal apreender os saberes humanos. Foucault (2008b, p. 204) entende por saberes

[...] esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar [...]. Um saber é aquilo que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico [...]; um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso [...]; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso [...]. Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma.

Foucault (2008b) observa os saberes por meio das práticas discursivas, que são os meios pelos quais os sujeitos enunciam falando, escrevendo, filmando, fotografando, etc. Essas produções, materializadas no formato de documentos, de textos, filmes são as materializações de práticas que os “homens” – sujeitos - fizeram para discursivizar sobre dado tema, em dada época, em dado local, produzindo saberes.

Foucault (2008b, p. 207) explica ainda que, ao contrário das análises puramente epistemológicas que percorrem o eixo “consciência-conhecimento-ciência”, a arqueologia do saber, que tem como eixo teórico procedimentos para analisar discursos, perfaz o caminho “prática discursiva-saber-ciência”. Com isso, o autor legitima as práticas discursivas advindas

de outros saberes que ainda são pouco estudados no campo da Ciência, como os dos presidiários, dos pacientes psiquiátricos, dos homossexuais, e que estão materializados, por exemplo, como no caso desta pesquisa, em filmes que veiculam narrativas muitas vezes não consideradas científicas no âmbito da Ciência.

Considerando os saberes como componente intrínseco da proposta discursiva arqueológica, Foucault (1972, p. 17), na obra “A ordem do discurso”, atrela o saber ao poder quando argumenta que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar [...]”. Dessa forma, há discursos que são considerados e viabilizados como verdadeiros, amparados por práticas e suportes institucionais que os legitimam, e outros que poderiam ser legitimados como verdadeiros, mas que são coibidos ou, muitas vezes, não são veiculados, ou mesmo não são considerados no meio social e científico.

Sendo assim, é necessário na análise discursiva levar-se em conta a veiculação dos saberes em relação aos poderes que ambos engendram, pois é nesta relação que se percebe, dentre outros, a produção de verdades. Roberto Machado (2013, p. 28) afirma que para Foucault o “[...] fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder [...]”. Ou seja:

Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber [...] todo saber assegura o exercício de um poder [...] todo agente do poder vai ser um agente de constituição de saber, devendo enviar aos que lhe delegaram um poder um determinado saber correlativo do poder que exerce. (MACHADO, 2013, p. 28).

Foucault entende que a maneira de se compreender as relações de saber e poder é analisando os textos, por meio dos discursos, apreendendo as verdades ali contidas.

Por verdade, o teórico explicita:

[...] o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema. Há regiões onde esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados, onde o procedimento pelos quais se pode chegar a enunciar as verdades é conhecido previamente, regulados; São, em geral, os domínios científicos. No caso das matemáticas, é absoluto. No caso das ciências, digamos empíricas, já é muito mais flutuante. E depois, afora as ciências, têm-se também os efeitos de verdade ligados ao sistema de informações: quando alguém, um locutor de rádio ou televisão lhe anuncia alguma coisa, o senhor acredita ou não acredita, mas isso se põe a funcionar na cabeça de milhares de pessoas como verdade, unicamente porque foi anunciado daquela maneira, naquele tom, por aquela pessoa, naquela hora. (FOUCAULT, 2012, p. 227).

Observamos no excerto acima que “há regiões onde esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados, onde o procedimento pelos quais se pode chegar a enunciar as verdades é conhecido previamente, regulado”, ou seja, os “domínios científicos”. Mas, também, os efeitos de verdade ocorrem em domínios não científicos, “ligados ao sistema de informação”.

Ainda no que diz respeito aos domínios científicos, Foucault (2012, p. 235) enfatiza que a ciência prioriza o que é, ou julga ser, a verdade. Contudo, ainda uma vez, ele vincula a verdade aos mecanismos de saber contidos nos textos e aos de poder, como segue.

Desde Platão sabe-se que o saber não pode existir totalmente independente do poder. Isso não significa que o saber está submetido ao poder, pois um saber de qualidade não pode nascer em tais condições. O desenvolvimento de um saber científico é impossível de compreender sem considerar as mudanças nos mecanismos de poder [...] não se pode pensar o progresso do saber científico sem pensar mecanismos de poder. (FOUCAULT, 2012, p. 263).

As verdades, assim, encontram-se nos enunciados discursivos. Foucault (2013b, p. 279) afirma que “somos submetidos pelo poder à produção de verdade e só podemos exercê-lo através da produção de verdade”, e, no mesmo segmento, completa:

No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas. Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder.

A verdade é gestada e gerada devido a complexas formas de coerções, dependendo de cada sociedade e dos seus “regimes de verdade”, “sua política geral de verdade”, que produzem efeitos de poder:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2013b, p. 52).

Se cada sociedade, em suas particularidades, tem “sua política geral de verdade”, Foucault (2013b, p. 52) elucida que, historicamente, a “economia política” da verdade como um todo apresenta cinco características específicas e marcantes:

[1] a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; [2] está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); [3] é objeto, de várias formas, de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo

social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); [4] é produzida e transmitida sob controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); [5] enfim, é objeto de debate político e de confronto social ( as lutas “ideológicas”).

Roberto Machado (2013, p. 27) explica que as análises de Foucault concebem o saber em sua “materialidade prática” qual “[...] peça de um dispositivo político que, como tal, se articula com a estrutura econômica. Ou, mais especificamente, a questão para ele é a de como se formaram domínios de saber a partir de práticas disciplinares [...]” de poderes. Dessa forma,

A disciplina implica num registro contínuo de conhecimento. Ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber. O olhar que observa para controlar não é o mesmo que extrai, anota e transfere as informações para os pontos mais altos da hierarquia de poder? As características de poder disciplinar são aspectos inter-relacionados. [...] Mas além de serem inter-relacionadas, umas servindo de ponto de apoio às outras, essas técnicas se adaptam às necessidades específicas de diversas instituições que, cada uma à sua maneira, realizam um objetivo similar, quando consideradas do ponto de vista político. (MACHADO, 2013, p. 23).

Nessas relações entre saber e poder e efeitos de verdade daí derivados que Foucault assentou o projeto genealógico. O projeto genealógico de Foucault, de acordo com Roberto Machado (2013, p. 28), indica que o conhecimento, seja qual for sua natureza, só existe dentro de um ambiente político e com condições específicas dentro das quais “[...] se formem tanto sujeito quanto os domínios de saber [...]”.

Saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber [...] em contrapartida, todo saber assegura o exercício de um poder. (MACHADO, 2013, p. 28).

Por meio de suas análises, demonstrada ao longo de toda a sua obra, Foucault vai expondo e exemplificando a aplicação dos conceitos derivados de sua teoria arqueogenealógica, resultando com isso delineamentos de mecanismos de poder que demarcam efeitos produzidos nos discursos. Mais uma vez, observa-se o intento deste filósofo, quando formula sua teoria:

À qual regra somos obrigados a obedecer, em uma certa época, quando se quer ter um discurso científico sobre a vida, sobre a história natural, sobre a economia política? A que se deve obedecer, a que coação estamos submetidos, como, de um discurso a outro, de um modelo a outro, se produzem efeitos de poder? Então, é toda essa ligação do saber e do poder, mas tomando como ponto central os mecanismos de poder, [...] – de uma história dos mecanismos de poder e da maneira como eles se engrenaram (FOUCAULT, 2012, p. 221).

Machado (2013, p. 26) explicita que a preocupação de Foucault foi a de realizar uma composição “histórica das ciências do homem”. A genealogia teria como escopo anular a concepção de ciência como

[...] um conhecimento em que o sujeito vence as limitações de suas condições particulares de existência, instalando-se na neutralidade objetiva do universal, e da ideologia; um conhecimento em que o sujeito tem sua relação com a verdade perturbada, obscurecida, velada pelas condições de existência. Todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber. [...] todo saber é político [...] porque todo saber tem sua gênese em relações de poder. (MACHADO, 2013, p. 27).

Observamos que Foucault recusava-se a assumir o posicionamento dos que acreditam em uma dada ciência – neutra, objetiva e também ideológica -, como única e verdadeira, pois para ele a ciência também é constituída de mecanismos políticos e, assim, gera saberes daí derivados.

Além dessa preocupação em demonstrar que “todo o saber é político”, Foucault (2010b, p. 11) expõe a genealogia como um movimento que leva a “dessujeitar os saberes históricos” de uma hierarquização dos efeitos de poder, das verdades produzidas pelos discursos científicos e também a libertá-los de uma classificação rígida, o que permite algum posicionamento contrário ao “discurso teórico unitário, formal e científico”.

Para Foucault (2013b), “problema de política do enunciado científico” refere-se aos “efeitos de poder que circulam entre os enunciados científicos”. O que significa dizer que a questão está na maneira como o enunciado científico é analisado no nível do saber e do poder, ou seja:

Não é, portanto, uma mudança de conteúdo (refutação de erros antigos, nascimento de novas verdades), nem tampouco uma alteração da forma teórica (renovação do paradigma, modificação dos conjuntos sistemáticos). O que está em questão é o que *rege* os enunciados e a forma como estes se *regem* entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, susceptíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos (FOUCAULT, 2013b, p. 39, grifo do autor).

Nosso olhar deve ser para dentro dos textos. Não importa que poderes incidam sob os enunciados científicos, mas sim “[...] que efeitos de poder; como e por que em certos momentos ele [o enunciado] se modifica de forma global.” (FOUCAULT, 2013b, p. 39).

Em se tratando de saber e poder, Foucault, em seus estudos, procurou entender, dentre outros, os modos como o ser humano se torna sujeito, afirmando que o tema geral de suas pesquisas é o sujeito, o homem, e não exatamente o poder. Por isso, ele afirma não ter



desenvolvido um paradigma sobre o poder, mas busca compreender os mecanismos de poder que perpassam a sociedade:

Gostaria de observar a maneira como diferentes mecanismos de poder funcionam em nossa sociedade, entre nós, no interior e fora de nós. Gostaria de saber de que maneira nossos corpos, nossas condutas do dia a dia, nossos comportamentos sexuais, nosso desejo nossos discursos científicos e teóricos se ligam a muitos sistemas de poder que são, eles próprios, ligados entre si. (FOUCAULT, 2012, p. 252).

Foucault refletiu sobre as relações e os múltiplos mecanismos de poder e saber que são exercidos no meio social. Toda sua obra permeia a questão do poder, contudo ele não se interessou em definir o que é o poder, mas sim quais seus efeitos e dispositivos. O filósofo questiona:

O que é poder? Ou melhor –porque a pergunta: “O que é o poder?” Seria justamente uma questão teórica que coroaria o conjunto, o que eu não quero – o que está em jogo é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas. (FOUCAULT, 2010b, p. 13).

Em suas pesquisas, como dissemos anteriormente, Foucault (2013b, p. 282) teve o cuidado de observar o poder e tentar apreendê-lo “em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar”, e não buscar consequências regulares e contínuas. O autor diz que

[...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos. (FOUCAULT, 2013b, p. 282).

Em suas pesquisas Foucault (2013b) não acreditava que responder a perguntas, tais como quais são as intenções, desejos e objetivos de um suposto detentor do poder, levaria a uma compreensão dos mecanismos de poder. E, sim,

[...] estudar o poder onde sua intenção - se é que há intenção- está completamente investida em práticas reais e efetivas; estudar o poder em sua face externa, onde ele se relaciona direta e imediatamente com aquilo que podemos chamar provisoriamente de seu objeto, seu alvo ou campo de aplicação, quer dizer, onde ele se implanta e produz efeitos reais. Portanto, não perguntar por que alguns querem dominar, o que procuram e qual é sua estratégia global, mas como funcionam as coisas no nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos etc. [...] (FOUCAULT, 2013b, p. 283).

Roberto Machado (2013, p. 17) afirma categoricamente que para Foucault “[...] o poder não existe, existem práticas ou relações de poder [...]”. Machado (2013, p. 12) reitera que “[...] não existe em Foucault uma teoria geral do poder [...]”. Ou seja, o poder, para Foucault, não é algo palpável e concreto que podemos medir e apontar características gerais.

Foucault explica que o poder não está em um lugar determinado ou disseminando-se a partir de um local específico. Concretamente, o teórico aborda que o poder

[...] é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações de poder. (FOUCAULT, 2013b, p. 369)

O poder para Foucault não é algo que se possui ou se divide. O poder é exercido em diversas direções, é algo que transita e está sempre interligado. As relações de poder se dão nas práticas sociais, nas interações, e somente no concreto exercício do poder, na teia social, é onde os sujeitos tanto sofrem quanto exercem poder.

Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles [...] Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. (FOUCAULT, 2013b, p. 284).

O poder, para o teórico, não é estático nem palpável, movimenta-se em todas as direções. Percebemos aqui uma noção múltipla de poder, vários poderes exercidos em todas as direções da rede social, exercitando distintos métodos e procedimentos, como Foucault exemplifica:

A polícia, por exemplo, certamente tem seus métodos - nós os conhecemos -, mas há igualmente todo um método, toda uma série de procedimentos pelos quais se exercem o poder do pai sobre seus filhos, toda uma série de procedimentos pelos quais, em uma família, vemos se enlaçarem relações de poder, dos pais sobre os filhos, mas também dos filhos sobre os pais, do homem sobre a mulher, e também da mulher sobre o homem, sobre os filhos. Tudo isso tem seus métodos e sua tecnologia próprios. (FOUCAULT, 2012, p. 227).

Foucault discorda do posicionamento que se refere às relações de poder controladas pelo Estado ou pela dominação de distinta classe, como explicitado melhor no capítulo anterior. Ele apreende que as relações de poder se estendem além, não sendo o Estado capaz de englobar todas as esferas concretas dessas relações e mais, o Estado só consegue existir da maneira como o faz, devido a pequenas ou “micro” relações de poder.

Machado (2013, p. 14) mostra que os caminhos de Foucault nos levam a olhar para as relações que se dão “em nível capilar”. A “microfísica do poder” direciona a nossa percepção

para outro nível, é uma “consideração do poder em suas extremidades, a atenção as suas formas locais”. E o autor conclui:

O importante é que as análises indicaram que os poderes periféricos e moleculares não foram confiscados e absorvidos pelo aparelho de Estado. Não são necessariamente criados pelo Estado nem, se nasceram fora dele, foram inevitavelmente reduzidos a uma forma ou manifestação do aparelho central. Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, e nesse complexo os micropoderes existem integrados ou não ao Estado [...] essa relativa independência ou autonomia da periferia com relação ao centro significa que as transformações em nível capilar, minúsculo, do poder, não estão necessariamente ligadas às mudanças ocorridas no âmbito do Estado. Isso pode acontecer ou não e não pode ser postulado aprioristicamente. (MACHADO, 2013, p. 14).

O propósito de Foucault é perceber que o exercício dos poderes não provém apenas do Estado nem de seus “aparelhos”. O poder se organiza como uma rede que engloba a todos.

Busco, ao contrário, ver como, na vida cotidiana, nas relações entre sexos, nas famílias, entre os doentes mentais e as pessoas sensatas, entre os doentes e os médicos, enfim, em tudo isso, há inflação de poder. Dito de outro modo, a inflação de poder, em uma sociedade como a nossa, não tem uma origem única, que seria o Estado e a burocracia de Estado. (FOUCAULT, 2012, p. 228).

Mesmo em estabelecimentos extremamente hierarquizados, como as Forças Armadas, não existe uma fonte de exercício de poder única, porque tanto os comandantes como os comandados exercem poderes e se regulam de maneira recíproca e, assim, eles se mantêm.

O que seria o poder de Estado, aquele que impõe, por exemplo, o serviço militar, se não houvesse, em torno de cada indivíduo, todo um feixe de relações de poder que o liga a seus pais, a seu patrão, a seu professor - àquele que sabe, àquele que lhe enfiou na cabeça tal ou tal ideia? A estrutura de Estado, no que ela tem de geral, de abstrato, mesmo de violento, não chegaria a manter assim, contínua e cautelosamente, todos os indivíduos, se ela não se enraizasse, não utilizasse, como uma espécie de grande estratégia, todas as pequenas táticas locais e individuais que encerram cada um entre nós. (FOUCAULT, 2012, p. 226).

Foucault (2013b, p. 336) afirma que essas estratégias de poder são criadas e desenvolvidas devido a necessidades e situações em épocas específicas, as quais tomam corpo aos poucos e depois são elaboradas em “conjuntos coerentes”. Ele exemplifica com o caso dos dispositivos de poder disciplinar desenvolvidos ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Foucault (2013b, p. 126) também aborda a resistência, elucidando que todas as relações de poder apresentam resistências, já que “trata-se, ao contrário, de demarcar as posições e os modos de ação de cada um, as possibilidades de resistência e de contra-ataque

de uns e de outros”. Devido a isto, demarcar as posições dos sujeitos e os modos de ação dos mesmos, é que ele diz que

[...] não há relações de poder sem resistências; que estas são tão mais reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é a compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais. (FOUCAULT, 2012, p. 244).

Roberto Machado (2013, p. 18) argumenta que o poder para Foucault “não é um objeto, uma coisa, mas uma relação”. E essa característica deflagra que o poder está em todas as relações e as relações de poder apresentam conflitos e embates.

Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder, há resistência, não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social. (FOUCAULT, 2013b, p. 18).

As relações de poder são relações de conflito, de força, conseqüentemente, “sempre reversíveis”. Para ele:

De fato, as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável. [...] Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia, quanto maior for a resistência. [...] em toda parte se está em luta - há, a cada instante, a revolta da criança que põe seu dedo no nariz à mesa, para aborrecer seus pais, o que é uma rebelião, se quiserem- e, a cada instante, se vai da rebelião à dominação, da dominação à rebelião; e é toda essa agitação perpétua que gostaria de tentar fazer aparecer. (FOUCAULT, 2012, p. 227).

Com Foucault, o que se busca é tentar evitar o olhar do vício de pensar que todo poder é necessariamente repressivo e procurar compreender como as relações de poder se instalam nas práticas discursivas.

As práticas discursivas, que gestam e geram o poder, podem ser vistas em materialidades textuais. É nos textos, portanto, em diversas manifestações de linguagens – sonoras, escritas, audiovisuais, imagens fixas, dentre outras -, que os discursos se revelam ao analista que queira estudá-los.

Os discursos alojam os saberes humanos que, por sua vez, demonstram relações de poderes. Não há saber sem poder e vice-versa, sob o ponto de vista de Foucault.

Sendo assim, na materialidade concreta dos discursos em que se analisa os elementos que formam o sistema de poder de específico acontecimento “[...] a análise consiste em descrever as ligações e relações recíprocas entre todos esses elementos.” (FOUCAULT, 2012, p. 248). Elementos esses que associam, em uma análise complexa, relações entre os saberes e os poderes. É nesta composição que os analistas apreendem os discursos.

Para perceber os mecanismos de poder exercidos pelos sujeitos, no caso, no filme de Luis Buñuel (1972), analisamos os micropoderes visualizados em práticas vividas, que foram materializadas discursivamente e circularam em formato de audiovisual fílmico.

Dessa forma, é indispensável examinar as microfísicas dos poderes em seu funcionamento discursivo material. É necessário perceber a microfísica do poder em suas relações e redes, e deslocar a análise para a multiplicidade de poderes circulantes. A pesquisa deve apreender, portanto, o nível em que ela acontece.

Roberto Machado esclarece:

O que Foucault chamou de “microfísica do poder” significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, à medida que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo - gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos. (FOUCAULT, 2013b, p. 14).

Posto isto, Foucault demonstra que é preciso apreender como as estratégias de poder se embutem no funcionamento das microrrelações de poder. Ele alerta para o fato de que “[...] há também movimentos de retorno, que fazem com que estratégias que coordenam as relações de poder produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que, até o momento, não estavam concernidos.” (FOUCAULT, 2013b, p. 371).

As relações de poder, como dissemos anteriormente, são visualizadas nos saberes encontrados nos discursos que estão nos textos.

A produção de verdades, portanto, ocorre a todo o momento. A verdade está no que é enunciado discursivamente pelos homens, em materialidades diversas e agrega poder.

Sob o ponto de vista da materialidade fílmica, nesta pesquisa, valemo-nos de um filme de Buñuel, já que ele, em seus filmes, materializou verdades, conhecimentos, ou seja, saberes que engendram poderes.

A aplicação de alguns conceitos foucaultianos derivados de princípios advindos de *Arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2008b) ofereceu subsídios para obtermos o enunciado discursivo, e foi necessária para encontrarmos alguns dos saberes propostos por Buñuel e fazermos os recortes dos segmentos que serão, em capítulos posteriores, analisados no filme.

O enunciado discursivo que se fez presente, portanto, em algumas sequências filmicas desta obra, e que foram analisadas via procedimentos foucaultianos, diz respeito ao “silenciamento”, como se poderá ver adiante.

Os procedimentos teórico-metodológicos foucaultianos dos quais nos valem neste capítulo foram: “saber” e “enunciado discursivo” em suas relações com o “poder” e “verdade”.

Nossa análise se iniciará a partir dos acontecimentos expostos no filme *O Discreto Charme da Burguesia*, demonstrando, através do enunciado discursivo sobre o “silenciamento”, as dinâmicas de produção de sentido, mecanismos e dispositivos das relações de saber e poder. Em outras palavras, pretendemos mostrar que as práticas discursivas enunciadas por Luis Buñuel, através dos sujeitos de seu filme, estabelecem-se e consolidam-se reiteradamente no meio social ainda hoje, embora o filme não seja considerado científico e tampouco “verdadeiro”. Importante reiterar que muitos de seus filmes, inclusive este por nós analisado, embora considerados ficcionais, foram censurados em vários países de regime ditatorial.

Neste movimento da pesquisa e, neste ponto, julgamos essencial conhecer um pouco sobre a vida de Luis Buñuel, seu exílio de um país assolado por uma ditadura que durou 35 anos, sua relação turbulenta com a Igreja Católica, sua experiência com o movimento surrealista. Todos esses precedentes em sua caminhada são pontuados em sua obra e expressos em seu discurso fílmico, como veremos ao analisarmos mais detalhadamente o filme por nós escolhido.

## 5 BUÑUEL, O SURREALISMO E O DISCRETO CHARME DA BURGUESIA

Neste capítulo, nosso olhar será para aspectos da vida de Luis Buñuel, do cinema surrealista e sobre o filme *O Discreto Charme da Burguesia*. Também traçaremos relações entre a ditadura militar deste filme, de cunho aparentemente ficcional, e a ditadura militar brasileira ocorrida entre 1964 e 1985.

Buñuel teve uma carreira coroada por filmes com críticas sociais contundentes. Sua relação com o movimento surrealista e a teoria marxista o tornaram sensível à percepção das injustiças e opressões do mundo que o rodeava. Demonstrou isto desde sua primeira obra (1928) consagrada em parceria com Salvador Dali, *Um Cão Andaluz*.

A relação do diretor com a Revolução Espanhola, ainda na juventude, a ditadura de Franco e o exílio de seu país, bem como a forte religiosidade com que foi criado, deixaram marcas nítidas em sua produção, como é caso de *O Discreto Charme da Burguesia*. O filme tem como sujeito principal um embaixador de um país fictício sul-americano que vive sob regime ditatorial.

O diretor, com este filme, estava fazendo uma denúncia não apenas ao que seu país, a Espanha, sofria ainda na época com a ditadura do General Franco, mas estava deixando registrado em seu discurso fílmico indicações do que realmente acontecia na América Latina.

Iniciamos conhecendo um pouco da vida de Luis Buñuel e o surrealismo.

### 5.1 Buñuel e o cinema surrealista

Luis Buñuel nasceu em Calandra, pequena cidade de cinco mil habitantes, na província de Teruel, na Espanha. Em seu livro de memórias, quando ele (1982) escreve sobre sua cidade natal, faz uma crítica ácida sobre a estrutura de classes sociais ali perpetuada, demonstrando seu posicionamento com relação à sociedade refletida constantemente em suas obras, como segue.

Em minha cidade, onde nasci a 22 de fevereiro de 1900, pode-se dizer que a idade média prolongou-se até a primeira guerra mundial. Sociedade isolada, imóvel, marcando nitidamente as diferenças entre as classes. O respeito, a subordinação do povo trabalhador com relação aos senhores, aos grandes proprietários, pareciam imutáveis, fortemente enraizados aos hábitos antigos. (BUÑUEL, 1982, p. 14).

Podemos perceber aqui, em sua fala, a presença de uma visão crítica sobre a sociedade em que cresceu e sobre a injustiça social, quando se refere aos “trabalhadores” subordinados, aos “grandes proprietários” e ao próprio conceito de sociedade estratificada.

O diretor entrou em contato com várias teorias científicas, dentre elas a marxista, ainda muito jovem quando, em 1917, época da Revolução Comunista Russa, foi estudar em Madri. Ao se referir a essas influências que tanto ele quanto seus amigos, moradores da residência de estudantes, sofreram, explica:

Quanto ao mais devo dizer que nossa consciência política, ainda entorpecida, mal começava a despertar. Com exceção de três ou quatro de nós, foi preciso esperar os anos de 1927-28, bem pouco antes da proclamação da república para que tal consciência se manifestasse. Até então só concedíamos – com raras exceções- uma atenção discreta às primeiras revistas anarquistas e comunistas. Estas últimas nos davam a conhecer textos de Lenin e Trotsky. (BUÑUEL, 1982, p. 76).

Sua geração foi extremamente influenciada pela teoria marxista. Em seu livro de memórias podemos perceber sua concepção do termo burguesia, quando tece comentários sobre a guerra da Espanha, ocorrida entre 1936 a 1939:

Eu mesmo, alguns dias, sentia medo. Locatário de um apartamento **burguês**, perguntava-me às vezes o que aconteceria se, de repente, no meio da noite, uma brigada que não foi verificada arrombasse minha porta, para levar-me a “dar um passeio”. (BUÑUEL, 1982, p. 216, grifo nosso).

Uma grande influência na vida de Buñuel foi o movimento surrealista. Toda sua obra é permeada pela estética surrealista. Desde muito cedo já sentia compatibilidade com os conceitos surrealistas em suas produções, mesmo antes de conhecer a concepção teórica propriamente dita:

O surrealismo foi antes de mais nada uma espécie de apelo ouvido aqui e ali, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Espanha, na Iugoslávia pelas pessoas que já praticavam uma forma de expressão instintiva e irracional mesmo antes de se conhecerem. Os poemas que eu publicara na Espanha, antes de ouvir em surrealismo, comprovam esse apelo que conduzia todos nós para Paris. Da mesma maneira, Dalí e eu, trabalhando no roteiro de *Un Chien Andalou*, praticávamos uma espécie de escrita automática, éramos surrealistas sem rótulo. Havia algo no ar, como sempre acontece. Mas acrescento também, no que me diz respeito, que meu encontro com o grupo foi essencial e decidiu o resto da minha vida. (BUÑUEL, 1982, p. 145).

O pesquisador Nadeau (2008, p. 13) afirma que o movimento surrealista se estruturou nos períodos entre as duas grandes guerras mundiais, teve início em Paris, mas atingiu o mundo. O surrealismo veio no rastro de outras manifestações artísticas, como o cubismo, dadaísmo e futurismo, que já demonstravam sinais de rupturas e “[...] é, portanto, sob esses dois aspectos ao mesmo tempo, que devemos considerá-lo”.



Entre 1918 e 1940, foi o contemporâneo de acontecimentos sociais, políticos, científicos, filosóficos de primeira importância. Alguns o marcaram fortemente, a outros deu seu colorido próprio [...]. Na exposição Internacional do Surrealismo, realizada em Paris (jan. e fev. de 1938), estavam representados quatorze países. Ultrapassava fronteiras. (NADEAU, 2008, p. 14).

Ainda de acordo com Nadeau (2008, p. 52), “[...] o ano de 1924 registra a fundação oficial do grupo surrealista [...]”. Segundo o pesquisador, “[...] o movimento se agrega em torno de Breton [...]”, que publica a carta *O Manifesto do Surrealismo* e ali ele o define como

[...] automatismo psíquico em estado puro mediante o qual se propõe exprimir, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio, o funcionamento do pensamento. Ditado do pensamento, suspenso qualquer controle exercido pela razão, alheio a qualquer preocupação estética ou moral. (BRETON, 2001, p. 40).

Buñuel (1982), em seu livro de memórias, menciona sua participação no grupo surrealista e nos encontros diários que aconteciam no famoso café Cyrano, ou na casa de André Breton. Ao discorrer sobre os ideais do grupo, fica bem demarcado um posicionamento extremamente influenciado pela teoria marxista. O vislumbre de uma revolução os encantava. Afirmava que o grupo lutava “contra uma sociedade que detestavam, utilizando como arma principal, o escândalo”. Lutavam

[...] contra as desigualdades sociais, a exploração do homem pelo homem, a influência embrutecedora da religião, o militarismo grosseiro e colonialista, o escândalo pareceu-lhes durante muito tempo o instrumento revelador todopoderoso, capaz de pôr à mostra as molas secretas e odiosas do sistema que era preciso derrubar. Rapidamente alguns deles se afastaram dessa forma de ação, para passar para a política propriamente dita, e principalmente para o único movimento que nos pareceu digno de ser chamado movimento revolucionário, o movimento comunista. Daí se originaram as discussões, cisões, querelas intermináveis. No entanto, o verdadeiro objetivo do surrealismo não era criar um novo movimento literário, ou pictórico, ou até mesmo filosófico, mas sim fazer explodir a sociedade, mudar a vida. Em sua maioria - como, aliás, os *señoritos* que eu frequentava em Madri - esses revolucionários pertenciam a boas famílias. Burgueses revoltavam-se contra a burguesia. (BUÑUEL, 1982, p. 147).

Augustin Vidal<sup>7</sup> (2007), ao considerar a entrada de Buñuel no grupo surrealista, ressalta a influência que este teve na vida e obra do cineasta. Ou seja,

---

<sup>7</sup> Catedrático na Universidade de Zaragoza. Professor doutor de literatura espanhola, de cinema e outros meios audiovisuais. Professor convidado de Princeton e Nanterre (Paris X). Roterista de televisão e cinema. Escreveu mais de cinquenta livros sobre cinema, arte e literatura. Autor de vários estudos sobre Buñuel. Fonte: <http://www.conoceralautor.com/autores/ver/Mzgx>.

[...] o seu ingresso no grupo comandado por Breton supunha toda uma opção ética acima de tudo, cujas funções encaminhavam para a subversão dos valores burgueses para substituí-los por novos mais respeitosos, com o incontaminado motor do desejo. Por essa razão, aos olhos do cineasta, o surrealismo foi, acima de tudo, o herdeiro de Marqués de Sade, por sua vez, conquistador - com a máxima radicalidade por ele conhecida - da moral judaico-cristã em que havia sido educado. (VIDAL, 2007, p. 14, tradução nossa).

Buñuel (1982) descreve sua participação no grupo surrealista e deixa claro que o que o marcou e ficou para a sua vida foi “esse livre acesso às profundezas do ser, reconhecido e desejado, esse apelo ao irracional, à obscuridade, a todos os impulsos que vêm de nosso eu profundo”; e algumas noções defendidas pelo surrealismo como a de que a sociedade deveria envergonhar-se do trabalho explorado, como segue.

Acrescento que a maioria das instituições surrealistas foram exatas. Tomo apenas um exemplo, o do trabalho, valor sacrossanto da sociedade burguesa, palavra intocável. Os surrealistas foram os primeiros a atacá-lo sistematicamente, a revelar sua mentira, a proclamar que o trabalho assalariado é uma vergonha. (BUÑUEL, 1982, p. 171).

O diretor Buñuel (1982) cita um de seus filmes, *Tristana*, em que aproveitou um dos personagens, Don Lope, para fazer um discurso inflamado a um personagem mudo. O diretor marca seu posicionamento sobre o trabalho, quando diz:

[...] pobres trabalhadores. Enganados e além do mais pisados! O trabalho é a maldição. Saturno. Abaixo o trabalho que temos que fazer para ganhar a vida! Esse trabalho não nos honra, como dizem, só serve para encher a pança dos porcos que nos exploram. (BUÑUEL, 1982, p. 171).

Percebemos referências da vida pessoal de Luis Buñuel tanto no discurso que profere sobre a Igreja Católica, que é extremamente presente na cultura do povo espanhol, quanto na sua experiência de luta na Guerra Civil. Esses elementos são visíveis em toda a sua obra.

A Espanha sofreu uma Guerra Civil extremamente violenta, de 1936 a 1939, terminando com a instauração de um governo ditatorial liderado pelo General Francisco Franco, que perdurou no poder por 36 anos. De um lado da batalha estavam as forças nacionalistas e fascistas junto ao Exército, à Igreja e aos latifundiários. Do outro, a Frente Popular (sindicatos, partidos de esquerda e os partidários da democracia), base do Governo Republicano Espanhol.

A situação do país nos anos que antecederam a Guerra Civil Espanhola foi de muita instabilidade econômica e agitação popular. Isso porque, quando a república foi proclamada, na Espanha, em 1931, a expectativa do povo era a de que a Espanha realizasse uma reforma que separasse o Estado da Igreja, e que aceitassem o pluripartidarismo, além da liberdade de

expressão e organização sindical. Mas o cenário foi outro. Ocorreram muitas invasões de terras, assassinatos políticos, greves e ferozes enfrentamentos que levaram a uma Guerra Civil extremamente sangrenta.

O historiador Maurice Crouzet (1958, p. 217) descreve o General Franco como um “[...] militar prudente, tenaz, católico, odiando profundamente a franco-maçonaria e o comunismo; dispõe, (...) de um poder ilimitado, que utiliza para proceder verdadeiras chacinas, antes e depois das operações, e a centena de milhares de prisões [...]”. Em 1937, Franco declara que o país terá um regime totalitário, e Crouzet (1958, p. 217) explica que o general “[...] apoiava-se nas forças tradicionais da Espanha, como a Igreja.”

Crouzet (1958, p. 218, grifo nosso), ao descrever a ditadura na Espanha, de Franco, afirma que foi instaurado um regime fascista diferente do resto da Europa, sendo ali

[...] totalitário, mas totalmente diferente do italiano e do alemão, pelo caráter muito mais subordinado do partido em relação ao exército, pelo seu **clericalismo acentuado**, (...) trata-se, pois de um regime que, em conjunto, é muito mais tradicionalista do que seus irmãos mais velhos.

Durante a Guerra Civil, Luiz Buñuel foi trabalhar em Paris, depois nos Estados Unidos e finalmente no México, adquirindo ali a cidadania. Durante 24 anos não pode voltar à sua terra natal. Devido à ditadura vivida pela Espanha, Buñuel ficou exilado de seu país. Durante seu retorno, o medo da opressão estava “à flor da pele”.

Retornei à Espanha em 1960 pela primeira vez depois de vinte e quatro anos [...] Em 1960, naturalizado mexicano já há dez anos, pedi um visto ao consulado espanhol em Paris. Nenhuma dificuldade. Minha irmã Conchita foi esperar-me em Port-Bou para dar o alarme em caso de incidente ou detenção. Mas nada aconteceu. Alguns meses depois, dois policiais à paisana me procuraram e me informaram polidamente sobre meus meios de subsistência. Esses foram os únicos contatos oficiais com a Espanha franquista. (BUÑUEL, 1982, p. 327).

Marques (2010), em sua análise de algumas obras de Buñuel, demonstra que estas estão permeadas por símbolos religiosos, já que o diretor sofreu grande influência da religião católica. Segundo o autor,

O catolicismo no cinema de Buñuel sempre está relacionado a algo punitivo e não consolador porque a religião que lhe foi inculcada desde a infância, o catolicismo que conhecera, era extremamente severo. Espanha e Portugal foram dois países muito oprimidos por um catolicismo exagerado, mas os efeitos foram mais problematizados na Espanha e Portugal devido à influência dos árabes. O conflito de pensamentos e costumes transformou a Espanha num caldeirão em ebulição, originando um povo que acredita e vivencia valores opostos. (MARQUES, 2010, p. 60).

Deste modo, Luis Buñuel sofreu grande influência da teoria marxista em seu pensamento, e a demonstrou em suas obras com diversos elementos surreais. Percebemos também uma emergência significativa em seu discurso pela liberdade, seja em sua crítica ácida à Igreja Católica e ao exército, ou na independência estética de seus filmes. Até o final da vida, suas obras foram permeadas por toques da teoria surrealista. É possível perceber todos esses meandros no filme que será aqui analisado: *O Discreto Charme da Burguesia*.

## 5.2 O Discreto Charme da Burguesia

Luis Buñuel lança *O Discreto Charme da Burguesia* no ano de 1972, em Paris, na França. O filme fez um enorme sucesso e ganhou o Oscar de Melhor Filme Estrangeiro. Vidal (2010, p. 289) descreve “El éxito de El Discreto encanto fue enorme y con ella logro Buñuel un auténtico impacto entre el gran público. Solo em París fue vista por más de médio millón de personas.”<sup>8</sup>.

Buñuel (1982) sinaliza sobre o que queria enunciar com este filme. Percebemos isso quando fala sobre a escolha do título do filme:

Enquanto trabalhávamos no roteiro, nunca tínhamos pensado na burguesia. Na última noite foi no *Parador* de Toledo, no próprio dia da morte de Gaulle - decidimos arranjar um título. Um dos que me haviam ocorrido, com referência a *la camargnole*, dizia *A bas Lénine*, ou *la virge à l'écurie*. Um outro, simplesmente: *Le charme de la bourgeoisie*. Carrière observou que faltava um adjetivo e, entre mil, *discret*, foi escolhido. Parecia-nos que com esse título, *le charme discret de la bourgeoisie*, o filme adquiria outra forma e quase que até outro fundo. Víamo-lo de outra maneira. (BUÑUEL, 1982, p. 351).

O primeiro título imaginado por Buñuel para seu filme deixa explícitas suas intenções ao contar essa história. Com referência a *La Camargnole*, esta é, na verdade, o título de uma canção francesa, de 1792, composta logo após a prisão de Luiz XVI, e que era entoada como um canto de guerra pelos revolucionários durante a Revolução Francesa. O título cogitado *A bas Lénine*, ou seja, *Abaixo Lenin*, refere-se a Vladimir Ilyich Ulyanov, líder da Revolução Russa, de 1917, e Chefe de Estado do país. Alguém que, segundo palavras de Trotski, em

---

<sup>8</sup> Tradução livre: “O êxito de *O Discreto Charme* foi enorme e com ele Buñuel se tornou um autêntico impacto entre o grande público. Só em Paris foi visto por meio milhão de pessoas”.

uma das suas conferências, pronunciada em 27 de novembro de 1932, na Dinamarca, e traduzida para a Revista da Civilização Brasileira (1968, p.145): “desde o princípio, em sua juventude, colocou-se sob o terreno do Marxismo e voltou seu olhar para o proletariado [...]”. A ironia do título vai contra um revolucionário marxista, ícone na época, e deixa óbvio que esse seria um filme de crítica violenta à burguesia.

Fica evidente que Buñuel fazia de sua obra uma sátira contundente ao grupo que retrata nesse filme, o dos burgueses, formado pelo Embaixador, seu grupo de amigos burgueses, Igreja e o Exército. O título que escolheu *O Discreto Charme da Burguesia*, mostrou-se mais sutil do que os previamente planejados, mas marca visivelmente seu posicionamento e influências marxistas, além de mostrar uma visão pessimista da burguesia.

No filme, há um personagem principal, Embaixador Rafael Acosta, de um país fictício chamado Miranda, situado no Sul Americano. Os amigos do Embaixador são o Senhor e a Senhora Thévenot e sua irmã Florence, o Senhor e a Senhora Sénéchal, além do Bispo, Monsenhor Dufour. O Embaixador é um personagem central uma vez que, no final, o filme revela que toda a narrativa deriva de um sonho seu.

A trama gira em torno deste grupo que, entre meandros surrealistas, muitos sonhos dentro de sonhos, tenta realizar uma refeição e não consegue, pois vários eventos os impede. Buñuel (1982) explica seu roteiro:

Bastava prosseguir, imaginar diversas situações em que, sem agredir demais a verossimilhança, um grupo de amigos tenta jantar junto sem conseguir fazê-lo. O trabalho foi demorado. Escrevemos cinco versões diferentes do roteiro. Era preciso conseguir um equilíbrio exato entre realidade e a situação, que tinha que ser lógica e cotidiana, e o acúmulo de obstáculos inesperados que, no entanto, nunca deveriam parecer fantásticos ou extravagantes. O sonho veio em nosso socorro, e até o sonho dentro do sonho (BUÑUEL, 1982, p. 350).

O filme tem início com uma situação em que Buñuel descreve como fato verídico ocorrido com um amigo seu. O grupo de amigos erra o dia marcado para um jantar na casa do casal Sénéchal, que os esperava somente para o dia seguinte. Todos resolvem então sair para jantar e ao chegar ao restaurante percebem que um velório ocorre no local. O dono do restaurante insiste que servirão um ótimo jantar, mas eles decidem ir embora.

A sequência seguinte apresenta os negócios ilícitos do Embaixador, do Sr. Sénéchal e do Sr. Thévenot. Eles traficam cocaína e se aproveitam da imunidade de Rafael. Também conhecemos, nesse momento, uma “terrorista” de Miranda que persegue o Embaixador.

Em seguida, Rafael, o Sr. e a Sra. Thévenot e Florence visitam o casal Sénéchal, em sua casa. Thévenot mostra como fazer um Martini que, segundo Buñuel, é sua receita pessoal.

O casal Sénéchal, num súbito momento de paixão, resolve dar uma escapada até o jardim. Os convidados, estranhando a demora dos anfitriões, fogem com medo de que a polícia possa aparecer.

O Bispo Dufour aparece na casa dos Sénéchal para pedir emprego como jardineiro, e logo é contratado.

Aparece a primeira sequência em *leit motif*<sup>9</sup> que se repete mais três vezes. Vemos o grupo caminhando em uma estrada, num dia ensolarado. Vidal (2010, p. 281) confirma que Buñuel pensou em mostrar “uma progresión que los mostrara cada vez más exhasutos, pero temió que ello se prestrara a um simbolismo fácil (del tipo: “la burguesia marcha hacia su ocaso” o algo así) y decidio que todo fuera más neutro”<sup>10</sup>.

Posteriormente, vemos as senhoras em um café, um Tenente se senta à mesa e começa a falar de sua infância, que nos é mostrada. Como o estabelecimento não tem nada para servir, nem chá, nem café, nem leite, elas vão embora.

A Senhora Thévenot sai do café e vai até o apartamento do Embaixador, que percebemos ser seu amante. A campainha toca e é o Sr. Thévenot. Eles disfarçam, e o casal vai embora. Rafael vê pela janela a terrorista entrar em seu prédio. Ele a rende, os dois têm um embate, ele pede que ela se vá, mas ordena que seus homens a sequestrem, o que eles fazem ao levá-la embora em um carro.

Os amigos se reúnem novamente na casa do casal Sénéchal para jantar. O Bispo Dufour aparece e, em conversa com Rafael, mostra sua total ignorância sobre Miranda. Surge então um Coronel com sua tropa, mas que eram esperados apenas para o dia seguinte. A anfitriã prepara a casa para acomodar todos para a refeição. Assim que se sentam para comer, um Sargento aparece com a mensagem de que a tropa deve partir. Mas antes conta um sonho que, de acordo com Vidal (2010, p. 282), era um sonho recorrente de Buñuel, em que o personagem está andando por uma rua deserta, encontra-se com um primo morto e depois com sua mãe também morta. Logo a tropa se retira e o Coronel convida a todos para jantar em sua casa. Chegam de carro com todos do grupo muito bem vestido e entram em local que parece estar em reforma. O mordomo os acomoda na mesa e, quando são servidos, percebem que estão no palco de um teatro cheio de pessoas a observá-los.

---

<sup>9</sup> Reiteração do tema.

<sup>10</sup> Uma progressão que os mostrava cada vez mais exaustos, mas temia que se prestaria a um simbolismo fácil (do tipo: a burguesia marcha ao seu acaso, ou algo do assim). E decidiram que tudo fosse mais neutro.

Segundo Vidal, esse era mais um sonho recorrente de Buñuel. Mas percebemos que esse é um sonho do qual acorda o Sr. Sénéchal. E logo todos estão na casa do Coronel, em uma recepção. Alguns convidados assediam o Embaixador com perguntas sobre a situação política e social de Miranda, o que incomoda muito Rafael, que pensa em partir. O Coronel insiste nas informações sobre homicídios em Miranda, e o Embaixador ofendido mata-o a tiros. Mas tudo não passava de um sonho do Sr. Thévenot, que acorda assustado.

Temos, novamente, o *leit motif* do grupo caminhando na estrada pela segunda vez.

O Bispo, a seguir, está vestido de macacão e cuida do jardim da Senhora Sénéchal, quando alguém o chama para dar uma extrema unção. Chegando ao local, o moribundo confessa que matou os pais do religioso. Dufour o abençoa e o perdoa como Bispo, mas antes de ir embora mata-o com um tiro.

Novamente, o grupo se reúne para uma refeição à casa dos Sénéchal. A polícia aparece e prende todos eles. Na delegacia, dois policiais falam sobre um Brigadeiro sangrento que aparece e assombra a delegacia todo dia 14 de junho, e vemos esse Brigadeiro torturando um jovem. Mas tudo não passava de um sonho do Comissário de Polícia, que recebe um telefonema do Ministro para soltar o Embaixador e seus amigos.

Depois de soltos, encontram-se novamente na casa dos Sénéchal para jantar. Quando eles finalmente conseguem, juntos, comer algo, são abordados por um grupo armado que invade a casa e mata todos. No início do filme, o Sr. Sénéchal comenta que um bando de Marseillais suspeitava deles. Provavelmente, esse é o grupo que os ataca. Mas tudo não passava de um sonho do Embaixador, que acorda com fome.

O filme termina com a sequência, de novo, do grupo caminhando na estrada, ou seja, *leit motif* pela terceira vez.

O personagem principal, Embaixador Rafael Acosta, representa o governo de um país fictício da América Latina. Na década de 70, muitos países viviam sob o regime ditatorial militar. Buñuel, através deste personagem, faz denúncias a este sistema de governo, quando faz referências em seu discurso à situação política econômica e social de Miranda, bem como a movimentos estudantis, terroristas (como eram entendidos na época), sequestros, tortura e assassinatos.

Ao término desta sinopse fílmica de *O Discreto Charme da Burguesia*, do diretor Buñuel (1972), observamos relações entre a ditadura militar deste filme, de cunho aparentemente ficcional e a ditadura militar brasileira, que aconteceu de 1964 a 1985. Embora de modo sincrético, traçaremos alguns paralelos sobre isso a seguir.

### 5.3 Ditaduras Militares: em “Miranda” e no Brasil

Ao assistir ao filme *O Discreto Charme da Burguesia*, não podemos deixar de reparar em várias sequências em que aparecem alusões a fatos ocorridos no Brasil durante os anos da ditadura militar. Situações como a tortura de um jovem com choque elétrico, referências ao assassinato de estudantes rebeldes, e o rapto de uma “terrorista” que assediava o Embaixador nos remetem à realidade que o Brasil viveu.

Buñuel deixou registrado neste filme uma denúncia contundente sobre a ditadura militar, por isso a importância de nos atermos um pouco nesse capítulo da história tão recente de nosso país.

O golpe militar ocorrido no Brasil, no dia 31 de março de 1964, pôs fim a qualquer sonho de um país democrático. O país estava a vislumbrar 21 anos de uma sangrenta ditadura militar. A deposição pelos militares do então Presidente eleito João Goulart teve apoio de vários políticos civis. Alfred Stepan (1975, p. 159) explica: “[...] entretanto, este tipo de apoio civil a um movimento militar é altamente intraduzível em apoio a um governo militar [...]”. Uma vez que ficou claro que a intenção dos militares era a de não eleger um novo presidente, esses políticos mudaram sua posição de apoio. Muitos outros políticos civis sofreram cassações e foram acusados de corrupção pelo governo militar, ou seja, “entre 1967 e 1968, foi instituída uma série de decretos que declaravam ofensa punível, desacreditar publicamente nos militares.” (STEPAN, 1975, p. 160).

Logo seguiram outras formas de controle do governo militar à vida civil. Em 1968, no dia 13 de dezembro, passou a vigorar o Ato Institucional número 5 (AI5). Com isso, praticamente toda liberdade de expressão foi tolhida, pois, dentre outros, esse Ato autorizava o Presidente da República a agir em detrimento da Constituição Federal, a cassar os direitos políticos de qualquer pessoa por dez anos, a retirar mandatos de Deputados e Vereadores. Também proibia manifestações de compleição pública, em casos de crimes políticos. Além de que, apresentou rígida censura aos meios de comunicação. E, mais assustador, anulava o direito a *habeas corpus*<sup>11</sup>.

Para os Estados Unidos, como assegura Skidmore (1988, p. 208), o AI5 foi “[...] um gigantesco retrocesso na marcha do país para o regime constitucional [...]”. O jornal norte-

---

<sup>11</sup> Na Constituição Federal do Brasil encontramos: “Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer, ou se achar ameaçado de sofrer, violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.” (Art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal) (BRASIL, 1988).



americano *The New York Times*, de 18 de dezembro de 1968, trouxe estampado em seu editorial:

[...] os líderes militares comportam-se como crianças mimadas e empurraram ainda mais para o futuro o dia com que os brasileiros sonham em que a gigantesca nação assumirá uma posição de liderança respeitada nas Américas e no mundo. (SKIDMORE, 1988, p. 208).

Em contrapartida, os brasileiros se rebelaram, dentre outros modos, saindo às ruas em protestos, e, nesse momento, o governo percebeu a força de um dos movimentos que protestavam: os movimentos estudantis. A polícia, a mando dos militares, como diz Martins Filho (1996), reprimiu-os de forma extremamente violenta, com perseguições, prisões, tortura e assassinato. No discurso que proferiu no quarto aniversário da “Revolução”<sup>12</sup> de 1964, Costa e Silva faz menção indireta ao movimento estudantil: “eles pedem sangue, mas o país prosseguirá sem sangue porque não estamos com a idéia de violência.” (MARTINS FILHO, 1996, p. 42). O que aconteceu foi bem diferente, os ataques aos movimentos estudantis foram extremamente violentos, resultando em perseguições e prisões.

Nas décadas de 60 e 70, os movimentos estudantis eclodiram no mundo todo. Foram anos propícios para a irrupção e manifestação desses acontecimentos, já que o mundo experimentava uma enorme revolução cultural. Todas as manifestações estudantis desse período perpassaram vários países do mundo e, no Brasil, não foi diferente. Em particular o ano de 1968 foi profundamente marcado por esses movimentos, pois foi um ano de verdadeiros exercícios democráticos por parte dos estudantes, mas também de muitos confrontos violentos entre eles e a polícia. Assim,

O movimento estudantil funcionou, assim, como principal porta-voz dos descontentamentos da sociedade frente ao regime Militar. Por outro lado, o resumo já feito sobre a linha das organizações de esquerda que atuavam no Brasil mostrou que, naquele momento, tomava força a argumentação dos que consideravam esgotadas as possibilidades de conquistar a democracia por meios pacíficos. E foi visto, também, que a maioria das organizações que se lançaram à luta armada recrutou seus militantes especialmente no meio universitário. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 134).

Octavio Ianni (1993), em sua obra *O Labirinto Latino Americano*, conjectura sobre como o Estado militarizado pode ser uma regressão no processo democrático, ou seja, um “golpe de estado”, “a recorrência autoritária à ditadura” que mesmo com um povo que, na época, resistia,

[...] todos caíam na rede: dirigentes sindicais, jovens que tinham sido membros de um centro estudantil, jornalistas que não eram devotos à

---

<sup>12</sup> Muitos estudiosos questionam a legitimidade desta denominação, qual seja: “Revolução”. Hoje o fato é mais conhecido como Golpe de 1964.

ditadura, psicólogos, sociólogos por pertencer a profissões suspeitas, jovens pacifistas, freiras, e sacerdotes [...] gente que havia sido denunciada por vingança pessoal e por sequestrados submetidos à tortura. (IANNI,1993, p. 76).

Não sabemos ao certo, mesmo nos dias de hoje, a estatística real das pessoas que sofreram prisões, torturas e desapareceram durante o governo militar no Brasil. Skidmore (1988) aponta alguns números referentes ao início do golpe:

O número de detidos em consequência do golpe só pode ser estimado, pois não divulgaram dados oficiais a respeito: provavelmente o total variou entre 10.000 e 50.000. Muitos foram libertados dentro de dias, e, outros, de semanas. Chegaram talvez a centenas os que sofreram torturas prolongadas (mais de um ou dois dias) [...]. No entanto, permanecia o fato de que elementos da polícia e das forças armadas, devidamente autorizados, recorreram à tortura. (SKIDMORE,1988 p. 58).

Ações consideradas terroristas se tornaram muito frequentes na época, em geral para chamar a atenção e simpatia da população. Muito comuns, também, eram os assaltos a bancos e o dinheiro, segundo Skidmore (1988), servia para subsidiar as operações.

Precisando de dinheiro, aprenderam a técnica de roubar banco e no começo de 1968 já estavam subtraindo verdadeiras fortunas de intuições bancárias escassamente policiadas. Estes ataques tornaram-se “uma espécie de exame de admissão para a aprendizagem das técnicas de guerra revolucionária”, nas palavras de Marighela. (SKIDMORE, 1988, p. 176).

As ações “terroristas” ou de guerrilha urbana, no Brasil, ficaram mais conhecidas devido ao sequestro do embaixador americano Elbrick, em quatro de setembro de 1969, mas elas também exerciam outras ações, como explica Beraldo (1981), em sua obra *Guerrilhas e Guerrilheiros*:

As guerrilhas urbanas, na época, consistiam, principalmente, em invasões e tomadas de rádios para divulgação de manifestos, sequestros políticos com objetivo de libertação de companheiros [...], expropriação de bancos e carros pagadores para o financiamento dessas e outras atividades. Além disso, vários aviões foram tomados e levados para fora do país. (BERALDO, 1981, p. 255).

Na América Latina, em 1970, outros embaixadores foram sequestrados por guerrilheiros, como aponta Skidmore (1988):

Em março, o embaixador da Alemanha ocidental Von Sprei foi morto por guerrilheiros guatemaltecos quando o governo se recusou a libertar 24 prisioneiros políticos. Em julho, o assessor de assuntos policiais dos Estados Unidos Daniel Mitrone foi sequestrado e morto pelos Tupamaros quando o governo uruguaio se recusou a negociar sua libertação. (SKIDMORE, 1988, p. 234).

O pesquisador Skidmore (1988) indica ainda que a guerrilha urbana abusou dessa ação terrorista e também foi responsável pelo sequestro de outros embaixadores, como Nobuo

Okuchi, cônsul geral do Japão, em São Paulo; Ehrenfried von Holleben, embaixador da Alemanha Ocidental; e o embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher.

Alfred Stepan (2011), em sua obra *Os Militares*, defende que o período de maior repressão e violência por parte do governo militar perdurou do ano de 1968 a 1972. Também nesse momento foi o de maior recrudescimento da resistência popular:

A partir do final de 1968 e até início de 1972, o Brasil testemunhou, de um lado, um surto de resistência de guerrilha urbana e em menor escala rural e, de outro, o fortalecimento significativo da tendência de linha dura entre os militares brasileiros dentro do exército. Em 13 de dezembro de 1968, os chefes militares de linha dura deram o mais violento golpe militar da história brasileira quando baixaram o Ato Institucional número 5, fecharam o Congresso, censuraram a imprensa e cassaram os direitos políticos de figuras eminentes, prendendo até alguns, da sociedade civil e política. Esse foi o período em que se verificou a existência da tortura em larga escala e da repressão intensa, centralizada e descentralizada, empreendida pelas forças de segurança. (STEPAN, 2011, p. 31).

Em 1969, há registros de o governo brasileiro utilizar os mais bárbaros métodos de tortura. Skidmore (1988) acredita que a tortura transformou-se em um “instrumento de controle social” que intimidava os mais jovens, desestimulando-os a entrar na luta:

[...] o governo brasileiro estava agora, em meados de 1969, usando todos os meios (tortura de crianças na presença de seus pais, e estupro de uma mulher por uma verdadeira quadrilha diante do seu marido foram documentados), para obter informações necessárias ao extermínio da ameaça guerrilheira. As torturas dos suspeitos, às vezes, duravam até dias, meses, mesmo quando os inquisidores já haviam perdido a esperança de extrair a mínima informação. A tortura transformara-se em horrível ritual, num ataque calculado à alma e ao corpo. (SKIDMORE, 1988, p. 181).

Nos últimos anos, várias informações sobre isso têm vindo à tona. Hoje temos várias obras e relatos sobre esses fatos, mas na época essas vozes eram brutalmente silenciadas. Os meios de comunicação sofriam com a censura e manifestações de opinião poderiam ser consideradas atos subversivos.

A propaganda subversiva podia englobar todo tipo de atividade, como indica o texto da Arquidiocese De São Paulo (1985, p. 159): “[...] aulas, atividades artísticas, publicações, edição de livros, panfletagens e pichamento de paredes [...]”. Para o governo militar, subverter significava tentar mudar o que estava estabelecido; as ações eram, portanto, passíveis de condenação.

O livro *Tortura Nunca Mais*<sup>13</sup> é uma dessas obras e faz um relato impressionante sobre a tortura no Brasil: “O emprego sistemático de tortura foi peça essencial da engrenagem repressiva posta em movimento pelo regime militar que se implantou em 1964 [...]” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985 p. 203), como segue:

Do abuso cometido pelos interrogadores sobre o preso, a tortura no Brasil, passou, com o regime militar, à condição de “método científico”, incluído em currículos de formação de militares. O ensino deste método de arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro aprendizado. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 32).

A tortura foi utilizada no Brasil com bastante regularidade durante esse período. Era realizada em homens, mulheres e até crianças, filhos de acusados de práticas subversivas. A tortura, nesses casos,

[...] não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir á vitima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentavam sobre relações efetivas de parentesco. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 43).

Grande parte das pesquisas sobre tortura nesse período no Brasil revela que esses atos estão relacionados em grande parte a um órgão: “Destacamento de Operações Internas (DOI)” (STEPAN, 2011, p. 46).

Foram criados, também, Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) comandados por militares e, conforme Skidmore (1988, p. 256): “num nível abaixo ficava o DOI”, que era um núcleo local. O CODI de São Paulo funcionava na sede do Destacamento de Operações Internas (DOI), conhecido como DOI-CODI. Este Destacamento foi criado em 1970 e, segundo o projeto *Tortura Nunca Mais*, tinha controle de todos os órgãos de segurança de sua região “sejam das Forças Armadas, sejam das policias estaduais e federais”. Dessa forma,

Dotados de existência legal, comandados por um oficial do Exército, providos com dotações orçamentárias regulares, os DOI-CODIs, passaram a ocupar o primeiro posto na repressão política e também nas denúncias sobre violações aos Direitos Humanos. Mas tanto os DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) como as delegacias regionais do DPF (Departamento de Polícia Federal) prosseguiram atuando também em faixa própria, em todos os níveis de repressão: investigando, prendendo,

<sup>13</sup> Este livro, organizado pela Arquidiocese do Estado de São Paulo, apresenta os resultados de um projeto de pesquisa chamado “Brasil Nunca Mais”, que durou cinco anos. Nele foram analisados processos políticos da Justiça Militar, de 1964 a 1979.

interrogando e, conforme abundantes denúncias, torturando e matando. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 74).

Existem muitos relatos sobre os “desaparecidos” durante esses 21 anos de ditadura militar que o Brasil vivenciou. Stepan (2011, p. 46) ressalta que:

[...] nos período de 1968 a 1970, os grupos da guerrilha foram responsáveis por 49 mortes, e o governo por sessenta. No mesmo período, houve 216 processos legais, formais, contra guerrilheiros e sete guerrilheiros “desapareceram” depois de terem sido capturados. Em 1974-1975, entretanto, nos anos em que as guerrilhas tinham sido claramente derrotadas e a abertura tinha começado, os “desaparecimentos” ultrapassaram o número de procedimentos legais.

No final do ano de 1970, segundo Skidmore (1988, p. 249), a guerrilha urbana estava praticamente extinta, e o início de 1972 deu a impressão de uma diminuição nos casos de tortura. Mas em meados deste mesmo ano, ele (SKIDMORE, 1988, p. 249) afirma que o presidente Médici informava que “[...] as restrições às liberdades civis continuariam por causa da ameaça subversiva [...]”. O autor no mesmo excerto relata que a Anistia Internacional, em setembro de 1972, encontrou “[...] 1076 casos de tortura no Brasil praticados por nada menos que 472 torturadores [...]”, ou seja:

[...] o governo Médici afirmou que tinha que proteger o público contra os conspiradores que queriam mergulhar o Brasil no caos. “Guerra é guerra”, respondiam os oficiais do exército, quando indagados sobre os métodos que usavam em seus interrogatórios. (SKIDMORE, 1988, p. 249).

Mas em 1974, a guerrilha no Brasil já não mostrava mais sinais de força. Beraldo (1981, p. 257) afirma que, “[...] quando o general Ernesto Geisel assumiu a Presidência, em 1974, a guerrilha no Brasil já era coisa do passado [...]”. Mas as prisões políticas e torturas não cessaram, sendo analisadas até 1979 pelo projeto Tortura Nunca Mais.

A ditadura militar no Brasil foi e ainda é um assunto delicado e dolorido, mas que não podemos esquecer para não repetir esse caminho. Contudo, nossa exposição sobre esse acontecimento político brasileiro refere-se ao filme *O Discreto Charme da Burguesia*, uma vez que Buñuel (1972) expõe, em estilo surrealista, esses acontecimentos que foram tão reais e ainda são tão contemporâneos.

O filme é uma obra que apresenta ao espectador um personagem principal obviamente preocupado com sua posição política e com os fatos que o rodeiam. Rafael, como dito anteriormente, é um embaixador de um país da América Latina, nos anos 70, que vivia claramente sob um regime ditatorial violento e com todos os reveses possíveis, incluindo tortura, guerrilha e movimentos estudantis, como se verá no capítulo da análise discursiva.

Ressalta-se que, em meio a esses acontecimentos políticos brutais que estavam ocorrendo em toda a América Latina, uma teoria oferecia respostas significativas para o enfrentamento da situação: o marxismo.

Luis Buñuel em sua juventude entrou em contato com a teoria marxista através do marxismo russo e mais tarde através do grupo surrealista, do qual fez parte, como revelou em suas memórias. Essa influência pode ser percebida quando o diretor expõe as outras opções para o título de seu filme. Uma das ideias era “abaixo Lenin”, o que justifica que a teoria marxista permeou sua obra. A própria expressão “burguesia”, leva-nos diretamente ao conceito marxista deste termo. Por isso buscamos esse referencial marxista, para compreendê-lo melhor bem como realizar uma contrapartida com o pensamento de Foucault, que é nosso referencial teórico, sobre seu entendimento em aspectos de Marx e a burguesia.

## 6. UM DISCURSO SOBRE O SUJEITO “BURGUESIA” EM BUÑUEL: DIÁLOGOS ENTRE FOUCAULT E MARX

O objetivo deste capítulo é compreender o conceito de burguesia, uma vez que ela percorre todo o filme. Os sujeitos a serem analisados são os “burgueses”, o enunciado encontrado por nós se refere a este grupo “**O barulho que oculta a discreta violência da burguesia**”, assim como as relações de poder e saber explicitadas por Foucault perpassam a noção de burguesia.

Recorremos, então, à definição de Karl Marx sobre burguesia, além de outros historiadores marxistas para expormos aspectos acerca da teoria marxista. Como nosso referencial teórico é Michel Foucault, neste capítulo também pontuamos o posicionamento do filósofo sobre a teoria marxista.

### 6.1 Marx

Karl Marx (1818-1883), formado em direito e doutor em filosofia, demonstrou cedo em suas obras grande preocupação com o trabalhador, o operário e as classes baixas. Fez análises sobre o funcionamento do sistema capitalista, da formação e relações de classes e defendia a necessidade de grandes mudanças em todos os processos do sistema capitalista vigente. Conforme Gianotti (1978, p. XII): “Marx proclamava, pois, a luta de classes como motor da história, e o proletariado como o germe que deveria subverter a estrutura da sociedade moderna.”

Seu encontro com Friedrich Engels ocorreu devido à produção em conjunto de sua primeira obra: *A Ideologia Alemã*, escrita entre 1845 e 1846, mas publicada apenas em 1932. Juntos redigiram *O Manifesto Comunista*, em 1848 e, segundo Gianotti, (1978, p. XVI): “o texto abre-se com uma análise da luta de classes e termina convocando os operários do mundo inteiro à união.”

Para compreendermos aspectos sobre a noção de burguesia, objeto maior deste capítulo, três importantes obras de Karl Marx foram por nós observadas: *O Manifesto do Partido Comunista* (2011) (como dito, publicada com Engels); *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (2008); *A Luta de Classes na Alemanha* (2010). Nestas obras encontramos sedimentada a concepção de materialismo histórico, ou seja, fica explícita que a formação do

proletariado e da burguesia como classe social é observada por ele como um determinismo histórico especificamente do modo de produção capitalista.

Logo no início de *O Manifesto Comunista*, Marx afirma: “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”. Engels define burguesia em relação ao proletariado, em nota à edição inglesa de *O Manifesto Comunista*, de 1888, como:

Por burguesia entendemos a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores do trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos operários assalariados modernos que, não possuindo meios próprios de produção, reduzem-se a vender a força de trabalho para poderem viver. (MARX, 2011, p. 23).

De acordo com Gianotti (1978, p. XII), Marx pensava que o homem, para encontrar a plenitude como “ser genérico e comunitário”, precisava quebrar as amarras que a divisão de classes geraria. Nessa divisão, a burguesia tem o controle, dentre outros, do lucro e dos juros do capital.

[...] esses são apenas fenômenos meramente superficiais da produção burguesa, que não podem ser postos em causa se não forem atingidos os próprios mecanismos de exploração postos em ação pelo capital. A análise de tais mecanismos só pode ser feita, segundo Marx, levando em consideração os resultados da Economia Política, passando em revista, de uma forma crítica, os processos de produção da mercadoria. (GIANOTTI, 1978, p. XVII).

Do seu ponto de vista, o andamento que o Estado Moderno Alemão seguiu levou à criação de uma classe “desprovida de todos os direitos e de todos os bens, por isso, de tal modo alienada que sua liberação só pode ser feita por meio da supressão dos laços opressores da sociedade como um todo”. Dessa forma,

Para Marx o Estado Alemão de sua época representava o passado dos povos modernos e a luta contra sua opressão assinalaria, pois, o esforço geral de emancipar a humanidade de todos os laços que a alienam. O homem, ser genérico e comunitário, não poderia realizar-se cabalmente sem ultrapassar a fragmentação das classes, das nações, enfim, de todos os particularismos que criam obstáculos ao desenvolvimento de seu ser. (GIANOTTI, 1978, p. XII).

Uma análise das relações sociais, para Marx, ou seja, olhar as relações entre classes dentro de um modo de produção, permitiria compreender os fenômenos sociais ao nosso redor. O sistema capitalista se basearia, então, em uma relação social essencial - a relação de compra e venda do trabalho da qual derivariam outras várias. Assim, Marx afirma no início de *O Manifesto Comunista*:

A condição essencial da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos privadas, a formação e o crescimento do capital. A condição de existência do capital é o trabalho assalariado [...]. O



progresso da indústria, de que a burguesia é o agente passivo e involuntário, substitui o isolamento dos operários resultante da concorrência, por sua união revolucionária em associação [...]. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inelutáveis. (MARX, 2011, p. 44).

Weffort (2011, p. 232) ressalta que o marxismo detém grande atenção nos elos presentes entre economia, classes e política. Segundo o autor, Marx (2011), em *O Manifesto Comunista*, faz um desenho do crescimento da burguesia, isto é, “ao mesmo tempo destrutiva e criadora”. E, ainda que Marx reafirme constantemente sobre a eclosão da burguesia e sua dimensão revolucionária,

[...] descrever uma classe social é, nos marcos da sociedade moderna ou da transição para a sociedade moderna, descrever a sua capacidade de derrubar uma ordem e criar outra. Descrever uma classe é confrontá-la com a sua “tarefa” revolucionária. No caso da burguesia, esta capacidade de expansão destrutiva e criadora acaba por estabelecer as condições de sua própria destruição. A burguesia acaba por “produzir os seus próprios coveiros”, ou seja, o proletariado. (WEFFORT, 2011, p. 233).

A burguesia é uma classe social que, de acordo com Marx (2011), tornou-se dona dos meios de produção e é obrigada, de uma maneira ou de outra, a interagir com quem produz, com sua mão de obra, que são os operários. O modo de produção capitalista gera não apenas bens materiais, mas uma nova composição social entre as classes. A burguesia é uma dessas classes que direciona e explora todo o espaço social com a finalidade de ter seus interesses defendidos, conforme explicita Marx.

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção; portanto, as relações de produção; e assim, o conjunto das relações sociais [...]. O revolucionamento permanente da produção, o abalo contínuo de todas as categorias sociais, a insegurança e a agitação sempiternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. (MARX, 2011, p. 28).

O movimento da burguesia, o de revolucionar os modos de produção, levaria a uma reação de outra classe aí estabelecida, o proletariado, que passaria a reivindicar seus direitos e a se rebelar gerando outra configuração social, o socialismo. Este seria uma sociedade com homens livres sem nenhuma dominação operando sobre eles. O processo histórico inevitavelmente levaria a sociedade capitalista a esse fim:

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto. (MARX, 2011, p. 23).

*O Manifesto Comunista* foi escrito na forma de um manual revolucionário para os proletários, no sentido de orientá-los a se organizar como classe e especialmente como partido

e mudar, assim, o sistema da estrutura social vigente. Nesta obra, Marx explica como a burguesia domina o proletariado:

As armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se agora contra ela mesma. Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe darão a morte; também engendrou os homens que empunharão essas armas: os operários modernos, os proletários. O desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, corresponde, na mesma proporção ao desenvolvimento do proletariado, da classe dos operários modernos que só sobrevivem à medida que encontram trabalho, e só encontram trabalho à medida que seu trabalho aumenta o capital. (MARX, 2011, p. 34).

Alguns historiadores marxistas atribuem à formação da classe burguesa como resultado de um longo processo de mudanças ocorridas durante o declínio do sistema feudal, na Idade Média. Marx (2011, p. 38) afirmava que “todo o movimento histórico está, desse modo, concentrado nas mãos da burguesia. Cada vitória alcançada nessas condições é uma vitória da burguesia.” A história da formação dos sujeitos burgueses, para o autor, está intrinsecamente ligada à transformação do modo de produção feudal para o capitalista:

A sociedade burguesa moderna, oriunda do esfacelamento da sociedade feudal, não suprimiu a oposição de classes. Limitou-se a substituir as antigas classes por novas classes, por novas condições de opressão, por novas formas de luta. O que distingue nossa época- a época da burguesia- é ter simplificado a oposição de classes. Cada vez mais, a sociedade inteira divide-se em dois blocos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado. (MARX, 2011, p. 24).

Weffort (2011, p. 233) afirma que em *O Manifesto Comunista* Marx explicita a capacidade revolucionária da burguesia como transformadora da sociedade feudal e definidora de sua existência como classe. Em seus dizeres:

A revolução da burguesia contra o feudalismo continua – quase sem hiatos, embora evidentemente transfigurada em seu conteúdo - na revolução do proletariado contra a burguesia, destinada a destruir o sistema. Mas a burguesia terminava os seus primeiros embates contra a antiga ordem e já surgia, por exemplo, nos movimentos de 1848, a nova ordem ameaçada, a do proletariado. (WEFFORT, 2011, p. 234).

Neste momento de nossa pesquisa, pela importância da questão sobre a formação da burguesia, objeto central deste capítulo, vamos a seguir nos deter em aspectos históricos de sua formação, e isto alude à Idade Média.

O historiador Hilário Franco Júnior (2001, p. 17) denomina a época do feudalismo de “Idade Média Central”, o que abrange os séculos XI até XIII. Esse foi o período de maior abundância de toda a Idade Média. As mudanças ocorridas nessa fase modificaram totalmente o sistema feudal, como ele explicita a seguir:

Assim reorganizada, a sociedade cristã ocidental conheceu uma forte expansão populacional com uma conseqüente expansão territorial, da qual as Cruzadas são a face mais conhecida. Graças à maior procura de mercadorias e à maior disponibilidade de mão-de-obra, a economia ocidental foi revigorada e diversificada. A produção cultural acompanhou essa tendência nas artes, na literatura, no ensino, na filosofia, nas ciências. Mas aquelas transformações atingiram a própria essência do feudalismo — sociedade fortemente estratificada, fechada, agrária, fragmentada politicamente, dominada culturalmente pela Igreja. De dentro dela, e em concorrência com ela, desenvolveu-se um segmento urbano, mercantil, que buscava outros valores, que expressava e ao mesmo tempo acelerava as mudanças decorrentes das próprias estruturas feudais. (FRANCO, 2001, p. 17).

Franco (2001, p. 17) elucida que iniciava a fase “feudo-burguesa” que, segundo ele, é “adjetivação dada por José Luis Romero à fase, entre 1150 e 1300, de grandes transformações globais que iriam aos poucos descaracterizar a sociedade feudal clássica ou feudo-clerical, com a lenta, mas firme difusão dos valores sociais burgueses”. No mesmo segmento, o autor completa o que vem a seguir.

Aquela sociedade passava da etapa feudo-clerical para a feudo-burguesa, na qual o segundo elemento ia lenta, mas firmemente sobrepujando o primeiro: emergiam as cidades, as universidades, a literatura vernácula, a filosofia racionalista, a ciência empírica, as monarquias nacionais. Os conservadores, como Dante Alighieri, lamentavam tais transformações. Inegavelmente caminhava-se para novos tempos. (FRANCO, 2001, p. 17).

A vida econômica ao longo do sistema feudal não empregava de maneira substancial o capital. Era uma sociedade de trocas que se autossustentava. O comércio não existia como o conhecemos. Normalmente não produziam mais do que necessitavam para consumo próprio. Huberman (1986) desenha um cenário da Idade Média que era, em comparação com o de hoje, pouco propício ao florescimento do comércio:

Outros obstáculos retardavam a marcha do comércio. O dinheiro era escasso e as moedas variavam conforme o lugar. Pesos e medidas também eram variáveis de região para região. O transporte de mercadorias para longas distâncias, sob tais circunstâncias, obviamente era penoso, perigoso, difícil e extremamente caro. Por todos esses motivos, era pequeno o comércio nos mercados feudais locais. (HUBERMAN, 1986, p. 18).

Com o fim das invasões bárbaras e guerras que afligiram a Europa no século X, a população aumentou consideravelmente e, entre os séculos XI e XIII, momento denominado pela Alta Idade Média, houve vários indícios que propiciaram o crescimento populacional. Como afirma Franco:

Enquanto por volta do ano 1000 talvez não existisse na Europa católica nenhuma cidade com uma população de 10.000 habitantes, no século XIII havia 55 cidades com um número de habitantes superior àquele: duas na Inglaterra, seis na Península Ibérica, oito na Alemanha, 18 na França e Países Baixos, 21 na Itália. Esta última era não apenas a região mais

urbanizada do Ocidente como também a que possuía as maiores cidades. Ainda que as cifras sejam sempre discutíveis, sem haver consenso entre os especialistas, Milão, Florença, Veneza e Gênova devem ter ultrapassado os 100.000 habitantes. No restante da Europa Ocidental, apenas Paris parece ter alcançado tal população. (FRANCO, 2001, p. 27).

Franco (2001, p. 29) aponta o século XIII como o período de maior crescimento populacional da Idade Média: “[...] 10,42% nos séculos VII-VIII, 11,38% nos séculos IX-X, 16,96% no século XI, 34,04% no século XII, 45,31% no século XIII [...]”.

Alguns motivos apontados por ele são: primeiro o fato de as grandes epidemias terem diminuído consideravelmente; depois a maneira como aconteciam os grandes enfrentamentos mudou, já que “[...] a guerra feudal era feita por pequenos bandos de guerreiros de elite, os cavaleiros. As batalhas propriamente ditas eram raras [...]” (FRANCO, 2001, p.30).

Outros fatores, ainda de acordo com Franco (200, p. 32), facilitaram o movimento do crescimento populacional, como o aumento da produção de alimentos e outros insumos gerados por um “aumento na produtividade agrícola (...) de terras virgens”, e também “o surgimento ou difusão de uma série de inovações nas técnicas agrícolas”, como ele explica:

Este é um ponto fundamental. As inovações tecnológicas não apenas produziram uma maior quantidade de alimentos como, sobretudo, uma melhor qualidade. Até aquela época a dieta era mal balanceada, porque, baseada em cereais, fornecia muitas calorias e hidrato de carbono e poucas proteínas e vitaminas. (FRANCO, 2001, p. 34).

O aumento da população gerou uma demanda por alimentos. Com uma produção agrícola precária, os feudos não conseguiam abastecer seus habitantes. O modelo autossustentável não era mais suficiente, exigindo mudanças nos meios de produção.

Muitas transformações ocorreram, foi uma época de muitas mudanças. A escravidão não mais existia na maioria das regiões da Europa. O trabalho assalariado cresceu vertiginosamente e, como diz Franco (2001, p. 48), tudo isso ocorreu “em especial no século XII, graças ao barateamento da mão de obra resultante do aumento populacional”. Todas as inovações trouxeram à produção, conforme Franco (2001, p. 49), “um excedente agrícola” e com isso grande estímulo ao florescimento do comércio.

E verdade que somente uma parcela muito pequena da população estava diretamente envolvida com as atividades comerciais, porém esse segmento social ganhava crescente importância. Menor no caso daqueles que se dedicavam ao comércio local, já que o tráfico interno europeu oferecia poucos riscos, mas envolvia pequenos capitais e gerava baixos lucros. A razão disso estava, em parte, no fato de toda região produzir os mesmos bens de necessidades básicas e em parte no alto custo de transporte resultante das inúmeras alfândegas regionais. Os maiores beneficiados foram os que se envolveram no comércio a longa distância, baseado no transporte marítimo,

bem mais barato, e em mercadorias raras no Ocidente cristão. (FRANCO, 2001 p. 49).

As cidades surgiam e cresciam, segundo Franco (2001, p. 52), estimuladas por populações saídas dos campos, ou seja,

[...] surgiram cidades praticamente do nada: entre 1100 e 1300 apareceram cerca de 140 novas cidades no Ocidente. Algumas eram de iniciativa senhorial (para poder taxá-las), outras nasciam de um entreposto comercial ou de um mercado rural [...]

Com o aumento das cidades e do comércio a economia também se fortaleceu através do uso cada vez mais contundente da moeda e da atividade bancária, como se observa em Franco (2001, p. 56):

Não por acaso também, a atividade bancária nasceu na Itália. Era interesse de seus comerciantes enfrentar a diversidade de moedas, facilitando sua uniformização e, portanto, os negócios entre pessoas de diferentes regiões. Assim, alguns mercadores passaram a dedicar-se ao câmbio (*cambiare* = trocar), ficando conhecidos por banqueiros, pois as diversas moedas a ser trocadas ficavam expostas em bancas, como outra mercadoria qualquer. Apenas num segundo momento, possivelmente no século XII em Gênova, os banqueiros ampliaram seu leque de atuação, aceitando depósitos reembolsáveis a qualquer momento, fazendo empréstimos, transferindo valores de clientes de uma cidade para outra. Para atrair capitais, pagavam juros sobre os depósitos. Para evitar aos clientes os inconvenientes de transporte de valores até importantes praças comerciais, desenvolveram instrumentos de crédito, protótipos da letra de câmbio e da nota promissória.

As cidades, deste modo, foram se modificando com o desenvolvimento do comércio. Os mercadores procuraram lugares seguros e estruturados para realizar seus negócios, alguma área plana ou mesmo no cruzamento de duas estradas. A população começou a inflar as novas cidades atrás de trabalho e prosperidade. Huberman (1986) explica:

Neles, além disso, havia geralmente uma igreja, ou uma zona fortificada chamada "**burgo**" que assegurava proteção em caso de ataque [...]. Henri Pirenne, cujo levantamento de indícios para demonstrar o modo pelo qual as cidades da Idade Média se desenvolveram é tão fascinante como qualquer história de detetive. Uma de suas provas de que o mercador e o habitante da cidade constituíam uma única e mesma pessoa é o fato de que, logo no início do século XII, a palavra "mercator", significando mercador, e "**burgensis**", significando aquele que vive na cidade, eram usadas alternadamente. (HUBERMAN, 1986, p. 26).

Os termos "burguês" e "burguesia" provavelmente surgem nesse momento histórico e têm sua origem etimológica na palavra *burguensis* vinda de *burgus*, que em latim significa fortaleza, ou no alemão *burgs*, lugar fortificado, remetendo à estruturação das cidades.

Além disso, as cruzadas que ocorreram entre os anos de 1096 a 1270<sup>14</sup> estimularam, e muito, o desenvolvimento do comércio. As feiras locais cresceram e incentivaram o mercado, além de várias transações financeiras e o surgimento de uma nova profissão, a do negociador de dinheiro, como diz Huberman:

Depois do século XII, a economia de ausência de mercados se modificou para uma economia de muitos mercados e com o crescimento do comércio, a economia natural do feudo autossuficiente do início da Idade Média se transformou em economia de dinheiro, de um mundo de comércio em expansão. (HUBERMAN, 1986, p. 25).

O historiador Franco (2001, p. 58) aponta para o que alguns teóricos chamaram de “capitalismo medieval”. Apesar de ele questionar a expressão, aceita que no final da Idade Média ocorreram processos similares ao do capitalismo, mas ressalta que na Europa conviviam juntos vários sistemas econômicos, tanto o “sistema doméstico, representado por pequenos artesãos independentes”, como o “sistema senhorial baseado em mão de obra dependente”.

Contudo, adotando-se uma definição ampla de capitalismo - por exemplo, sistema econômico centrado na posse privada de capital (mercadorias, máquinas, terras, dinheiro, conhecimento técnico) empregado de maneira a se reproduzir continuamente, ficando os desprovidos dele obrigados a vender sua força de trabalho - poderíamos talvez aceitar sua existência nos últimos séculos da Idade Média. (FRANCO, 2001, p. 58).

Franco, ainda, menciona que,

No final da Idade Média, dos fins do século XV até o século XVI, muitas crises abalaram a Europa. [...]. Mas em médio prazo a própria crise saneou a economia, graças ao abandono das terras menos produtivas, à diminuição populacional e ao início da expansão ultramarina europeia. A partir de mais ou menos 1470 já se constatava uma lenta recuperação, variável conforme os locais, mais sensível nos setores secundário e terciário do que no primário. Em suma, o século XIV e a primeira metade do século XV foram uma fase de crise conjuntural, que provocaria, porém, abalos estruturais. Dela sairia a economia moderna. (FRANCO, 2001, p. 59).

As populações das cidades começaram a fazer reivindicações, querendo, acima de tudo, gerir suas demandas, seus impostos, seus julgamentos, seus direitos e especialmente sua terra.

O domínio exercido sobre o monopólio das mercadorias era realizado pelas associações de mercadores que controlavam qualquer concorrência externa e também os

---

<sup>14</sup> Huberman (1986) afirma que foram oito importantes expedições estimuladas pela Igreja Cristã para a conquista da terra santa: Jerusalém.

preços. Essas associações de mercadores eram tão poderosas que influenciavam na escolha dos funcionários públicos, como salienta Huberman:

Os direitos que mercadores e cidades conquistaram refletem a importância crescente do comércio como fonte de riqueza. E a posição dos mercadores na cidade reflete a importância crescente da riqueza em capital em contraste com a riqueza em terra. Nos primórdios do feudalismo, a terra, sozinha, constituía a medida da riqueza do homem. Com a expansão do comércio, surgiu um novo tipo de riqueza - a riqueza em dinheiro. No início da era feudal, o dinheiro era inativo, fixo, móvel; agora tornara-se ativo, vivo, fluido. [...] Agora um novo grupo surgia: a classe média, vivendo de uma forma nova, da compra e da venda. No período feudal, a posse da terra, a única fonte de riqueza, implicava o poder de governar para o clero e a nobreza. Agora, a posse do dinheiro, uma nova fonte de riqueza, trouxera consigo a partilha no governo, para a nascente classe média. (HUBERMAN, 1986, p. 35).

Para Marx (2011), as classes baixas mal se livraram da dominação dos senhores feudais e já passaram para o controle da alta burguesia. Isso gerou muita insatisfação. Com o sabor recente de conquistar suas reivindicações, os trabalhadores se revoltaram e, na última metade do século XIV, toda a Europa sentiu seu impacto. A Europa passava por um forte período de unificação das nações. As cidades passaram a ser controladas por um rei ou príncipe. A configuração das classes, para Marx (2011) mudou, mas

[...] os mercados não paravam de crescer e as demandas, de aumentar. Logo a manufatura revelou-se insuficiente. Então, o vapor e o maquinismo revolucionaram a produção industrial. A manufatura deu lugar à grande indústria moderna; a classe média industrial, aos milionários da indústria, chefes de verdadeiros exércitos industriais: os burgueses modernos [...] **portanto vemos que a burguesia moderna é produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de profundas transformações no modo de produção e nos meios de comunicação.** (MARX, 2011, p. 25, grifo nosso).

O movimento de abertura de novos mercados crescia a passos largos, e o modo feudal de produção já há muito não supria as demandas. A burguesia industrial crescia vertiginosamente e ela, que já havia conquistado grande domínio econômico, após a Revolução Francesa, conquistou também a influência política, como explicitado a seguir por Marx (2011, p. 26):

Cada uma das etapas do desenvolvimento da burguesia acompanhou-se de um progresso político correspondente. Ela foi inicialmente um grupo oprimido sob o jugo dos senhores feudais, organizando a própria defesa e sua administração na comuna [...] onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Estilhou sem piedade, os variegados laços feudais que subordinavam o homem e seus superiores naturais, e não deixou subsistir entre os homens outro laço senão o interesse nu e cru, senão o frio “dinheiro vivo”.

Marx (2011) explica que após a Revolução Francesa a burguesia enriquecida e fortalecida passou a dominar e estabeleceu um governo da burguesia e para ela. Huberman (1986) apresenta dados sobre o Código Napoleônico e defende esta proposição:

Destinava-se evidentemente a proteger a propriedade - não a feudal, mas a burguesa. O Código tem cerca de 2.000 artigos, dos quais apenas 7 tratam do trabalho e cerca de 800 da propriedade privada. Os sindicatos e as greves são proibidos, mas as associações de empregadores, permitidas. Numa disputa judicial sobre salários, o Código determina que o depoimento do patrão, e não do empregado, é que deve ser levado em conta. O Código foi feito pela burguesia e para a burguesia: foi feito pelos donos da propriedade para a proteção da propriedade. (HUBERMAN, 1986, p. 151).

Marx e Engels (2008) também exploram em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* a formação e estruturação das classes dentro do modo de produção capitalista, especificamente, as segmentações que aconteceram com a burguesia no movimento das lutas ideológicas, e como essa classe se orientou devido aos mais distintos interesses pessoais. Não é a burguesia como classe que constrói a estrutura que lhe é mais vantajosa, mas é o modo de produção que permite que a burguesia se estabeleça como classe. No caso da obra *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, Engels (2008), no prefácio à terceira edição alemã, reitera os motivos de Marx ter realizado uma análise tão minuciosa da segunda República Francesa, pois a França foi o

[...] centro do feudalismo na Idade Média e país modelo, desde a Renascença, da monarquia unitária de Estados baseada nos testamentos, a França desarticulou o feudalismo na Grande Revolução e instaurou a dominação pura da burguesia sob forma clássica, como nenhum outro país europeu. A luta do proletariado, cada vez mais vigoroso, contra a burguesia dominante, surgiu aqui sob formas agudas desconhecidas em outros países. (ENGELS, 2008, p. 12).

Marx (2011, p. 24) defendia que o conflito entre as classes delineava a sociedade e que esta era dividida basicamente em dois grandes grupos em constante confronto: a burguesia e o proletariado. Este movimento aconteceria em todas as esferas da malha social que seriam na verdade resultado dessas lutas. Esse antagonismo entre as classes seria definido pela estrutura econômica ali desenvolvida. Engels (2008), no prefácio para a terceira edição alemã de *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, revela:

Foi precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei da marcha da história, lei segundo a qual todas as lutas históricas que se desenvolvem quer no domínio político, religioso, filosófico, quer em outro qualquer campo ideológico são, na realidade, apenas expressão mais ou menos claras de lutas entre classes sociais, e que a existência e, portanto, também os conflitos entre essas classes são, por sua vez, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e de troca, que é determinado pelo precedente. (ENGELS, 2008, p. 12).



A posição de Marx (2008) sobre a Revolução Francesa a concebia como uma revolução social que necessariamente iria acontecer, como um reforço das palavras proféticas ditas por ele sobre a mudança da dominação de uma classe por outra. Segundo Eric Hobsbawm, em sua obra *Ecos da Marselhesa* (1996, p. 23), isso fazia sentido no raciocínio da teoria marxista, pois uma vez que “[...] a burguesia se situara diante do feudalismo que a precedera e que ela derrubara, a nova sociedade socialista seria a próxima fase, mais adiantada, do desenvolvimento da sociedade humana [...]”.

Hobsbawm (1966) faz uma análise interessante sobre o porquê uma geração de intelectuais considerou a Revolução Francesa como sendo uma revolução burguesa e social, e ele (HOBBSAWM, 1996, p. 22) afirma que “[...] hoje, não só está fora de moda ver a Revolução Francesa como uma ‘Revolução burguesa’, como muitos historiadores excelentes considerariam tal interpretação como corroída e insustentável [...]”. E reforça:

A concepção que foi questionada é a que vê o século XVIII francês como uma luta de classes entre a burguesia capitalista ascendente e uma classe dominante estabelecida de aristocratas feudais, que a burguesia em ascensão, consciente de si mesma como classe, procurava combater para substituí-la na condição de força dominante na sociedade. Essa concepção via Revolução Francesa como o triunfo dessa classe e, conseqüentemente, como o mecanismo histórico que acabou com a sociedade feudal-aristocrática e inaugurou a sociedade burguesa capitalista do século XIX, a qual - deduzia-se - não teria podido surgir senão quebrando aquilo que Marx, quando falava da revolução proletária que considerava destinada a derrubar o capitalismo, chamava de “invólucro da velha sociedade”. (HOBBSAWM, 1996, p. 23).

O historiador Hobsbawm (1996, p. 24) defende que não existia uma classe burguesa “autoconsciente”, na época, suficientemente forte e estruturada para assumir uma dominação tão maciça sozinha, e muito menos planejava uma “construção sistemática de uma economia industrial capitalista”. Podemos observar isso no próprio texto *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*, de Marx (2008), o qual apresenta a classe burguesa durante toda a Revolução Francesa como extremante fragmentada e dividida em vários grupos: baixa burguesia, alta burguesia, burguesia industrial, burguesia parlamentar. Estes grupos movimentavam-se conforme as ondas dos acontecimentos, muitas vezes se unindo aos grupos dos proletários, outras vezes à soberania, sempre seguindo seus interesses, mas não totalmente unida. Marx (2008) afirma:

À *monarquia burguesa* de Luís Filipe só pode suceder uma *república burguesa*, ou seja, enquanto um setor limitado da burguesia governou em nome do rei, toda a burguesia governará agora em nome do povo. As reivindicações do proletariado de Paris são devaneios utópicos, a que se deve por um paradeiro. A essa declaração da Assembleia Nacional Constituinte o proletariado de Paris respondeu com a Insurreição de junho, o acontecimento

de maior envergadura na história das guerras civis da Europa. A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpen proletariado organizado em Guarda Móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. (MARX, 2008, p. 24).

Para Hobsbawm (1996), não existem duas classes distintas lutando pela dominação de maneira tão organizada. Esse processo de luta de classes, que levaria à revolução, é uma teoria que foi reforçada por uma explicação do próprio surgimento da classe burguesa, já que “[...] com a conquista da autonomia pelos habitantes dos burgos medievais com relação a seus senhores feudais, [a burguesia constituiu-se] assim no núcleo daquilo que se tornaria a moderna classe média [...]”. O autor defende que, na realidade, a classe burguesa foi se estruturando devido a vários processos e movimentos da história, complementando:

Qualquer que fosse a natureza da classe média ou burguesia do século XIX, ela era formada pela combinação de vários grupos situados entre a nobreza e o campesinato, e que antes não julgavam que tivessem, necessariamente, muito em comum entre si, como uma classe única, consciente de si e tratada pelos outros como tal [...] A história do século XIX é incompreensível para qualquer um que suponha que apenas empresários eram realmente “burgueses”. (HOBSBAWM, 1996, p. 32, grifo do autor).

Hobsbawm (1996) destaca ainda alguns momentos do pensamento de Marx durante sua análise da Revolução Francesa. Ele também aponta para o momento em que o pensamento de Marx embasou a teoria marxista de Lenin. O historiador (HOBSBAWM, 1996, p. 55) afirma que o olhar de Marx sobre a primeira fase da Revolução Francesa, no início de 1840, foi uma análise detalhada “[...] com lentes de aumento, de modo a poder discernir as lições para o futuro.” Para ele, Marx

[...] concentrou-se no jacobinismo<sup>15</sup> como um fenômeno político que permitiu à revolução saltar, e não andar, e também alcançar em cinco anos o que, de outro modo, tomaria muitas décadas [...]. Contudo, durante e depois de 1848 [...] é essa fase do pensamento estratégico de Marx que formaria o ponto de partida de Lenin ou, mais precisamente, o dos revolucionários marxistas russos que se encontrariam [...] em uma situação análoga, em que a burguesia e o proletariado eram ambos evidentemente fracos demais para cumprir as tarefas históricas a eles atribuídas pela teoria. Lenin, conforme seus oponentes gostavam de dizer que era um jacobino. (HOBSBAWM, 1996, p. 55).

---

<sup>15</sup> Jacobino foi o partido político radical majoritário durante a Revolução Francesa. Após a execução do rei Luís XVI, os jacobinos tomam o poder e inicia-se a chamada “fase do terror”. O líder jacobino Robespierre executou na guilhotina mais de 30 mil franceses no período de um ano.

Neste texto, Hobsbawm (1996) mostra como o pensamento de Marx foi transformado e adaptado pela teoria marxista russa, tendo como base as obras de Marx e também tendo o olhar atento aos movimentos ocorridos na Revolução Francesa.

Buscamos compreender os conceitos de “classe social”, “luta de classes”, “dominação”, e como se dá o olhar através dos referenciais teóricos de Karl Marx dentro do processo de “consolidação da burguesia em classe”. A partir deste momento relacionaremos aspectos desses conceitos com a teoria de Michel Foucault, que possui um olhar diferente sobre o marxismo.

## 6.2 Foucault e o Marxismo

Foucault (2012), filósofo francês que fundou sua teoria entre meados do século XX até a década de 1980, percebe que um dos grandes motivos das revoltas do século XX foi gerado pelos excessos de poder perceptíveis nos regimes capitalistas e nos chamados socialistas ou fascistas. Esses excessos do “[...] aparelho de Estado, da burocracia, e diria igualmente dos indivíduos uns com os outros [...]” (FOUCAULT, 2012, p. 220), foram motivos tanto de revolta quanto foi a pobreza iminente do século anterior, como ele esclarece:

Ora, nada nos instrumentos conceituais, teóricos, que tínhamos em mente nos permitia captar bem o problema do poder, já que o século XIX, que nos legara esses instrumentos, só percebeu esse problema através dos esquemas econômicos. (FOUCAULT, 2012, p. 220).

Foucault julgava importante diferenciar Marx da teoria marxista. Ao se referir a Marx, ele defende que “Marx é um ser indubitável, um personagem que expressou sem erro certas coisas, quer dizer um ser inegável como acontecimento histórico: por definição, não se pode suprimir um tal acontecimento [...]” (FOUCAULT, 2010a, p. 191). Mas ele distingue essa posição de Marx da teoria marxista:

Não acho muito pertinente acabar com o próprio Marx. Marx é um ser indubitável, um personagem que expressou sem erro certas coisas, quer dizer um ser inegável como acontecimento histórico: por definição, não se pode suprimir um tal acontecimento. Tanto como, por exemplo, a batalha naval do mar do Japão, ao largo de Tsushima, é um acontecimento que realmente aconteceu, Marx é um fato que não podemos suprimir: transcendê-lo seria tão desprovido de sentido como negar a batalha do mar do Japão. Ora, a situação é totalmente diferente no que concerne ao marxismo. É que o marxismo existe como a causa do empobrecimento, do dessecamento da imaginação política [...] refletindo bem em cima disso, é preciso guardar no espírito que o marxismo não é outra coisa senão uma modalidade de poder em um sentido elementar. Em outros termos, o marxismo é uma soma de

relações de poder ou uma soma de mecanismos e de dinâmicas de poder. (FOUCAULT, 2010a, p. 191).

As teorias de análise dos fenômenos sociais como o marxismo têm um olhar latente sobre as estruturas econômicas. Foucault pensa que se seguirmos essa linha de raciocínio entendendo que as dificuldades econômicas geram os problemas de excessos de poder, uma vez que essas dificuldades fossem extintas, também assim seriam os excessos de poder, mas

[...] o século XIX nos prometera que no dia em que os problemas econômicos se resolvessem todos os efeitos de poder suplementar estariam resolvidos. O século XX descobriu o contrário: podem-se resolver todos os problemas econômicos que se quiser, [contudo], os excessos do poder permanecem. (FOUCAULT, 2012, p. 220).

Uma vez que Foucault busca compreender os mecanismos que ocorrem nas relações de poder, ele tem um olhar para a teoria marxista como sendo um instrumento teórico-conceitual com um viés inibidor. O marxismo para Foucault é uma ferramenta que funciona, mas simplifica e limita o olhar para processos mais intrincados.

Eric Hobsbawm (2006), em sua obra “Sobre a história”, questiona as influências de Karl Marx nas pesquisas históricas:

Isso porque a influência marxista entre os historiadores foi identificada com umas poucas ideias relativamente simples, ainda que vigorosas, que, de um modo ou de outro, foram associadas a Marx e aos movimentos inspirados por seu pensamento, mas não são necessariamente marxistas, ou que, na forma em que foram mais influentes, não são necessariamente representativas do pensamento maduro de Marx. Chamemos a essa espécie de influência de “marxista vulgar”, e o problema central das análises é separar o componente marxista vulgar do componente marxista análise histórica. (HOBBSAWM, 2006, p. 159).

O historiador aponta, ainda, alguns exemplos do que chama de marxismo vulgar, que foram interpretações pobres dos textos de Marx, interpretações essas que Foucault também via como distorcidas e nas quais não acreditava.

“A interpretação econômica da história”, ou seja, a crença de que “o fator econômico é o fator fundamental do qual dependem os demais” (para usar a frase de R. Stammler); e mais especificamente, do qual dependiam fenômenos até então não considerados com muita relação com questões econômicas. Nesse sentido a interpretação se superpunha ao modelo de base “superestrutura” (utilizado mais amplamente para explicar a história das ideias). A despeito das próprias advertências de Marx e Engels e das observações sofisticadas de alguns marxistas iniciais como Labriola, esse modelo era usualmente interpretado como uma simples relação de dominância e dependência entre a “base econômica” e a “superestrutura”, na maioria das vezes mediada pelo “interesse de classe e a luta de classes”. [...] “Leis históricas e inevitabilidade histórica”. Acreditava-se acertadamente, que Marx insistira sobre um desenvolvimento sistemático e necessário da

sociedade humana na história, a partir do qual o contingente era em grande parte excluído, de qualquer maneira, ao nível de generalizações sobre os movimentos a longo prazo.[...] interpretado como uma regularidade rígida e imposta, como, por exemplo, na sucessão das formações socioeconômicas, ou mesmo como um determinismo mecânico que às vezes se aproximava da sugestão de que não havia alternativas na história. (HOBBSAWM, 2006, p. 159, grifo do autor).

Para Foucault (2010a, p. 191), a sociedade moderna se relaciona com o marxismo de uma maneira racional, uma vez que essa teoria surgiu como ciência em tempos de uma sociedade com um “pensamento racional”. Para compreender as relações de poder em que a ciência é objeto, nesta sociedade, Foucault afirma que não devemos olhar a ciência meramente como um conjunto de proposições consideradas verdadeiras, mas que o marxismo está também ligado a uma “série de proposições coercitivas”. Assim:

Quer dizer que o marxismo como ciência - na medida em que se trata de uma ciência da história da humanidade - é uma dinâmica de efeitos coercitivos, a propósito de uma certa verdade. Seu discurso é uma ciência profética que difunde uma força coercitiva sobre uma certa verdade, não somente em direção ao passado, mas ao futuro da humanidade. Em outros termos, o que é importante é que a historicidade e o caráter profético funcionam como forças coercitivas em relação à verdade. (FOUCAULT, 2010a, p. 191).

Foucault (2010a, p. 192) aponta outras características do marxismo. Uma delas é que a teoria Marxista “não pode existir sem um partido político”, e a outra é “o fato de que o marxismo não pôde funcionar sem a existência de um Estado que tinha necessidade dele como filosofia”, ou seja:

Os Estados de antes da Revolução Francesa eram sempre fundados na religião. Mas aqueles de após a Revolução Francesa fundaram-se no que chamamos de filosofia. [...] Naturalmente, antes do século XVIII, jamais houve Estado ateu. O Estado fundava-se necessariamente na religião. Por consequência, não podia haver Estado filosófico. Depois, mais ou menos a partir da Revolução Francesa, diferentes sistemas políticos se estabeleceram, explícita ou implicitamente, à procura de filosofia. Penso que é um fenômeno realmente importante. É evidente que uma tal filosofia se desdobra e que suas relações de poder deixam-se arrastar pela dinâmica dos mecanismos de Estado. (FOUCAULT, 2010a, p. 192).

É importante compreender que o posicionamento de Foucault (2010a, p. 192) com relação à teoria marxista se baseia em três aspectos: o marxismo como “discurso científico”; “profecia”; e “filosofia de estado ou ideologia de classe”. Acima de tudo, tais aspectos estão conectados às relações de poder desenvolvidas neles.

Foucault (2010a, p.192), quando questionado sobre a necessidade de se libertar do marxismo, responde que o ponto é mais acerca da necessidade de se libertar “da dinâmica das relações de poderes ligadas a um marxismo que exerce suas funções” do que da teoria em si.

Foucault (2010a, p. 193) reforça que Marx é “uma existência histórica”, o que significa dizer que ele, como homem do seu tempo, está vinculado ao século XIX e aí encontra êxito, como segue:

Colocando esse fato em evidência, será preciso atenuar as relações de poder ligadas ao caráter profético de Marx. Ao mesmo tempo, Marx certamente enunciou um certo tipo de verdade; pergunta-se se suas palavras são universalmente justas ou não, de que tipo de verdade era detentor, e se, à força de tornar essa verdade absoluta, ele lançou ou não as bases de uma historiologia determinista: convém frustrar esse tipo de debate. Demonstrando que Marx não deve ser considerado como um detentor decisivo da verdade, parece necessário atenuar ou reduzir efeito que o marxismo exerce como modalidade de poder. (FOUCAULT, 2010a, p. 193).

Para Foucault (2010a, p. 202), o marxismo, uma vez vinculado às declarações de Marx, pode ser considerado “o conjunto de modos de manifestação do poder”. A fim de compreendê-lo devemos esquadriñar os modos de manifestação do poder:

Sofremos, hoje, esse poder, seja com passividade, com zombaria, com temor ou com interesse, mas é preciso se libertar disso completamente. É preciso examinar, sistematicamente, isso, com o real sentimento de estar completamente livre em relação a Marx. Certamente ser livre, a respeito do marxismo, não significa remontar à fonte para saber o que Marx efetivamente disse, alcançar sua palavra em estado puro e considerá-la como a única lei. Isso não significa também revelar, por exemplo, com o método althusseriano, como a verdadeira palavra do profeta Marx foi mal interpretada. O importante não está nesse tipo de questão de forma. Mas, como lhe disse, reverificar o conjunto das funções dos modos de manifestação do poder que estão ligados à palavra de Marx me parece constituir uma tentativa válida. (FOUCAULT, 2010a, p. 203).

Foucault (2010a, p. 203) apreciava as produções históricas de Marx, como *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*; *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*, e afirmou que não seria possível realizar uma análise exata sobre estas obras, mas que estas “[...] ultrapassam de longe, é inegável, aquelas de seus contemporâneos por sua perspicácia, sua eficácia, suas qualidades analíticas, em todo caso, radicalmente, as pesquisas posteriores [...]”. A questão nestas obras históricas de Marx é que, segundo Foucault (2010a, p. 203), elas sempre se encerravam com “profecias sobre o futuro próximo”, e a maioria das profecias não se realizou. Isso ocorre, especificamente, com as quedas da ditadura burguesa e do sistema capitalista, e também com o desaparecimento do Estado. Nas palavras de Foucault:

Parece-me que o que se produz na obra de Marx é, de alguma maneira, um jogo entre a formação de uma profecia e a definição de um alvo. Nos fatos, a queda de Napoleão III constituía menos uma profecia do que um objetivo a alcançar pela luta do proletariado. Mas os dois discursos - essa consciência de uma necessidade histórica, a saber, o aspecto profético, e o objetivo da luta - não puderam levar a termo seu jogo. Isso pode se aplicar às profecias de longo prazo. Por exemplo, a noção do desaparecimento do Estado é uma

profecia errônea. De minha parte, creio que o que se passa concretamente nos países socialistas pressagiam a realização dessa profecia. Mas, no momento em que se define o desaparecimento do Estado como um objetivo, a palavra de Marx toma uma realidade jamais alcançada. Observa-se, inegavelmente, uma hipertrofia do poder ou um excesso de poder tanto nos países socialistas como nos capitalistas. E creio que a realidade desses mecanismos de poder, de uma complexidade gigantesca, justifica, do ponto de vista estratégico de uma luta de resistência, o desaparecimento do Estado como objetivo. (FOUCAULT, 2010a, p. 204).

Foucault (2010a, p. 204) aponta o Partido Comunista como uma influência definitiva na trajetória da teoria marxista ocidental. Quando se refere ao Partido “Leninista”, Foucault (2010a, p. 205) explica que “[...] não foi Lenin que o imaginou primeiramente, mas lhe demos esse nome porque foi concebido em volta dele [...]”. Ele ainda afirma no mesmo segmento que “[...] em primeiro lugar é no partido que o proletariado se identifica como classe [...]”, pois dentro do partido “[...] as vontades individuais e subjetivas tornam-se uma espécie de vontade coletiva [...]”, mas esta vem mascarada de vontade individual. Desta forma,

O Partido transforma a multiplicidade de vontades individuais em uma vontade coletiva. E, por essa transformação, ele constitui uma classe como sujeito. Em outros termos, ele constitui uma espécie de sujeito individual. É assim que se tornou possível a ideia do proletário. “O proletariado existe porque o Partido existe”. É pela existência do Partido e através dessa existência que o proletariado pode existir. O Partido é, por consequência, a consciência do proletariado, ao mesmo tempo que, para o proletariado como único sujeito individual, é sua condição de existência. (FOUCAULT, 2010a, p. 206, grifo do autor).

Para Foucault (2010a, p. 206), os partidos políticos tiveram muita influência na teoria marxista, na formação da teoria marxista, especialmente porque se baseavam na teoria de Marx como “única verdade” e a interpretavam como precisavam, e essa passou a ser sua racionalidade. Assim “[...] as múltiplas vontades individuais eram, por consequência, aspiradas pelo Partido, e, por sua vez, a vontade do Partido desaparecia sob a máscara de um cálculo racional conforme a teoria, representando a verdade [...]”, não sendo possível desta maneira apreender a diversidade de vontades ali envolvidas. Foucault defende a necessidade de que as várias vozes existentes sejam ouvidas e que não nos apeguemos a um “único pensamento normativo”.

Será preciso destruir a ideia de que a filosofia é o único pensamento normativo. É preciso que as vozes de um número incalculável de sujeitos falantes ecoem e se faça falar uma inumerável experiência. Não é necessário que o sujeito falante seja sempre o mesmo. Não é necessário que somente ecoem as palavras normativas da filosofia. É preciso fazer falar todas as espécies de experiências, dar ouvidos aos afásicos, aos excluídos, aos moribundos, pois estamos no exterior, enquanto são eles que efetivamente enfrentam o aspecto sombrio e solitário das lutas. Creio que a tarefa de um

praticante da filosofia, vivendo no Ocidente, é a de dar ouvidos a todas essas vozes. (FOUCAULT, 2010a, p. 207).

Foucault (2010b, p.7) também se refere ao marxismo como sendo uma teoria “envolvente e global” que traz desfechos analíticos com sentido universalista, e ele afirma que esse tipo de teoria tem na realidade um “efeito inibidor” sobre o tipo de análise que realiza. Assim,

[...] seria o que se poderia chamar de efeito inibidor próprio das teorias totalitárias, quero dizer, em todo caso, das teorias envolventes e globais. Não que essas teorias envolventes e globais não tenham fornecido e não forneçam ainda, de uma maneira bastante constante, instrumentos localmente utilizáveis: o marxismo e a psicanálise estão precisamente aí para prová-lo. Mas elas só forneceram, acho eu, esses instrumentos localmente utilizáveis com a condição, justamente, de que a unidade teórica do discurso fique como que suspensa, em todo caso recortada, cindida, picada, remexida, deslocada, caricaturada, representada, teatralizada, etc.. (FOUCAULT, 2010b, p. 7).

As teorias globalizantes não abrangem o que Foucault acredita ser necessário para apreender as relações entre saber e poder, que é o olhar inicial para os acontecimentos no nível microscópico, tal como ele propõe. Para tanto é necessário seguir uma pesquisa de maneira ascendente, ou seja, partir do que ocorre no micro para depois apreender o geral.

Machado (2013) aponta que uma das preocupações de Foucault foi a de tentar compreender o “nível molecular de exercício de poder”, não tendo como ponto de referência o aparelho de Estado para, a partir daí, seguir observando o periférico. Assim, “do macro para o micro”. Esse é o olhar “descendente”:

[...] no sentido em que deduziria o poder partindo do Estado e procurando ver até onde ele se prolonga nos escalões mais baixos da sociedade, penetra e se reproduz em seus elementos mais atomizados [...] O que Foucault pretendia era se insurgir contra a ideia de que o Estado seria o órgão central e único de poder, ou de que a inegável rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do estado, uma simples difusão de seu modo de ação, o que destruiria a especificidade dos poderes que a análise pretendia focalizar. (MACHADO, 2013, p. 16).

Roberto Machado (2013, p. 16) entende que Foucault estabeleceu um “procedimento inverso”, posicionando-se sobre os objetos de pesquisa observados e tendo como ponto de partida os “mecanismos e técnicas infinitesimais de poder que estão intimamente relacionados com a produção de determinados saberes”. Esse posicionamento foi o de identificar as peculiaridades das tecnologias e mecanismos das relações de poder, pois

[...] a análise ascendente que Foucault propõe e realiza estuda o poder não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza, se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como



tendo existência própria e formas específicas no nível mais elementar. (FOUCAULT, 2013b, p. 16).

Foucault (2013b, p. 285) ressalta sempre em seus textos que, em essência, não devemos deduzir que os fenômenos observados inicialmente de cima ou do “centro” até os elementos mais “infinitesimais” da sociedade vão se reproduzir e explicar todos os mecanismos e técnicas em todos os níveis observados, como se lê a seguir.

Não é a dominação global que se pluraliza e repercute até embaixo. Creio que deva ser analisada a maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atuam nos níveis mais baixos, como esses procedimentos se deslocam, se expandem, se modificam, mas, sobretudo como são investidos e anexados por fenômenos mais globais, como poderes mais gerais ou lucros econômicos podem inserir-se no jogo dessas tecnologias de poder que são ao mesmo tempo, relativamente autônomas e infinitesimais. (FOUCAULT, 2013b, p. 285).

Quando perguntado sobre as teorias que explicitam as relações de poder de cima para baixo e como ele apreende essas relações que de fato ocorrem, Foucault (2013b, p. 372) afirma que para que esse movimento ocorra seria necessário também uma “capilaridade de baixo para cima”. E exemplifica falando do modelo de “relações de poder do tipo feudal”:

Entre os servos, ligados à terra, e o senhor, que extraía deles uma renda, existia uma relação local, relativamente autônoma, quase um tête-à-tête. Para que essa relação se mantivesse, era necessário que houvesse, por detrás, uma certa piramidação do sistema feudal. Mas é certo que o poder dos reis da França e os aparelhos de estado que eles pouco a pouco constituíram a partir do século XI tiveram como condição de possibilidade o enraizamento nos comportamentos, nos corpos, nas relações de poder locais, em que não caberia de forma alguma ver uma simples projeção do poder central. (FOUCAULT, 2013b, p. 372).

Foucault (2013b, p. 285) reforça, deste modo, a importância de realizar uma análise ascendente, uma vez que, em geral, a teoria marxista tem o olhar descendente, o que, neste caso, pode nos levar a conclusões que não permitem observar o micro. Por exemplo, o que justificaria internar os loucos numa sociedade de dominação da classe burguesa? A explicação seria simples: são pessoas que não produzem, portanto não são necessárias. Foucault (2013b), em suas pesquisas, diz que o mesmo se pode pensar sobre o controle da sexualidade infantil. Seguindo essa linha de raciocínio, o autor afirma que não seria interessante exercer esse controle uma vez que a busca mais óbvia seria sempre por aumentar a força de trabalho. Assim,

Pelo contrário teria sido preciso um adestramento sexual, uma precocidade sexual, à medida que se tratava de reconstruir uma força de trabalho cujo estatuto ótimo, como bem sabemos, pelo menos no começo do século XIX, era o de ser infinita: quanto mais força de trabalho houvesse, mais condições teria o sistema de produção capitalista de funcionar melhor e em plena

capacidade. **Creia que é possível deduzir qualquer coisa do fenômeno geral da dominação da classe burguesa.** O que faço é o inverso: examinar historicamente, partindo de baixo, a maneira como os mecanismos de controle puderam funcionar. (FOUCAULT, 2013b, p. 286, grifo nosso).

Quando o filósofo (FOUCAULT, 2010b, p. 14) discorre sobre as várias concepções do poder político, ele cita o marxismo como tendo algo em comum com outras teorias, o que ele chamou de “economicismo”:

Não quero de modo algum suprimir diferenças inumeráveis, gigantescas, mas apesar e através dessas diferenças, parece-me que há um certo ponto em comum entre a concepção jurídica e, digamos, liberal do poder político [...] e também na concepção marxista ou, em todo caso, uma certa concepção corrente que vale como sendo a concepção marxista. Esse ponto comum seria o que chamo de “economicismo” na teoria do poder. (FOUCAULT, 2010b, p. 13).

Parece-nos, então, que o “economicismo” seriam as teorias que avaliam sob o ponto de vista mais global, mais descendente e, certamente, visando ao olhar econômico.

Para Foucault (2013b, p. 42), o marxismo avalia o poder em geral pela perspectiva dos “aparelhos de Estado”, o que não seria suficiente para explicar como as relações de poder seriam exercidas materialmente, em suas “técnicas e táticas”.

Para dizer as coisas mais simplesmente: o internamento psiquiátrico, a normalização mental dos indivíduos, as instituições penais têm, sem dúvida, **uma importância muito limitada** se se procura somente sua significação econômica. Em contrapartida, no funcionamento geral das engrenagens do poder, eles são sem dúvida essenciais. Enquanto se colocava a questão do poder subordinando-o à instância econômica e ao sistema de interesse que garantia, se dava pouca importância a estes problemas. (FOUCAULT, 2013b, p. 42, grifo nosso).

Segundo Machado (2013, p. 15), as análises de Foucault indicam que os “poderes periféricos e moleculares não foram confiscados e absorvidos pelo aparelho de Estado. Não são necessariamente criados pelo Estado nem, se nasceram fora dele, foram inevitavelmente reduzidos a uma forma ou manifestação do aparelho central”. O poder para Foucault acontece em várias camadas da malha social, sendo praticado em vários locais. O que significa dizer que mudanças em níveis periféricos não estão necessariamente relacionadas a transformações no nível do estado:

A razão é que o aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa. [...] É que nem o controle nem a destruição do aparelho de Estado, como muitas vezes se pensa - embora, talvez, cada vez menos - é suficiente para fazer desaparecer ou transformar, em suas características fundamentais, a rede de poderes que impera em uma sociedade. (MACHADO, 2013, p. 15).

Outro fator apontado por Foucault (2010b, p.15) é que ao olharmos o poder como algo estruturado pela produção de mercadoria, como algo que “se exerce”, precisaríamos, para compreendê-lo, entender o que é esse exercício. O poder não deve ser visto como algo meramente vinculado à economia, mas algo que “só existe em ato”. Então o poder não é responsável pela manutenção do movimento das relações econômicas, mas sim é “uma relação de forças”. Somente acontece em seu exercício factual.

O teórico argumenta qual seria a mecânica desse exercício do poder, e isso é exatamente o que precisamos analisar de perto, ou seja, como se dá essa “micromecânica de poder”, visto que os micropoderes podem ou não ser exercidos no âmbito do Estado.

De acordo com Foucault (2013b), para realizar uma investigação do poder que não seja baseada na economia, precisamos compreender que o poder não é “reprodução nem manutenção” do modo de produção, mas sim uma relação de forças. O autor acredita que a teoria marxista não apreende profundamente os mecanismos da relação entre poder e luta, como se lê:

O que me impressiona, na maioria dos textos, senão de Marx ao menos dos marxistas, é que sempre se silencia (salvo talvez em Trotsky) o que se entende por luta, quando se fala de luta de classe. Neste caso, o que luta quer dizer? Afrontamento dialético? Combate político pelo poder? Batalha econômica? Guerra? A sociedade civil permeada pela luta de classe seria a guerra prolongada por outros meios?[...] O que vou dizer não passa de uma hipótese: todo mundo a todo mundo. Não há dados de forma imediata, sujeitos que seriam o proletariado e a burguesia. Quem luta contra quem? Nós lutamos todos contra todos. Existe sempre algo em nós que luta contra outra coisa em nós. (FOUCAULT, 2013b, p. 381).

As relações de produção, para Foucault, não desenham necessariamente o cenário social. As relações de poder, para o filósofo, não têm origem apenas em determinações econômicas. A dominação de uma classe sobre outra não teria como objetivo primordial manter as relações de produção além do controle e apropriação dos modos de produção a partir do uso da força e do poder soberano do Estado. Entretanto, Foucault não ignora a viabilidade das relações de poder através de estratégias específicas servindo de vantagem econômica para certos grupos. Isto não acontece por ser factual, mas sim por ser uma estratégia e as relações de poder serem permeadas por vários dispositivos. As condutas sociais são parte de um dispositivo político que se utiliza de estratégias, e “[...] uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder [...]” (FOUCAULT, 2012, p. 226).

O autor argumenta:

[...] a concepção marxista trata de outra coisa, da funcionalidade econômica do poder. Idade econômica no sentido em que o poder teria essencialmente como papel manter relações de produção e reproduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e uma modalidade própria da apropriação das forças produtivas tornaram possível. [...] em primeiro lugar, o poder está sempre em posição secundária em relação à economia, ele é sempre “finalizado” e “funcionalizado” pela economia. Tem essencialmente como razão de ser e fim servir a economia, está destinado a fazê-la funcionar, a solidificar, manter e reproduzir as relações que são características desta economia e essenciais ao seu funcionamento. Em segundo lugar, o poder é modelado pela mercadoria, por algo que se possui, se adquire, se cede por contrato ou por força, que se aliena ou se recupera, que circula, que herda esta ou aquela região. (FOUCAULT, 2013b, p. 273).

Quando perguntado sobre o papel da classe social, Foucault (2013b, p. 375) não nega que possa existir a dominação de uma classe sobre outra, mas insiste que isso não é “um dado prévio”, posto

[...] que uma classe se torne dominante, que ela assegure sua dominação e que esta dominação se reproduza, esses são efeitos de um certo número de táticas eficazes, sistemáticas, que funcionam no interior de grandes estratégias que asseguram a dominação. Mas entre a estratégia que fixa, reproduz, multiplica, acentua as relações de força e a classe dominante, existe uma relação recíproca de produção. Pode-se, portanto, dizer que a estratégia de moralização da classe operária é a da burguesia. Pode-se mesmo dizer que é a estratégia que permite à classe burguesa ser a classe burguesa e exercer sua dominação. Mas não creio que se possa dizer que foi a classe burguesa como um sujeito ao mesmo tempo real e fictício, que inventou e impôs à força, no nível de sua tecnologia ou de seu projeto econômico, essa estratégia à classe operária. (FOUCAULT, 2013b, p. 375).

As relações de poder para Foucault não são desenvolvidas para servir a algum sistema econômico, ou classe dominante, mas

[elas] podem ser utilizadas como estratégias [...] não se deve, portanto, pensar um fato primeiro e maciço de dominação (uma estrutura binária com, de um lado, os “dominantes” e, do outro, os “dominados”), mas, antes, uma produção multiforme de relações de dominação, que são parcialmente integráveis a estratégias de conjunto. (FOUCAULT, 2012, p. 243).

De acordo com Foucault, conceber o mundo como sendo uma “estrutura binária” de poder em que uma classe domina a outra, alternadamente em um movimento constante, é ter um olhar globalizante e inibidor de uma compreensão das estratégias de poder que ali ocorrem. A burguesia, portanto, não seria um canal unilateral do exercício do poder. O poder, para Foucault, dá-se em várias direções com suas causas e efeitos. Assim, certamente há dominação e esta se organiza em estratégias que reajustam, reforçam e transformam as condutas do poder, como ele esclarece:

[...] as relações de poder “servem”, de fato, porém não porque estão a serviço de um interesse econômico dado como primitivo, mas porque podem

ser utilizados em estratégias (...) A luta de classes pode, portanto, não ser a “*ratio* do exercício do poder” e ser, todavia, “garantia de inteligibilidade” de algumas grandes estratégias. (FOUCAULT, 2012, p. 243, grifo do autor).

Nos estudos de Foucault, a noção de classe relaciona-se com a forma como o enfrentamento de classes eclode nas redes das relações de poder, pois em suas pesquisas ele observou isso e não acredita “[...] que seja operante dizer que a psiquiatria é a psiquiatria de classe, a medicina, a medicina de classe, os médicos e psiquiatras representantes dos interesses de classe [...]” (FOUCAULT, 2012, p. 222).

De um lado, os loucos não constituem uma classe e as pessoas sensatas uma outra. Não se pode superpor a série de enfrentamentos que podem se produzir de uma parte a outra da linha que divide a razão e a desrazão. [...] Por outro lado, é certo que a institucionalização de certas formas práticas, como o internamento, a organização de hospitais psiquiátricos, a diferença, por exemplo, entre o internamento em um hospital e os cuidados que podem ser dados a um cliente em uma clínica, todas essas diferenças não são sem dúvida estranhas à existência de classes no sentido marxista do termo.

A luta de classes não interessava realmente a Foucault (2010a, p. 197) do ponto de vista do “que é uma classe e a quem ela pertence”, mas sim compreender “o que é a luta”. Até então ninguém havia examinado de perto esta questão:

O que é a luta, quando dizemos luta de classes? Visto que dizemos luta, trata-se de conflito e de guerra. Mas como essa guerra se desenvolve? Qual é o seu objetivo? Quais são seus meios? Sobre que qualidades racionais repousa? O que gostaria de discutir, a partir de Marx, não é o problema da sociologia das classes, mas o método estratégico relativo à luta. É onde se ancora meu interesse por Marx, e é a partir disso que gostaria de colocar os problemas. Ora, à minha volta, as lutas se produzem e se desenvolvem como movimentos múltiplos [...]. Por exemplo, para refletir sobre os problemas que essas lutas colocam, o Partido Comunista não trata da própria luta. Tudo o que pergunta é: “A que classe vocês pertencem? Conduzem essa luta representando a classe proletária?” Não está absolutamente em questão o aspecto estratégico, a saber: o que é a luta? Meu interesse é pelo incidente dos próprios antagonismos: quem entra na luta? Com o que e como? Por que há essa luta? Sobre o que repousa? (FOUCAULT, 2010a, p. 198).

A luta de classes, certamente, envolve relações de poder.

O poder, segundo Foucault (2013b), não é simplesmente uma ferramenta que pode ser utilizada por uma classe social sobre outra classe, visando processos de dominação, mas,

[...] de fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes de dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem. (FOUCAULT, 2013b, p. 255).

Foucault (2010b, p. 26), em seu olhar para as relações de poder, esclarece que não podemos imaginar o poder como “um fenômeno de dominação maciço e homogêneo – dominação de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre outros, de uma classe sobre as outras”. Isso seria ter um olhar muito distante do fenômeno dos efeitos do poder. Não devemos, portanto, entender o poder como algo que um grupo detém e não divide com outros grupos que estariam subjugados a ele. Para Foucault (2010b, p. 26), o poder está constantemente em funcionamento:

O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre mãos de alguns, jamais é apossado como riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles.

Para Foucault (2010b, p. 27), devemos olhar historicamente, partindo nosso olhar das relações que ocorrem entre um indivíduo e outro, seguindo, assim, de maneira ascendente, para buscar compreender os mecanismos de poder, “que tem, pois, sua solidez, de certo modo, sua tecnologia própria, foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, inflectidos transformados, deslocados, estendidos, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global” e que necessariamente não estão localizados na classe burguesa. Foucault esclarece, ainda, a este respeito:

[...] no tocante à exclusão da loucura, à repressão, à proibição da sexualidade; como, no nível efetivo da família, do círculo imediato, das células, ou nos níveis mais baixos da sociedade, estes fenômenos de repressão ou de exclusão, tiveram seus instrumentos, sua lógica, corresponderam a um certo número de necessidades; mostrar quais foram seus agentes, e procurar esses agentes não, de modo algum, no âmbito da burguesia em geral, mas de agentes reais, que podem ter sido o círculo imediato, a família, os pais, os médicos, o escalão mais baixo da polícia, etc.; e como esses mecanismos de poder em dado momento, numa conjuntura precisa, e mediante certo número de transformações, começariam a tornar-se economicamente lucrativos e politicamente úteis. (FOUCAULT, 2010b, p. 28).

Tendo em vista a questão da burguesia, e observando suas análises, com temáticas sobre a loucura e sobre a sexualidade, Foucault (2010b, p. 28) ressalta:

[...] aquilo de que a burguesia necessitou, aquilo em que finalmente o sistema encontrou seu interesse, não foi que os loucos fossem excluídos, ou a masturbação das crianças fosse vigiada e proibida - mais uma vez, o sistema burguês pode suportar perfeitamente o contrário-; o ponto em que ele encontrou seu interesse e pelo qual ele se mobilizou não foi no fato de eles serem excluídos, mas na técnica e no próprio procedimento de exclusão.

Foram os mecanismos de exclusão, foi a aparelhagem de vigilância, foi a medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência, foi tudo isso, isto é, a micromecânica do poder, que representou, constituído pela burguesia, a partir de certo momento, um interesse, e foi por isso que a burguesia se interessou.

Foucault (2010b), como observamos, vai mais além quando afirma que a própria noção de “interesses da burguesia” não tem sentido em sua proposta teórica, uma vez que o olhar deve ser para a “micromecânica do poder” que é um olhar para o que foi gerado naquele momento específico. Assim,

[...] não houve a burguesia que pensou que a loucura deveria ser excluída ou que a sexualidade infantil deveria ser reprimida mas os mecanismos de exclusão da loucura, os mecanismos de vigilância da sexualidade infantil, a partir de um certo momento, e por razões que é preciso estudar, produziram certo lucro econômico, certa utilidade política e, por essa razão, se viram naturalmente colonizados e sustentados por mecanismos globais, finalmente, pelo sistema do estado inteiro. (FOUCAULT, 2010b, p. 29).

O olhar de Foucault (2010b, p. 29), em suas análises, foi o de se deter, acima de tudo, nas “técnicas de poder”. A partir daí demonstrou como esses mecanismos de poder estão além da “utilidade política” e do “lucro econômico”.

Em outras palavras: a burguesia não dá a menor importância aos loucos, mas os procedimentos de exclusão dos loucos produziram, liberaram, a partir do século XIX e mais uma vez segundo certas transformações, um lucro político, eventualmente até certa utilidade econômica, que solidificaram o sistema e o fizeram funcionar no conjunto. A burguesia não se interessa pelos loucos, mas pelo poder que incide sobre os loucos; a burguesia não se interessa pela sexualidade da criança, mas pelo sistema de poder que controla a sexualidade da criança. A burguesia não dá a menor importância aos delinquentes, à punição ou à reinserção deles, que não tem economicamente muito interesse. Em compensação, do conjunto dos mecanismos pelos quais o delinquente é controlado, seguido, punido, reformado, resulta, para a burguesia, um interesse que funciona no interior do sistema econômico-político geral. (FOUCAULT, 2010b, p. 29).

Foucault (2010b) observa os séculos XVII e XVIII como o momento específico em que ocorreu “a invenção”, o surgimento e o estabelecimento de uma nova “mecânica de poder” que funcionou com estratégias e ferramentas bem específicas.

Essa nova mecânica de poder incide primeiro sobre os corpos e sobre o que eles fazem mais do que sobre a terra e sobre o seu produto. É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riquezas. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas. É um tipo de poder que pressupõe muito mais uma trama cerrada de coerções materiais do que a existência física de um soberano, e define uma nova economia de poder cujo princípio é o de que se deve ao mesmo tempo

fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita. (FOUCAULT, 2010b, p. 31).

Manoel Barros da Motta, organizador da *Coleção sobre Foucault, Ditos e Escritos*, na Introdução à obra “Estratégia, Poder e Saber”, comenta sobre a maneira como o filósofo descreve o surgimento dessa nova mecânica de poder pela qual a burguesia se interessou, isto é, o poder disciplinar.

O século XIX encontrou um regime por assim dizer sináptico do poder, do exercício no corpo social. A mudança de poder oficial foi ligada a esse processo, mas através de decalagens. Foucault considera que essa mudança de estrutura fundamental foi o que permitiu que fosse realizada essa modificação dos pequenos exercícios do poder. Esse poder disciplinar do que tem de específico possui uma história, não nasceu sozinho nem existiu sempre. Foucault descreve seus pontos iniciais de nascimento na Idade Média, no seu curso sobre o poder psiquiátrico [...] Quanto à sua origem, Foucault diz que ele seguiu uma “trajetória de certa forma diagonal através da sociedade ocidental.” (MOTTA, 2012, p. XXI).

Foucault (2010b), em sua obra *Vigiar e Punir*, identificou três fases pelas quais a nossa sociedade passou, iniciando-se na sociedade de soberania, seguindo para a sociedade disciplinar e chegando à sociedade de controle. O que Foucault percebeu é que o poder soberano, característico das grandes monarquias dos países europeus, foi modificado aos poucos e sobreposto pelo poder disciplinar. O poder soberano, monárquico, que se estabeleceu e perdurou, foi em grande parte endossado pelo discurso jurídico.

Foucault (2013b, p. 281) mostra isso em suas pesquisas, pois teve como um de seus projetos “inverter a direção da análise do discurso do direito a partir da Idade Média”. Isso porque ele defende que a concepção do direito em meados da Idade Média se estruturou a partir de necessidades do rei bem como em seu favor.

O direito no ocidente é um direito de encomenda régia. [...] Não convém esquecer que a reativação do direito romano, em meados da Idade Média, que foi grande fenômeno ao redor e a partir do qual se reconstruiu o edifício jurídico dissociado depois da queda do Império Romano, foi um dos instrumentos técnicos constitutivos do poder monárquico, autoritário, administrativo e, finalmente, absoluto. Formação, pois, do edifício jurídico ao redor da personagem régia, a pedido mesmo e em proveito do poder régio. [...] Em outras palavras, creio que a personagem central, em todo edifício jurídico ocidental, é o rei. É o rei que se trata, é o rei, de seus direitos, de seu poder, dos eventuais limites de seu poder, é disso que se trata fundamentalmente no sistema geral, na organização geral, em todo caso, do sistema jurídico ocidental é o rei. (FOUCAULT, 2010b, p. 23).

Para o filósofo (FOUCAULT, 2010b, p. 23), a função primordial do direito é o de “legitimar” o poder. E ele afirma, no mesmo segmento, que “o problema da soberania é o problema central do direito nas sociedades ocidentais”, ou seja, “que o discurso jurídico



serviu para disfarçar o fato de haver uma dominação e esconder duas coisas: de um lado, os direitos legítimos da soberania, do outro, a obrigação legal da obediência.” A teoria do direito, portanto, foi criada totalmente focada nas questões do rei.

O olhar analítico de Foucault (2010b, p. 25) estava centrado não em saber como o rei mantém sua soberania, mas sim em como se formam “materialmente” os súditos. O autor (FOUCAULT, 2010b, p.26) reitera que seu interesse estava em compreender os efeitos de poder que compõem os súditos, denominados por “corpos periféricos e múltiplos”.

Fazer sobressair o fato da dominação no seu íntimo e em sua brutalidade e a partir daí mostrar não só como o direito é, de modo geral, o instrumento dessa dominação - o que é consenso -, mas também como, até que ponto e sob que forma o direito [...] põe em prática, veicula relações que não são relações de soberania, e sim de dominação. Por dominação não entendo o fato de uma dominação global de um sobre outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade. Portanto não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social. (FOUCAULT, 2013b, p. 281).

Essa nova mecânica de poder que Foucault (2013b, p. 290) afirma ter surgido, nos séculos XVII e XVIII, tinha sua força nas pessoas e suas ações mais nos “corpos” do que na propriedade. O que significa dizer que esse novo poder, o disciplinar, tinha mecanismos diferentes daqueles do poder do soberano. Ao comparar as duas formas de poder exercidos, o disciplinar e o soberano, Foucault explica:

É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riquezas. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano [...] se refere à extração e apropriação pelo poder dos bens e da riqueza e não do trabalho; permite transcrever em termos jurídicos obrigações descontinuas e distribuídas no tempo; possibilita fundamentar o poder na existência física do soberano, sem recorrer a sistemas de vigilância contínuos e permanentes; permite fundar o poder absoluto no gasto irrestrito, mas não calcular o poder com um gasto mínimo e uma eficiência máxima. (FOUCAULT, 2013b, p. 291).

O poder disciplinar é, conforme Foucault (2013b, p. 291), um poder “não soberano”, ignorante às relações de poder soberano, e “foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente”. Porém os fundamentos teóricos da soberania mantiveram-se permeando o direito e inspirando sua constituição no século XIX, e Foucault fundamenta os motivos disso:

A teoria da soberania persistiu como ideologia e como princípio organizador dos grandes códigos jurídicos por dois motivos. Por um lado, ela foi, no

século XVIII e ainda no século XIX, um instrumento permanente de crítica contra a monarquia e todos os obstáculos capazes de se opor ao desenvolvimento da sociedade disciplinar. Por outro lado, a teoria da soberania e a organização de um código jurídico nela centrado permitiram sobrepôr aos mecanismos da disciplina um sistema de direito que ocultava seus procedimentos e técnicas de dominação e garantia o exercício dos direitos soberanos de cada um, através da soberania do Estado. (FOUCAULT, 2013b, p. 292).

Manoel de Barros Motta (2012, p. XXII) expõe que Foucault encadeou o surgimento desse novo poder, o poder disciplinar “de nível microscópico”, com a queda do poder soberano. A partir do momento que o novo poder estruturado sobre os corpos se estabelece, a “mitologia do poder real” converte-se muitas vezes em algo impraticável. Mas Foucault (2012) deixa claro que existem exceções, como se lê abaixo.

É verdade também que foi a montagem desse novo poder microscópico, capilar, que impeliu o corpo social a ejetar elementos como a corte, a personagem do rei. A mitologia do soberano não era mais possível a partir do momento em que certa forma do poder se exercia no corpo social. O soberano tornava-se então uma personagem fantástica, ao mesmo tempo monstruosa e arcaica. Portanto, há correlação entre os dois processos, mas não correlação absoluta. Na Inglaterra, houve as mesmas modificações do poder capilar da França. Mas lá, a personagem do rei, por exemplo, foi deslocada em funções de representação, em vez de ser eliminada. Não se pode, portanto, dizer que a mudança, no nível do poder capilar, seja absolutamente ligada às mudanças institucionais no nível das formas centralizadas do Estado. (FOUCAULT, 2012, p. 159).

O motivo da força das mudanças que as disciplinas promoveram, de acordo com Foucault (2013b, p. 293), foi devido à maneira como estas se impuseram ao discurso do direito além do fato de serem “criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domínios de conhecimento. São extraordinariamente inventivas no nível dos aparelhos que produzem saber e conhecimento”. As disciplinas mantêm um discurso que não é o jurídico, e a regra advinda dos desejos do rei não mais vigora. As disciplinas vão divulgar um discurso que vem da norma, um “código” da “normalização”.

O movimento não é mais o de uma regra criada por um soberano e transformada em lei, mas sim o surgimento de disciplinas que normatizam, que dizem o que é normal e o que não é normal. Foucault (2008a, p. 74) mostra como isso acontece. Primeiro ele afirma que “a disciplina, é claro, analisa, decompõe, decompõe os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações, ela os decompõe em elementos que são suficientes para percebê-los, de um lado, e, modificá-los de outro.” Outro ponto importante das disciplinas é que elas categorizam esses elementos conforme os fins desejados. Foucault (2008a) apresenta alguns

exemplos, como a definição de qual gesto é mais eficiente para se carregar um fuzil, ou qual operário é mais capaz de realizar específico ofício.

A disciplina também estabelece, conforme Foucault (2008a, p. 75), “as sequências ou as coordenações ótimas: como encadear os gestos uns aos outros [...]”, quer dizer, as normas que classificam e hierarquizam as pessoas são responsáveis pelas divisões de tarefas dentro das instituições como escolas, fábricas, exército, entre outras. E por último a disciplina edifica métodos de “adestramento progressivo e de controle permanente”. A partir disso são balizados quem é normal ou anormal, quem é capaz e quem não é. Assim:

A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tomar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esses modelos, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma. (FOUCAULT, 2008a, p. 75).

Foucault (2013a, p. 133) aponta que a condição do aparecimento das disciplinas surge com o desabrochar da “arte do corpo humano”, com função de tornar o homem mais dócil e aproveitável. Instaure-se então um regime de constrangimentos no corpo humano, um controle planejado sobre seus gestos e atitudes, como se observa em seguida.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder, que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma anatomia política que é também igualmente uma “mecânica de poder”, está nascendo, ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” [...] digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 2013a, p. 133, grifo do autor).

Processos disciplinares eram comuns nas instituições religiosas e militares, mas Foucault (2013a, p. 133) aponta que o que chama de disciplina, ou seja, o “[...] controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade- utilidade [...]”, foi sedimentada e, entre os séculos XVII e XVIII, fizeram-se modelos de dominação geral.

A “invenção” dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. A cada vez, ou quase, impuseram-se para responder às exigências de conjuntura: aqui uma

inovação industrial, lá a recrudescência de certas doenças epidêmicas, acolá a invenção do fuzil ou as vitórias da Prússia. (FOUCAULT, 2013b, p. 134).

De acordo com Foucault (2013b, p. 291), essa nova mecânica de poder foi “[...] uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Ela foi um dos instrumentos fundamentais da implantação do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente [...]”. Esse poder que não tem vínculos com o tipo do poder soberano e que a sociedade burguesa viu nascer é o que o filósofo chama de “poder disciplinar”.

Segundo Machado (2013), quando Foucault despertou seu olhar para as questões do poder, a partir de sua pesquisa sobre a história das penalidades, percebeu que existia uma nova tecnologia de controle que se refletia sobre os presos. O filósofo constatou também que essa tecnologia não se restringia ao espaço das prisões, mas por várias outras entidades e instituições do corpo social, como se vê a seguir.

Foi esse tipo específico de poder que Foucault chamou de “disciplina” ou “poder disciplinar”. E é importante notar que a disciplina nem é um aparelho nem uma instituição, à medida que funciona como uma rede que o atravessa sem se limitar a suas fronteiras. Mas a diferença não é apenas de extensão, é de natureza. Ela é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder; são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, é o diagrama de um poder que não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e à manutenção da sociedade industrial capitalista. (MACHADO, 2013, p. 21).

O que Foucault demonstra é que o poder disciplinador é um mecanismo complexo, que tem muitas características específicas, e que a classe burguesa se interessou naquele momento por seus efeitos. Para o teórico:

A moralização da classe operária não foi imposta por Gizot por meio de suas legislações, nem por Dupin por meio de seus livros. Não foram também os sindicatos patronais. Entretanto, ela se realizou, porque respondia ao objetivo urgente de dominar uma mão de obra flutuante e vagabunda. Portanto, o objetivo existia e a estratégia desenvolveu-se, com uma coerência cada vez maior, mas sem que se deva supor que um sujeito detentor da lei, enunciando-se sob a forma de um “você deve, você não deve”. (FOUCAULT, 2013b, p. 376).

Ao ser questionado sobre os sujeitos que se opõem, Foucault (2013b, p. 381) responde:

O que vou dizer não passa de uma hipótese: todo mundo a todo mundo. Não há dados de forma imediata, sujeitos que seriam o proletariado e a burguesia. Quem luta contra quem? Nós lutamos contra todos. Existe sempre algo em nós que luta contra todos.

Os acontecimentos do século XVIII propiciaram o aparecimento de um novo poder disciplinar e de suas técnicas, sob o ponto de vista de Foucault, diferente das técnicas do poder de soberania, e a classe burguesa detectou os efeitos desse poder, se interessou por isso e deles se beneficiou.

Roberto Machado (FOUCAULT, 2013b, p. 22) enfatiza que o poder disciplinar tem suas origens no grande aumento da população no século XVIII e na modificação e incrementação dos instrumentos de produção. A disciplina estimula uma “dominação política do corpo”, o que demarca a imprescindibilidade do exercício de sua “utilização racional, intensa, máxima em termos econômicos”. Essa dominação própria do poder disciplinar transforma o corpo em força de trabalho, quando “trabalhado” por esse processo.

Foucault (2013b), no mesmo texto, aponta três características do poder disciplinar. Primeiramente, a disciplina estrutura o espaço e pensa na ordenação das pessoas nesse determinado local. Observamos essa técnica em vários lugares, como hospitais, prisões e escolas. Para o autor,

Em primeiro lugar a disciplina é um tipo de organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. Isola em um espaço fechado, esquadrinhado, capaz de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que dele se exige. Mas, como as relações de poder disciplinar não precisam necessariamente de espaço fechado para se realizar, essa é sua característica menos importante. (FOUCAULT, 2013b, p. 22).

Depois a disciplina atenta para o tempo. Mais uma vez observamos os efeitos disso em muitos locais, pois há hora certa para se fazer as refeições, para entrar e sair do trabalho, etc. Nosso tempo é cada vez mais esquadrinhado e controlado, pois a disciplina

[...] estabelece uma sujeição do corpo ao tempo, com o objetivo de produzir o máximo de rapidez e o máximo de eficácia. Neste sentido, não é basicamente o resultado de uma ação que lhe interessa, mas seu processo, seu desenvolvimento. E esse controle minucioso das operações do corpo ela o realiza por meio da elaboração temporal do ato, da correlação de um gesto específico com o corpo que o produz [...] (FOUCAULT, 2013b, p. 22).

O terceiro ponto principal do poder disciplinar é relativo à vigilância. Para Foucault (2002), corpos adestrados é o objetivo primordial dessa tecnologia específica do poder - a disciplina. Por disciplina Foucault (2012, p. 344) entende a “[...] generalização e a conexão de técnicas diferentes que devem responder a objetivos locais [...]”, como treinamentos especializados dos militares ou nas escolas. Sobre isso afirma:

De fato, as disciplinas têm seu discurso próprio. Elas mesmas são [...] criadoras de aparelhos de saber, de saberes e de campos múltiplos de conhecimento. Elas são extraordinariamente inventivas na ordem desses aparelhos de formar saber e conhecimento, e são portadores de um discurso,

mas de um discurso que não pode ser o discurso do direito. [...] o discurso da disciplina é alheio ao da lei; é alheio ao da regra como efeito da vontade soberana. Portanto, as disciplinas vão trazer um discurso que será o da regra; não o da regra jurídica derivada da soberania, mas da regra natural, isto é, da norma. Elas definirão um código que será aquele, não da lei, mas da normalização, e elas se referirão necessariamente a um horizonte teórico que não será o edifício do direito, mas o campo das ciências humanas. (FOUCAULT, 2010b, p. 33).

As consequências das técnicas disciplinares podem ser apreendidas em várias instituições, bem como “[...] a facilitação de uma vigilância mais efetiva de corpos domados [...]” (DREYFUS, H.; RABINOW, P, 1995, p. 170). As pessoas são separadas, modeladas e vigiadas da maneira mais eficiente possível, “[...] a fim de atingir este sonho de total docilidade (e o aumento correspondente de poder), de todas as dimensões de poder, espaço, tempo e movimento devem ser codificadas [...]” e exercidas incessantemente, pois,

[...] durante todo o percurso de nossa vida, todos nós somos capturados em diversos sistemas autoritários; logo no início na escola, depois em nosso trabalho e até em nosso lazer. [...] O controle contínuo dos indivíduos conduz a uma ampliação do saber sobre eles, que produz hábitos de vida refinados e superiores. Se o mundo está a ponto de se tornar uma espécie de prisão, é para satisfazer as exigências humanas. (FOUCAULT, 2012, p. 300).

A disciplina (DREYFUS, H.; RABINOW, P, 1995, p. 169) não se sobrepõe aos vários tipos de poder que perpassam nossa sociedade, mas modifica a sua efetividade, pois essa técnica consegue englobar um maior número de indivíduos.

Para Foucault,

Atuando sobre uma massa confusa, desordenada e desordeira, o esquadramento disciplinar faz nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual o indivíduo emerge como alvo do poder [...]. É o hospício que produz o louco como doente mental, personagem individualizante a partir da instauração de relações disciplinares de poder. [...] o poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário, o fabrica. (FOUCAULT, 2013b, p. 25).

Foucault (2010b, p. 24) defende que o poder disciplinar é uma tecnologia que cria individualidades, e o que determina que um corpo, “gestos, discursos, desejos” sejam classificados como indivíduos é o efeito do poder. Um dos efeitos do poder é constituir o indivíduo, mas também é resultado da individualidade, já que “o indivíduo é uma produção do poder saber”. Assim,

[...] o adestramento do corpo, o aprendizado do gesto, a regulação do comportamento, a normatização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso se faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular individualizada – o homem – como produção do poder. Mas também, e ao mesmo tempo, como objeto de saber. Das técnicas de individualização,

nasce um tipo específico de saber: as ciências do homem. (FOUCAULT, 2013b, p. 26).

Foucault (2013a, p. 133) reitera que sua intenção não se concentra em realizar um histórico de todas as entidades disciplinares em suas individualidades, mas de buscar padrões nas técnicas utilizadas que se difundem com mais frequência, ou seja,

Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova “**microfísica**” do poder; e porque não cessaram, desde o século XVII, de ganhar campos, cada vez mais vastos como se tendessem a cobrir o corpo social inteiro. Pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis, ou que procuram coerções sem grandeza, são eles entretanto que levaram à mutação do regime punitivo, no limiar da época contemporânea. (FOUCAULT, 2013a, p. 134, grifo nosso).

Uma preocupação central de Foucault a que ainda não nos detivemos é sua compreensão sobre o poder, em especial o “micropoder”. A teoria marxista em geral defende que é real a existência de múltiplos poderes, mas a dinâmica de poder exercida em locais, como uma fábrica, é dominada por uma classe, no caso a burguesia, e os aparelhos de Estado podem ser estruturados em favor deste grupo. Este não é o posicionamento de Foucault, pois para o filósofo uma instituição, como uma fábrica, é permeada pelo poder disciplinar. Foucault (2013a, p. 133) ao afirmar que a disciplina é “uma anatomia política do detalhe”, quer dizer que precisamos nos ater aos pequenos detalhes, aos “micropoderes”.

O filósofo defende que os motivos que levaram a burguesia à dominação foram acima de tudo o surgimento do poder disciplinar. Por isso, compreender o que é o poder e quais seus efeitos é essencial para apreender o posicionamento dos sujeitos burgueses nesse filme de Buñuel, que materializa saberes e conseqüentemente revela relações de poder.

No próximo capítulo, realizaremos a análise do filme *O Discreto Charme da Burguesia*.

## 7 O BARULHO QUE OCULTA A DISCRETA VIOLÊNCIA DA BURGUESIA

Neste capítulo buscaremos demonstrar a aplicação dos conceitos “saber” e “enunciado discursivo” em suas relações com o “poder” e “verdade”, de Michel Foucault, tal como expomos no capítulo quatro, em algumas sequências do filme *O Discreto Charme da Burguesia*, do diretor Buñuel (1972).

Pontualmente, como já explicamos no capítulo três, o caminho para se buscar o enunciado é por meio das relações entre: a) “série” - em que o enunciado reiteradamente aparece; b) o “sujeito” - que pode ser um ou vários; c) as “materialidades” - que podem se apresentar em diversas manifestações de linguagens, como em imagens fixas e/ou em movimento, na escrita, oralidade, dentre outras; d) o “campo associado” - que relaciona, regulariza e une os enunciados, formando discursos.

Aplicamos esses conceitos no filme de Buñuel (1972), *O discreto Charme da Burguesia*, e chegamos a um determinado enunciado: “**O barulho que oculta a discreta violência da burguesia**”.

A aplicação desses conceitos no filme nos fez procurar focar nosso olhar nas interações das materialidades – imagéticas, sonoras, escritas - que se estabeleceram em três sequências fílmicas de Buñuel, tendo em vista o olhar sobre o sujeito “burguesia”.

A primeira sequência (12’:25’’) acontece quando o Embaixador e seus sócios no negócio ilícito se referem ao tráfico de drogas, e o barulho de um carro “abafa” a denúncia do nome de um outro Embaixador que é traficante.

A segunda sequência (45’: 36’’) destacada se dá no encontro do Embaixador com a terrorista, em sua casa, quando novamente o barulho se sobrepõe à reivindicação da moça.

A terceira sequência (1h29’: 41’’) ocorre quando o grupo de burgueses em questão é preso, e percebe-se que há barulho em três cenas: quando o Ministro telefona para o Oficial de polícia pedindo para soltar o grupo, e sua explicação do motivo é abafada por um barulho de avião; depois isso se repete novamente; e quando o mesmo Oficial de polícia ordena para que seu subalterno libere o grupo, e sua fala é coberta pelo som de uma máquina de escrever.

Detectamos aqui o barulho que oculta falas e que acontece em três sequências, em cinco momentos, tornando-se um enunciado discursivo uma vez que está dentro de uma série que se repete. Os barulhos aparecem nas três sequências e em cinco momentos e são evidenciados, enunciativamente. Analisaremos as sequências mais atentamente a seguir.

Na primeira situação em que percebemos o enunciado discursivo, o Embaixador recebe o Sr. Thévenot e o Sr. Senechal, em sua sala, na Embaixada de Miranda (10’:30’’). O



Sr. Thévenot olha pela janela e diz: “Rafael, há uma bela moça aqui em frente à portaria”. O Embaixador chega perto da janela, olha, e vemos uma moça na calçada vendendo cachorrinhos de pelúcia. O Embaixador pega uma espingarda e, sob protestos dos amigos, atira em um dos cachorros. A moça sai correndo. O amigo pergunta:

Sr. Thévenot: - Mas quem é?

Embaixador: - Aquela é de Miranda.

Sr. Thévenot: - Ah! De Miranda?

Embaixador: - Sim, faz parte de um bando de terroristas. Há muito me perseguem. (O DISCRETO..., 1972).

A moça entra em um carro com outros três rapazes, e eles partem. Os amigos perguntam:

Sr. Senechal: - Em que sentido?

Embaixador: - Ora essa! Para me sequestrar, para me assassinar, vá saber com os terroristas.

Sr. Thévenot: - Avisaram a polícia?

Embaixador: - No momento não quero. Entenderá o porquê. Esqueci de dizê-lo, tive problemas no aeroporto. Queria revistar minha mala diplomática. (O DISCRETO..., 1972).

O Embaixador pega um saco de dentro de um cofre e continua falando:

Embaixador: - Tive que telefonar ao Ministro.

Sr. Senechal: - Revistar mala diplomática é inacreditável.

Embaixador: - Um mês atrás prendemos o Embaixador de...um Embaixador com 40 kilos de cocaína.

Sr. Thévenot: - Um Embaixador? Qual Embaixador?

Embaixador: - A coisa foi mantida em segredo. Aqui estão 15 quilos. (O DISCRETO..., 1972).

Nessa hora, o Embaixador entrega dois sacos com um pó branco aos amigos. Ele fala alguma coisa, mas não conseguimos escutar, pois sua voz é encoberta pelo som muito alto de um carro. Depois disso a conversa continua:

Sr. Senechal: - O Embaixador dos EUA?

Embaixador: - Sim.

Sr. Senechal: - Este é o quarto Embaixador que perdemos.

Embaixador: - Precisamos encontrar outro jeito. (O DISCRETO..., 1972).

Nesta sequência, surge pela primeira vez a personagem da terrorista e seu grupo de Miranda. O Embaixador não sente nenhum embaraço de ameaçá-la em público, tanto que atira pela janela com uma arma, na direção da moça, acertando o cachorrinho de pelúcia que ela manuseava. A relação de força e dominação apresentada nesta sequência sugere que a posição do Embaixador, por sua imunidade diplomática, permite-o agir impunemente, qual seja, atirando em alguém em plena luz do dia, da janela da Embaixada. Essa possibilidade só

acontece devido ao cargo que ele ocupa. A terrorista apresenta um movimento de resistência que ameaça a estrutura que o Embaixador representa - um governo ditatorial.

O Embaixador neste caso representa o governo de Miranda, e o que Buñuel nos expõe é um governo sem limites no trato com a sua população. Tanto é que Rafael responde aos apelos de seus amigos simplesmente dizendo: “Aquela é de Miranda.”, e justifica: “Faz parte de um bando de terroristas”. Prática comum de governos ditatoriais é considerarem infratores seus opositores e nomeá-los terroristas.

Ao afirmar que não tem problema atirar na jovem, pois “ela faz parte de um bando de terroristas”, o Embaixador justifica sua violência descontrolada. O discurso que nomeia de terroristas, pessoas que de algum modo resistem à dominação, foi uma prática comum no Brasil à época da ditadura militar. Esse discurso era utilizado para justificar a prisão e a agressão direcionada àqueles que se rebelavam.

Segundo Vidal (2010, p. 279), o terrorismo tinha se tornado uma obsessão na última fase da filmografia de Buñuel, tendo sido tema de seus dois últimos filmes: *Esse Obscuro Objeto de Desejo* e *O Fantasma da Liberdade*. O autor afirma ainda que “iba abordar monograficamente em su guión no rodado, *El canto del Cisne*, abandonado em 1980”<sup>16</sup>.

Nessa sequência, também conhecemos “a natureza dos negócios” desse grupo burguês. Eles traficam drogas se aproveitando da posição do Embaixador que tem trânsito livre com sua bagagem. Vemos que se mostram indignados com o desrespeito à insistência das autoridades em verificar a bagagem diplomática. Isso para eles é prerrogativa, direito do Embaixador e não pode ser questionado, afinal é o que lhes permite realizar o negócio ilegal de drogas. O que acontece aqui é uma inversão de valores, uma vez que para a população em geral traficar drogas não é uma prerrogativa. Contudo, para esse grupo, é muito fácil por conhecerem os caminhos que facilitam o tráfico: a mala diplomática, os contatos com o Ministro.

O sujeito Embaixador Rafael afirma que precisou ligar para o Ministro, personagem que o livra desse embaraço e que conheceremos mais à frente, em outra sequência, socorrendo os amigos. O cargo de Embaixador para Rafael é uma porta aberta para cometer os atos que deseja. O fato de o Ministro endossar suas ações criminosas e as de seus amigos burgueses confere-lhe segurança.

---

<sup>16</sup> Tradução livre: “Iria abordar monograficamente no seu filme não rodado, *O canto do Cisne*, abandonado em 1980”.

O barulho de um carro passando na rua mascara o provável nome do Embaixador que foi preso com quarenta quilos de cocaína. Sabemos que foi o Embaixador americano, mas não quem foi. O barulho aqui protege a identidade do Embaixador envolvido no caso. Escutamos o barulho encobrendo e protegendo o outro Embaixador, e percebemos aqui o barulho ocultando, de maneira discreta, uma ação ilegal daquele grupo.

O Embaixador e o seu grupo de amigos, portanto, foram caracterizados nesta análise por meio das práticas discursivas de Buñuel. Ele coloca seus personagens em uma posição social de dominação, demonstrando a liberdade com que cometem os mais atrozes atos.

Podemos perceber que Miranda, país do Embaixador Rafael, é uma alusão aos países da América Latina que vivenciaram governos ditatoriais, quando então o Embaixador conversa com Monsenhor Dufour, na sequência fílmica (48':23'') a seguir:

Monsenhor: - Estou feliz de conhecê-lo. Sabe que temos uma missão importante em Bogotá.

Embaixador: - Bogotá é na Colômbia, Monsenhor.

Monsenhor: - Sim, é verdade. Na Colômbia. Perdoe-me, não conheço a República de Miranda. Mas ouvi dizer que é um país magnífico. As Cordilheiras dos Andes, os pampas.

Embaixador: - Ao contrário, os Pampas são na Argentina, Monsenhor.

Monsenhor: - Certo, os Pampas. Também o deve saber. Tenho visto recentemente um livro da América Latina. Havia umas fotos estupendas das suas antigas pirâmides.

Embaixador: - Nossas pirâmides?

Monsenhor: - Sim.

Embaixador: - Não temos pirâmides em Miranda. No México e na Guatemala, sim.

Monsenhor: - Tem certeza disso?

Embaixador: - Absolutamente. (O DISCRETO..., 1972).

Nesta conversa entre os personagens encontramos referência a seis países da América Latina: Guatemala, Argentina, Uruguai, Chile, México e Colômbia, todos países que experimentaram governos ditatoriais, assim como acontecia no Brasil, nessa época.

Em um momento significativo do filme, podemos perceber o quadro exato da situação política social e econômica do país fictício de Miranda que, como já dissemos, é uma alusão a países da América Latina. Ocorre quando em (1h08':47'') um jantar na casa do Coronel vários convidados tecem questionamentos sobre a situação de Miranda. A esposa do Comandante pergunta ao Embaixador:

Esposa do comandante: - É verdade aquilo que dizem que em certas regiões há uma miséria pavorosa?

Monsenhor: - Acho que o abismo entre os pobres e ricos se alarga a cada dia.

Embaixador: - Não. Alguém os enganou. Estamos em plena expansão econômica. Os números provam isso. (O DISCRETO..., 1972).

O Embaixador continua circulando pela festa, e outro convidado inicia uma conversa:

Convidado: - Perdoe-me, excelência. Ouvi falar em seu país. Interesse-me muito por problemas administrativos

Embaixador: - E de que quer falar?

Convidado: - Dizem ser frequentes os subornos aos juízes e aos policiais.

Embaixador: - Em outros tempos talvez. Acontece em muitos outros países. Hoje em Miranda temos a democracia, e a corrupção não existe mais. (O DISCRETO..., 1972).

O Embaixador se afasta daquele convidado e tenta se retirar da festa, mas a esposa do Coronel o impede alegando que seu marido deseja lhe falar. O Embaixador conversa com o Coronel, adiante (1h10': 33''):

Coronel: - Seu país tem sido muito comentado ultimamente mostrando, temo, recordes de homicídios em relação aos habitantes, não é verdade?

Embaixador: - Não, Coronel, o senhor está errado.

Coronel: - Não, parece que se assassina um por um, gratuitamente. Ao menos 30 mortes ao dia.

Embaixador: - Não, Coronel, creio que o senhor está tentando me ofender.

Coronel: - Não, nem de longe digo aqui que sei. Li recentemente uma pesquisa muito séria.

Embaixador: - Permita-me por em dúvida suas palavras.

Coronel: - Não, repito-lhe. Sei aquilo que digo. (O DISCRETO..., 1972).

A conversa termina em discussão, e o Embaixador acaba assassinando o Coronel. Mas tudo não passava de um sonho.

Vidal (2010, p. 285) faz um comentário sobre esse episódio e diz que aquele ocorrido foi mais uma ironia típica de Buñuel. O Coronel pergunta sobre os homicídios de Miranda, e o Embaixador, ofendido com as insinuações de violência em seu país, dá-lhe três tiros. O sujeito Embaixador Rafael, neste caso, responde exatamente como os governos ditatoriais o fazem, silenciando quem se opõe, de maneira extremamente brutal. Precisamos lembrar que Buñuel vivenciou uma realidade de extrema violência, durante a Guerra Civil Espanhola, e tem como referência uma ditadura linha dura, do General Franco em seu país, a Espanha. No filme, essa sequência que trata da corrupção e suborno de juízes foi censurada na Espanha franquista.

Os saberes produzidos pelo discurso imagético de Buñuel vêm carregados de outros dizeres, como a noção de hierarquização social, dominação através da violência, impunidade. Esse é um discurso legitimado, mas não produz verdades inquestionáveis. Esses discursos influenciam a produção de subjetividades e identidades do que é pertencer a um grupo, “a burguesia”.

Os comportamentos, gestos, normações e hierarquizações fazem com que este grupo, o dos burgueses, seja produto da individualização, que é um dos efeitos do poder. Os burgueses, no filme, comportam-se de maneira específica, com gestos e maneiras que os tornam coesos e pertencentes a um grupo específico. Podemos observar isto em (17': 20'') quando, no filme, oferecem bebida ao chofer e depois falam da maneira de se apreciar uma bebida. O empregado não domina esse código que une os burgueses enquanto detentores desse saber. O Sr. Thévenot diz:

Sr. Thévenot: - Viram? Este é o exemplo de como não beber um Martini seco.

Sra. Thévenot: - Dê um desconto, é um homem do povo. Não teve educação.

Embaixador: - Nenhum sistema dará ao povo o requinte necessário. Vocês me conhecem, não sou reacionário. (O DISCRETO..., 1972).

A distinção de quem pertence a qual núcleo é bem objetiva aqui, e é especialmente o que os diferencia. Das técnicas de individualização nascem tipos de saberes específicos e mecanismos de poder que endossam certo tipo de dominação.

O que permite uma compreensão mais específica desses discursos não está na verdade que os sedimenta, mas no entendimento do que acontece através das regularidades e dispersões que estão na base de sua estruturação. Daí a importância de compreender a produção discursiva pelo viés das continuidades e descontinuidades históricas. Este filme trata de um grupo de amigos que, ao longo da obra, tenta realizar uma refeição juntos. Entre os meandros surrealistas das sequências, que não apresentam uma linearidade óbvia, percebemos que esse conjunto de pessoas pertencem à burguesia citada no título. Esse grupo realiza, assim, ao longo do filme, práticas correlatas que os une e se revelam pelo enunciado “**O barulho que oculta a discreta violência da burguesia**”.

Podemos perceber também na fala de Luis Buñuel o discurso da Igreja Católica, que é extremamente presente na cultura do povo espanhol. Esse elemento é visível em toda sua obra. No filme *O Discreto Charme da Burguesia*, algumas sequências demonstram um clero subserviente a outros personagens do grupo. Este é mais um campo associado no discurso fílmico de Luis Buñuel, no caso, o discurso da Igreja Católica, o que expõe as relações de poder ali engendradas.

Neste filme, um sujeito que se destaca e que reforça o discurso religioso do diretor é o Bispo Dufour. Ele aparece pela primeira vez na trama em (24':56''), no momento em que vai até a casa do casal Senechal. Primeiramente, ele é atendido por uma empregada da casa e está usando as vestimentas de um Bispo. Como o casal não estava em casa, Dufour vai até o quintal e muda de roupa. O que acontece então é que, na primeira vez que se apresenta ao

casal, está vestindo trajes civis simples de trabalhador, com um avental jeans, e segurando uma ferramenta de jardinagem. Neste instante (24':56''), o Bispo entra na casa e diz:

Bispo: - Bom dia, Sr. e Sra., sou o Monsenhor Dufour, Bispo da Diocese. Gostaria de falar com vocês.

Sr. Senechal: - Quem você diz ser?

Empregada: - Sim, estava aqui um momento atrás. Eu o fiz entrar.

Sr. Senechal: - Estão de gozação? O senhor queira se retirar! Fora! Fora! (O DISCRETO..., 1972).

Sr. Senechal agarra o Bispo pelo braço e o faz sair porta a fora. Depois disso, briga com a empregada por causa da imprudência dela:

Sr. Senechal: - O que tem na cabeça? Deixa qualquer um entrar?

Empregada: - Me disse que era bispo.

Sra. Senechal: - E acreditou?

Sr. Senechal: - Não confie em estranhos.

Sra Senechal:- E que isso não se repita. (O DISCRETO..., 1972).

O Bispo volta (26':14'') a casa, vestindo, agora, seus trajes da Igreja e diz:

Bispo: - Vê? Acreditam em mim agora?

Sr. Senechal: - Eu não compreendo.

Sra. Senechal: - Estamos confusos. (O DISCRETO..., 1972).

O casal fica muito desconcertado, beija a mão do Monsenhor, pede desculpas e o aceita em casa. O respeito que o casal demonstra ao Bispo é baseado meramente nas vestes daquele homem que se diz Monsenhor. Quando ele aparece vestido de trabalhador, mesmo afirmando ser quem é, é expulso de maneira indigna daquela casa. O próprio Sr. Dufour entende que precisa estar vestido de maneira adequada para ser reconhecido como pertencente a um grupo.

Buñuel, assim, apresenta essa sequência para reafirmar o comportamento dessa classe que se reconhece através de gestos, comportamentos e normações, o que a distingue dos outros grupos e fortalece seu vínculo. É preciso saber como se sentar, vestir-se para certa ocasião, comer com vários talheres, beber uma bebida diferente, dentre outros. Tudo isso são saberes que caracterizam o grupo que domina esses conhecimentos, sustenta-os e individualiza-os. Isso é um dos efeitos do poder.

O Bispo pede para trabalhar como jardineiro do casal, atitude essa que muito surpreende o Sr. e a Sra. Senechal. O Bispo reitera: “Não se maravilhe, senhora. A Igreja está muito mudada. Já ouviu falar de padre operário? Com os bispos é igual.” Quando o Sr. Senechal questiona sua habilidade na função, ele refuta:

Bispo: - Quando era menino, morava em uma casa grande. Era muito parecida com esta. Os meus pais, que Deus os tenha em glória, morreram de morte violenta. Tínhamos um ótimo jardineiro que me ensinou tudo.

Sra. Senechal: - Seus pais morreram de morte violenta?

Bispo: - Sim, envenenados com arsênico.

Sra. Senechal: - Mas por quê?

Bispo: - Nunca descobriram o culpado. (O DISCRETO..., 1972).

Descobrimos mais tarde, no filme, que o jardineiro da família foi quem envenenou os pais do Bispo, como se verá logo mais.

Outro detalhe importante nesta sequência é o fato de discutirem o salário a ser pago. O Bispo faz questão da “tarifa sindical”. O casal reluta, pois o antigo jardineiro não era registrado. O Sr. Dufour diz: “Os outros...mas eu quero estar em ordem, entende?” Percebemos aqui que o Monsenhor, apesar de estar se sujeitando a trabalhar para o casal, faz questão de deixar claro que não é como “os outros”. Ele faz isso quando comenta que já morou em uma casa como aquela, e que já teve um jardineiro - o que nos indica que ele faz parte desse grupo de pessoas abastadas.

Para Buñuel, o Bispo representa a Igreja Católica, e seu posicionamento ao longo do filme demonstra isso em várias ocasiões. O Sr. Dafour, por exemplo, junta-se ao grupo de burgueses e participa de muitos jantares e reuniões.

Outra sequência, em (1h15’), mostra-nos o Bispo cuidando do jardim e conversando com a Sra. Senechal. Uma charrete para em frente ao portão da casa, uma senhora desce dela e pergunta:

Senhora: - Bom dia, senhor.

Bispo: - O que deseja, senhora?

Senhora: - Onde posso encontrar um padre por aqui?

Sra. Senechal: - Um padre? Procure na paróquia.

Bispo: - Madame...sou um padre! (O DISCRETO..., 1972).

A Senhora Senechal dá uma risada e coloca a mão na boca, pois se esquecera que seu jardineiro é bispo.

Logo em seguida vemos uma sequência reveladora, em (1h17’:03’’), que mostra o Bispo saindo para dar a extrema unção a um moribundo. Chegando ao local, o homem confessa que matou os pais do religioso. O Bispo o absolve dizendo: “Que Nosso Senhor Jesus Cristo lhe perdoe. E eu no Seu nome lhe perdoo os pecados. Fique em paz.” Ao se dirigir à porta vê uma arma, pega-a e atira no moribundo.

Buñuel não perde a oportunidade de desacreditar nos membros da Igreja Católica. A denúncia foi tão explícita, que esta sequência também foi censurada na Espanha, quando o filme foi exibido. De acordo com Vidal (2010, p. 286), Buñuel, por isso, jurou não passar

mais seus filmes na Espanha até que acabasse a censura franquista. Mas fica claro como na Espanha da época esse tipo de provocação não era bem aceita.

Buñuel, em sua obra, demonstra constantemente os membros da Igreja Católica como submissos à classe burguesa, mas com os mesmos comportamentos violentos. O diretor tem um referencial da Igreja Católica da Espanha de sua juventude. Destacamos aqui mais um campo associado que se revelou, também, na vida do diretor. Sobre a Guerra Civil Espanhola, Buñuel afirma:

Durante toda minha vida, impressionou-me muito a famosa fotografia onde se vêem, diante da catedral de Santiago de Compostela, dignitários, eclesiásticos cobertos com seus ornamentos sacerdotais, fazendo a saudação fascista, ao lado de alguns oficiais. Deus e a Pátria estão ali, lado a lado. Só nos traziam a repressão e o sangue. (BUÑUEL, 1982, p. 240).

O Bispo, apesar de fazer parte do grupo e ter uma história de vida “burguesa”, pois afirma que morava em uma casa grande, mostra-se sempre servil. Buñuel ataca essa postura da Igreja Católica desde sempre, como sendo uma Igreja subserviente, ao dizer sobre a Espanha (BUÑUEL, 1982, p. 240): “Deus e a Pátria estão ali, lado a lado. Só nos traziam a repressão e o sangue”.

Na sequência (51’: 11’’), esta declaração de Buñuel se materializa de uma maneira muito clara, apontando-nos as relações de poder nas suas bases mais microscópicas, uma vez que vemos um membro do grupo de burgueses que representa a Igreja Católica sendo servil com a dona da casa para atender aos membros do exército que acabaram de chegar. Percebemos isso, quando então a cavalaria do exército chega adiantada, na casa de um dos burgueses, sendo que estavam sendo esperados somente para o dia seguinte. A dona da casa pede ao Monsenhor que busque cadeiras para os militares, ao que ele responde cordialmente:

Bispo: - A seu serviço, madame. (O DISCRETO..., 1972).

E mais à frente (52’:21’’), o Monsenhor desce as escadas carregando duas cadeiras, e a dona da casa fica brava e diz:

Sra. Senechal: - Mas não são estas.

Bispo: - Eu vou buscar as outras.

Sra. Senechal: - Certo. (O DISCRETO..., 1972).

Ela vira as costas e depois, arrependida e com ar complacente, diz:

Sra. Senechal: – Monsenhor... está bem, está bem, deixe. (O DISCRETO..., 1972).

O Bispo assume uma postura não de alguém que está ajudando, mas sim servindo.



Em outra sequência (1h29': 41''), Buñuel demonstra seu forte elo com a Igreja Católica.

Logo no início, na delegacia de polícia, escutamos o Brigadeiro dizer que estava lavando suas mãos, como se fosse uma passagem bíblica. Buñuel apresenta constantemente referências à Igreja Católica em seus filmes. Nos campos associados entre o discurso religioso e fílmico, vemos o homem que vai soltar os prisioneiros, no caso os burgueses, que são criminosos, realizando um gesto que remete a uma passagem significativa descrita no livro da Bíblia. Conta que Jesus foi levado a julgamento perante Pilatos, que disse ao povo (BÍBLIA, Mt 27,24 p. 1755):

Que farei de Jesus que chamam de Cristo? Todos responderam: que seja crucificado! Tornou a dizer-lhes: Mas que mal ele fez? Eles, porém gritavam com mais veemência: seja crucificado! Vendo Pilatos que nada conseguia, mas, ao contrário, a desordem aumentava, **pegou água e sabão e lavando as mãos na presença da multidão, disse: Estou inocente desse sangue.** A responsabilidade é vossa. (BÍBLIA, p. 1755).

No livro da Bíblia, o gesto de lavar as mãos tem essa conotação, a de se isentar da responsabilidade de algo, e é isso mesmo que o Brigadeiro faz. Ele se inocenta do dever de cumprir a lei, afinal, ele estava somente seguindo ordens, como Pilatos. Aqui vemos mais uma vez a transgressão de Buñuel das histórias do livro da Bíblia. Jesus Cristo foi condenado à morte, e Pilatos se isentou da responsabilidade. No filme, o Brigadeiro liberta os criminosos, os amigos burgueses e o Embaixador, como se não tivesse outra opção. Este é mais um campo que associa o discurso da Igreja Católica, que endossa esse comportamento de esquiva assumido pelo policial para proteger os burgueses, reiterando um mesmo enunciado.

Logo no início do filme, há outro momento em que encontramos o **“O barulho que oculta a discreta violência da burguesia”**. Esse acontece quando o Embaixador se depara com a jovem terrorista de Miranda.

Após o encontro frustrado com a amante, o Embaixador olha pela janela, a vê partir com o marido e percebe a “terrorista” se aproximando de seu prédio (43':16''). Imediatamente, ele pega a arma que mantém dentro de uma sopeira de louça. Escuta a campainha tocar e sai pelos fundos do apartamento. Surpreende a terrorista e diz:

Embaixador: - Não se mova e levanta as mãos. (O DISCRETO..., 1972).

A terrorista levanta as mãos e ele pega a bolsa dela. Ele então passa a revistá-la em busca de armas e apalpa seu corpo, dizendo:

Embaixador: - Decididamente é mais adequada para o amor do que para jogar a guerra. (O DISCRETO..., 1972).

Eles entram no apartamento. Vemos um *close* dos tênis velhos e rasgados da jovem, enquanto em um movimento nervoso ela coça a perna. O Embaixador neste momento diz:

Embaixador: - Poderia me achar um safado, não é? Seria também um socialista se acreditasse em Deus. Quantos anos você tem? (O DISCRETO..., 1972).

A terrorista se levanta, pega um abajur da mesa e o joga longe. O Embaixador dá risada e diz:

Embaixador: - Você e seus amigos não têm nenhuma chance. A violência não leva a nada. Sempre digo isso. Deve ser uma boa dona de casa. Aqui está o pão, a alface, a chave dos sonhos (diz isso enquanto vasculha a bolsa dela). (O DISCRETO..., 1972).

Ao encontrar uma arma na bolsa, diz:

Embaixador: - Caramba! Um homem prevenido vale por dois. Você não concorda? Quer um pouco de champanhe? (O DISCRETO..., 1972).

Ele serve dois copos de champanhe:

Embaixador: - Tem dois irmãos menores?

Ela pega o copo de champanhe e o joga longe. O Embaixador se senta em frente à moça, bebe seu champanhe e continua:

Embaixador: - Mas no fundo temos a mesma ideia. Na bomba atômica e na poluição, por exemplo, você é contrária, também eu (enquanto isso começa a passar as mãos na perna dela) ...

Embaixador: - Você é pelo amor livre, e eu também... (O DISCRETO..., 1972).

Neste momento, um som alto de alarme começa a tocar e a aumentar gradativamente. Ela afasta as mãos do Embaixador, levanta-se e começa a falar, enquanto o som da buzina vai aumentando cada vez mais até encobrir totalmente o que ela está dizendo. Podemos ouvir apenas as primeiras frases:

Terrorista: - O senhor não tem o direito de me tocar. Mao Tse Tung...

Embaixador: - Ah, não, não, não. Se Mao disse assim, quer dizer que não entendeu Freud. Refletindo bem, a solução para os problemas da fome e miséria é a solução militar. Perceberá isso em Miranda quando deverá abrir as suas belas coxas a um batalhão da infantaria. (O DISCRETO..., 1972).

Neste momento, ela pega a arma.

Embaixador: - Não concorda? (O DISCRETO..., 1972).

Ela tenta atirar, mas a arma não funciona, está sem balas. Ele estava de costas, arrumando o abajur que ela jogou e, quando se vira, está com uma arma nas mãos apontando para ela.

Embaixador: - E agora? A sua está certamente carregada, porque veio para me matar... (O DISCRETO..., 1972).

Ele tira a arma da mão dela, enquanto se aproxima.

Embaixador: - Poderia me livrar facilmente de você. Legítima defesa. Mas mostrarei que sei ser muito generoso. A porta está aberta. Vá embora.

Embaixador: - Tenho um jantar esta noite, preciso me arrumar. Vá embora. (O DISCRETO..., 1972).

Ela sai correndo do apartamento e bate a porta. O Embaixador larga a arma e corre para a janela. Ele tira um lenço branco do bolso e faz um sinal para dois homens que estavam na rua, lá embaixo. Os dois homens sequestram a moça assim que ela sai do apartamento e a arrastam para um carro que parte. Depois vemos o Embaixador olhando tudo da sacada de seu apartamento.

Neste embate entre a terrorista e o Embaixador, Buñuel explicita através das imagens e do texto, como o ocultamento por meio do barulho funciona enquanto estratégia para rebater a resistência que a moça declara, inclusive fisicamente. Os governos ditatoriais, em sua maioria, não escutam as reivindicações de grupos opositores, perseguindo-os e reprimindo-os, como é o caso desse grupo terrorista que persegue o Embaixador, durante o filme.

O Embaixador ameaça a integridade física da jovem com seu comportamento agressivo, mas sutil. Ele tem uma fala mansa, olhares sedutores, mas deixa claro a todo o momento que tem total controle sobre a situação e, especialmente, sobre a vida dela.

Assim que a encontra na porta de seu apartamento, ele aponta a arma e a revista, dizendo: “É mais adequada para o amor do que para jogar a guerra”, e a apalpa de maneira inapropriada. Quando entra em seu apartamento, ela se senta na cadeira e ele em cima da mesa, ficando em uma posição superior, acima dela, demonstrando que está no comando.

Ao revistar a bolsa da jovem, o Embaixador faz insinuações sobre sua vida simples, sua posição de mulher, que cozinha e cuida de uma casa, o que contradiz com a real condição dela de rebelde que está ali disposta a matá-lo.

Ele oferece champanhe a ela como se estivessem em um encontro romântico, transvertendo totalmente o que ali se passa. Depois passa a mão nas pernas da jovem, cheio de luxúria e, nesse momento, ela se rebela, levanta-se e diz: “O senhor não tem o direito de me tocar, Mao...”, iniciando um discurso que não conseguimos escutar, pois um barulho alto de sirene rouba a sua fala. Primeiro ela resiste, mas sua fala fica totalmente abafada pelo barulho. Nesta sequência, podemos perceber posicionamentos políticos dentro de um embate, táticas de poder e de resistência da jovem ao atirar o abajur longe e quebrar o copo, especialmente a

reação que teve ao ser tocada, bem como ao tentar matar o Embaixador. Rafael, por sua vez, rebate e devolve a violência.

O Embaixador com suas palavras: “Refletindo bem, a solução para os problemas da fome e miséria é a solução militar”, oferece a alternativa que significa opressão. O personagem está fazendo aqui alusão direta à linha dura das ditaduras. E por fim quando sentencia: “Perceberá isso em Miranda, quando deverá abrir as suas belas coxas a um batalhão da infantaria.” - a referência à tortura é clara. Muitas mulheres presas sob o regime ditatorial militar no Brasil sofreram violências e torturas sexuais.

Silenciar vozes e encobrir reivindicações é um mecanismo de poder bastante utilizado por governos ditatoriais, através de censuras, prisões e assassinatos.

A estratégia de silenciar pessoas resistentes ao sistema vigente foi muito utilizada por governos ditatoriais militares em vários países da América Latina, inclusive pelo Brasil nas décadas de 60, 70.

Acreditamos que Buñuel reitera em seus filmes a questão do terrorismo não como o entendemos hoje em dia, mas como foi percebido naquela época: qualquer resistência a governos, seja pela palavra, através de textos, panfletos ou manifestações, e por atos violentos, como sequestros e assassinatos. O medo do Embaixador não era infundado. No Brasil, foram registrados alguns casos de sequestro de embaixadores por grupos resistentes.

É bastante explícita, também, a maneira como Buñuel manifesta sua postura neste filme com relação à situação dos países que viviam ditaduras militares, na América Latina. Isso é possível através dos subterfúgios que utiliza, como os barulhos que silenciam vozes ou mesmo através da fala de alguns de seus personagens. O diretor dá voz a todos os que sofreram, rebelaram-se contra governos ditatoriais e suas formas de repressão, e foram silenciados, uma vez que ele denuncia o que acontecia.

Buñuel provavelmente teve acesso a registros e relatos sobre os acontecimentos referentes a esses fatos e optou por mostrá-los através da linguagem cinematográfica.

O tema da tortura aparece de maneira reiterada nessa obra de Buñuel. E este é mais um campo que se associa no discurso fílmico do diretor. Percebemos que a questão da tortura aparece reiteradamente em algumas sequências, e está diretamente ligada a governos ditatoriais que utilizavam esta prática com muita frequência.

Vimos a primeira alusão à tortura no excerto (43': 16''), durante o encontro do Embaixador com a terrorista. Um segundo momento visível acontece em (01h07': 48''), quando o Embaixador comenta sobre os movimentos estudantis, fazendo alusão ao

assassinato de estudantes. E, por último, na sequência (01h24': 36''), em que os policiais torturam um jovem rapaz com choque elétrico.

Em resposta à revolta e subversão de algumas pessoas, os governos ditatoriais respondiam de maneira violenta. A resistência faz parte das relações de poder, e Foucault (2012) afirma que a luta existe sempre. Quando se refere às relações de poder, aponta para o que chama de “possibilidade de resistência” como algo que faz parte do movimento das relações de poder:

Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. Em toda parte se está em luta [...] e, a cada instante, se vai da rebelião à dominação, da dominação à rebelião. (FOUCAULT, 2012, p. 227).

A luta e os movimentos estudantis da época em que o filme foi realizado eram muito fortes no mundo todo. A França dos anos 70 respirava a liberdade que os movimentos estudantis e greves gerais de 1968 sopravam. MARTINS (1996, p. 101) admite que “[...] os estudantes não se contentaram com as mudanças na política, mas procuraram também ampliar o espaço de liberdade na família, na vida sexual, na escola e em esferas insuspeitadas da vida social [...]”. A resistência naqueles dias não era somente em relação à política, mas também aos costumes, ou seja, às práticas sociais que se transformam, na análise, em discursivas.

Percebemos na sequência (01h07': 48'') o Embaixador Rafael Acosta como um porta-voz dos acontecimentos daquela época. Isso fica visível quando ele se refere aos movimentos estudantis em seu país e faz uma série de enunciações sobre os estudantes, afirmando sua posição contrária às reivindicações deles. Sua fala deixa claro o posicionamento do governo sobre os jovens e o movimento estudantil, e como responde a eles. Podemos ver isso na sequência filmica, em uma conversa entre o Embaixador e alguns de seus convidados:

Sr. Sénéchal: - Notícias de Miranda? Como está a situação lá?

Embaixador: - Bastante calma.

Sr. Sénéchal: - E as guerrilhas?

Embaixador: - Ainda restam algumas, fazem parte de nosso folclore.

Sra. Sénéchal: - Alguns probleminhas com os estudantes?

Embaixador: - Os estudantes são jovens. Precisam se divertir.

Sra. Thévenot: - Qual o comportamento do seu governo em relação a isso?

Embaixador: - **Não somos contra os estudantes. Ao contrário. Mas o que se pode fazer quando se tem um quarto invadido por moscas? Pega-se um mata moscas e pá, pá... (faz um gesto de matar moscas).**

Sra. Thévenot: - Mais moscas. (O DISCRETO..., 1972).

A relação com os acontecimentos da França, país onde Buñuel vivia e filmou *O Discreto Charme da Burguesia*, não pode ser ignorado. Em 1968, os movimentos estudantis explodiram na França e no mundo, inclusive no Brasil. Na França, alcançando seus objetivos em geral, mas no Brasil a ditadura esmagou violentamente as tentativas e apelos por liberdade.

A sequência sobre tortura mais explícita, no filme, acontece quando em uma conversa, um policial conta o caso do Brigadeiro sangrento e como ele agia em relação a outro policial:

Policial 1: - Como estava lhe dizendo, naquela época havia por desgraça um Brigadeiro tão severo...olha a foto, é ele. Anulava todos os nossos esforços para sermos queridos. Apesar de tudo, era um homem bom. (O DISCRETO..., 1972).

Vemos, então, na sequência, o tal Brigadeiro interrogando um jovem na delegacia:

Brigadeiro: – Então, sempre silencioso? Responda sim ou não. (O DISCRETO..., 1972).

Ele se aproxima do jovem e lhe dá um tapa no rosto.

Brigadeiro: - Então, não? Não quer falar? (O DISCRETO..., 1972).

O jovem continua mudo, ele arranca uma corrente do pescoço do rapaz.

Brigadeiro: - Escute, te dou uma última oportunidade. Decide-se a falar ou não? (O DISCRETO..., 1972).

O Brigadeiro aponta para os outros dois policiais que ali estavam e ordena: “Comecem!”

Enquanto conversam sobre a esposa e os filhos, um deles abre a calça do rapaz enquanto outro segura uma corda, e o Brigadeiro intervém:

Brigadeiro: - Não, isso não! Não foi você, foi? É simpático, tem ideias saudáveis, mas sabe quem foi. Então fale. E amanhã poderá sair com sua garota.

Jovem: - Não tenho nenhuma garota.

Brigadeiro: - Está brincando com minha cara? Pior para você, vamos forçá-lo a tocar piano. (O DISCRETO..., 1972).

Vemos um piano cheio de fios de corrente elétrica conectados, e os policiais colocam o jovem dentro do piano. O rapaz grita que não, e um dos policiais diz que não vão matá-lo. O Brigadeiro liga a corrente elétrica, e escutamos os gritos do rapaz. O Brigadeiro desliga a corrente elétrica e pergunta: “Então? Vai falar? Nada de dizer?”. E ele liga a corrente elétrica, e novamente escutamos o jovem gritar.

O terceiro momento em que detectamos “**O barulho que oculta a discreta violência da burguesia**” foi após a prisão do Embaixador e do seu grupo de amigos (1h 28’:24’’). O Brigadeiro (policial) entra na sala, e o Comissário está dormindo sentado na poltrona:

Brigadeiro: - Sente-se mal, Comissário?

Comissário: - É o senhor?

Brigadeiro: - Estava lavando minhas mãos, você chamou?

Comissário: - Não, sonhei que você soltava os prisioneiros.

Brigadeiro: - Eu? (O DISCRETO..., 1972).

Os dois riem.

Comissário: - Sim, o senhor, e parecia um boi degolado. Os sonhos às vezes são tão verdadeiros. (O DISCRETO..., 1972).

O telefone toca (1h28’:51’’), e o Brigadeiro atende.

Brigadeiro: - Alô, sim? Bem, espere. O Ministro do Interior quer lhe falar. (O DISCRETO..., 1972).

O Comissário atende o telefone.

Comissário: - Alô?

Comissário: - Sim, sou eu. Sim, senhorita, eu aguardo. (O DISCRETO..., 1972).

O Ministro entra em sua sala suntuosa e pega o telefone.

Ministro: - Comissário Delecluze? O senhor prendeu o Embaixador de Miranda e seus amigos. Bem, deve soltá-los. Imediatamente.

Comissário: - Senhor Ministro, já há o processo verbal, é impossível.

Ministro: - Deixe o processo se perder e obedeça. Pronto e basta.

Comissário: - Senhor Ministro, poderia conhecer as razões que...

Ministro: - Escute, as nossas relações diplomáticas com a América.... (O DISCRETO..., 1972).

Neste momento, o som alto de um avião cobre as palavras do Ministro, durante a explicação. E o Comissário retruca:

Comissário: - Perdão, não ouvi.

Ministro: - Como não ouviu? Falei com clareza.... (O DISCRETO..., 1972).

O Ministro novamente explica, mas o som alto de outro avião cobre suas palavras.

Comissário: - Sim, está bem, entendi, senhor Ministro. (O DISCRETO..., 1972).

O Comissário desliga o telefone e abre a porta chamando o Brigadeiro que entra logo após, na sala, e diz:

Brigadeiro: - Sim, senhor Comissário?

Comissário: - Solte os prisioneiros. (O DISCRETO..., 1972).

O Brigadeiro retruca, mas não escutamos o que eles conversam porque, novamente, o som alto da máquina de escrever do escriturário abafa as palavras.

Brigadeiro: - Imediatamente, senhor Comissário. (O DISCRETO..., 1972).

Segundo Vidal (2010, p. 286), Buñuel utilizou o sujeito que ocupa a função de Ministro do Interior outras vezes, em outros filmes: *A Idade do Ouro* e *O Fantasma da Liberdade*. De acordo com Vidal, quando o Comissário passa a informação para o policial a seguinte frase é dita: “O exército e a burocracia parecem suficientes razões de Estado”. Contudo, assistindo ao filme, com o barulho alto da máquina de escrever, difícil dizer o que foi dito, e acreditamos que essa era a intenção de Buñuel, ou seja, que o espectador não escutasse nada por causa de um total abafamento da fala. Este sujeito, o Ministro, aparece aqui pela segunda vez em resgate dos burgueses. A primeira vez ocorre quando o Embaixador conta aos amigos que foi parado no aeroporto e pediram para revistar sua bagagem em (11h54’).

Percebemos, nesta terceira sequência fílmica, a reiteração do barulho de avião cobrindo as desculpas do Ministro e do Comissário. Ao lembrar essa sequência, Vidal (2010, p. 288) insinua: “Especialmente trata de questionar muito sutilmente a precariedade de uma ordem baseada por convenções extremamente frágeis”. São tão frágeis pela facilidade com que são manipuladas no emaranhado das relações de saber e poder.

O Comissário comenta, rindo, que sonhou que o Brigadeiro iria soltar os prisioneiros e o mesmo não aceita tal afirmação até receber as ordens. E a afirmação de que “os sonhos às vezes são tão verdadeiros” reafirma que o gesto de lavar as mãos, do Brigadeiro, era uma previsão do que estava por vir.

O ocultamento, como se viu, também é recorrente no filme, como uma estratégia de proteger os interesses do grupo de burgueses. O barulho que encobre as explicações para atos ilegais garante e mantém a segurança do grupo e sua dominação, quando, no caso, não revela detalhes de sua ação ilícita de vender cocaína, ou revela o nome do outro Embaixador criminoso. Isso também ocorre mesmo nos momentos em que ações ilícitas são justificadas, como foi o caso da soltura da prisão do grupo de burgueses, ou então quando oculta a voz da moça para depois levá-la à tortura, em cativeiro.

Buñuel (1972), no filme, recorre à trama surreal, com situações que poderiam ser consideradas absurdas para afirmar seu posicionamento em relação ao Embaixador, ao grupo de burgueses, à Igreja Católica e ao exército. Percebe-se, em seu discurso midiático, uma manipulação nos sentidos do discurso uma vez que, ao utilizar o recurso de barulhos cobrindo



vozes, ele faz uma exposição muito objetiva de coisas que acontecem “por baixo dos panos”, ou seja, não vistas nem escutadas. O barulho, portanto, tem uma função bem clara na trama.

A reiteração do enunciado “**O barulho que oculta a discreta violência da burguesia**” pode ser percebida em várias sequências fílmicas. Buñuel empregou um recurso simples, mas brilhante, para evidenciar os mecanismos de poder que permeiam as relações nesse filme. Para abafar vozes, explicações, julgamentos e reivindicações, ele utilizou sons do dia a dia, como os sons de carro, avião, máquina de escrever e de sirene de uma fábrica. Neste caso o que vemos é como o grupo de amigos burgueses consegue, através de estratégias específicas, efetivamente controlar situações a seu favor.

No próximo capítulo traçaremos breves considerações finais sobre esta pesquisa.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar o filme *O Discreto Charme da Burguesia*, de Luis Buñuel (1972), por meio de alguns conceitos arqueogenealógico, de Michel Foucault.

Em Foucault, detivemo-nos nos conceitos “saber” e “enunciado discursivo” em suas relações com o “poder” e “verdade”. Além disso, à medida que a pesquisa foi-se definindo, concentramo-nos também em aspectos da vida de Luis Buñuel, do cinema surrealista, e em aspectos da ditadura militar sul-americana e do Brasil. A vida de Buñuel levou-nos também a desejar estudar algumas relações entre Marx, teórico principal do posicionamento deste diretor, e Foucault, e isso também foi delineado neste trabalho.

A teoria de Análise de Discurso de Michel Foucault permitiu-nos apreender as relações de poder e saber no discurso fílmico de Luis Buñuel, e desvendar as menores nuances desses mecanismos exercidos pelos sujeitos ali apresentados: sujeitos burgueses.

Um filme, assim como outras obras de arte, tem o potencial de nos sensibilizar das mais variadas maneiras. A obra que escolhemos para analisar nesta pesquisa, particularmente pelas provocações, faz-nos questionar a respeito do mundo em que vivemos, seus mecanismos e efeitos do poder.

Analisar este filme e revelar as práticas das relações de saber e poder ali perpetuados pelo discurso imagético de Buñuel, por meio de suas imagens, sons e personagens, é extremamente importante. Com isto passamos a perceber como as relações de poder se dão numa esfera de micropoderes que passam quase despercebidas, mas que Buñuel mostra, em seu filme, através de uma lente de aumento surrealista.

Escolhemos algumas sequências que se associam dentro do mesmo campo discursivo a partir de três excertos específicos que demonstram barulhos e silenciamentos, ocultando situações e comportamentos e reiterando o enunciado desta investigação.

Observamos o posicionamento do grupo dos burgueses, ao longo do filme, demarcando como os seus saberes o instrumentalizam de modo a dominar as situações a seu favor. Através de gestos, palavras e saberes sedimenta-se o poder que permeia todo o movimento desse grupo. O poder para Foucault não é algo necessariamente negativo, mas pode desencadear a dominação de um grupo sobre outro. O que vimos aqui não foi uma dominação completa de um grupo sobre outro, mas um movimento sutil em que os procedimentos de poder são constantemente “reajustados, reforçados e transformados”, como diz Foucault (2006, p. 249), oferecendo espaços para a criação de uma diversidade de relações de dominação.

As situações nas quais o grupo dos burgueses está envolvido e que são o foco central deste filme de Buñuel demonstraram enunciativamente a formação de um discurso de como este grupo coordena saberes, já que desenvolve constantemente fortes estratégias em que se percebe “[...] uma produção multiforme de relações de dominação [...]” (FOUCAULT, 2006, p. 249).

Percebe-se no discurso midiático de Buñuel uma manipulação nos sentidos dos discursos de governos ditatoriais, da Igreja Católica e do grupo de burgueses. Ou seja, o grupo em destaque sempre fica ileso, independente dos atos ilícitos que comete. O Embaixador, que personifica os governos ditatoriais, apesar de ser criticado em alguns momentos por seus pares, não sofre nenhum tipo de sanção. O Monsenhor, que representa a Igreja Católica, comete atos extremos, como matar um ser humano, mas mesmo assim ele se sujeita às vontades dos outros burgueses que o acobertam.

O conceito de Foucault sobre a formação da burguesia aponta os caminhos escolhidos por esse grupo no discurso imagético de Buñuel. Os burgueses caminham aproveitando-se dos dispositivos de controle que vão surgindo. Com isso, dominam as situações da melhor maneira que encontram, utilizando seus saberes que lhes conferem posições e facilitam assim certas ações, o que não significa que necessariamente se organizam e planejam dominar e controlar. E da mesma maneira outros grupos, como é o caso dos terroristas e estudantes, e mesmo dos policiais, demonstram resistência a esse movimento dos burgueses.

Em 1972, Buñuel produziu verdades através desse discurso imagético e surreal, demonstrando como as estratégias de ocultamento - falas escondidas sob algum barulho, e as relações de saber, transbordam o poder que é exercido muitas vezes através de coerções.

O saber e o poder manifestos em formações discursivas e visualizados por meio da pesquisa arqueogenológica de Foucault possibilitou-nos observar discursos que apontam para o real da sociedade em vivemos.

Desta maneira o enunciado que encontramos nesta pesquisa nos apresenta condutas que estão saturadas com nossa atualidade histórica, e demonstra através de identificações ainda muito atuais, como os burgueses se relacionam e se aproximam do modo que elaboram saberes. As normas e condutas especificamente criadas por e para este grupo, nesse processo, produz efeitos de poder e de dominação para todo o corpo social.

Essa é a luta que a sociedade vai travando enquanto caminhamos. Vamos criando mais e mais dispositivos disciplinares, de vigilância e de controle. Tornando-nos sujeitos através das nossas práticas, produzindo saberes dessas articulações diárias, materializamos nossos discursos em manifestações históricas, e assim descontinuamente seguimos.

## REFERÊNCIAS

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- AUMONT, J. **A imagem**. 2a. ed. Campinas: São Paulo, 1995.
- BARROS, D. L. P. **Teoria Semiótica do Texto**. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 3a. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BERALDO, J. B. **Guerrilhas e guerrilheiros**. São Paulo: Edições Populares, 1981.
- BETTO, F. **Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Marighella**. 10a. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1991.
- BÍBLIA de Jerusalém. Tradução do texto em português diretamente dos originais. São Paulo: Paulus, 2012.
- BRANCO, C. C. **Introdução à Revolução de 1964: a queda de João Goulart**. São Paulo: Editora Artenova S.A, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Os militares no poder**. Tradução Rita Braga. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRETON, A. **Manifestos do surrealismo**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001.
- BUÑUEL, L. **Meu último suspiro**. Tradução Rita Braga. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CASANOVA, P. G. **América Latina: história de meio século**. Tradução Marcos Bagno. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.
- CROUZET, Maurice. **História geral das civilizações VII. A época contemporânea. O declínio da Europa. O Mundo Soviético**. Tradução: J.Guisnburg e Vítor Ramos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1958.
- DANTO, A. **Após o fim da arte: a arte contemporânea e os limites da história**. São Paulo: Odisseus Editora, 2006.
- DELEUZE, G. **Foucault**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DISCRETO Charme da Burguesia. Direção: Luis Buñuel. Produção: Serge Silberman. Intérpretes: Fernando Rey; Paul Frankeuneur; Delphine Seyrig; Jean-Pierre Cassel; Stéphane

Audran; Michel Piccoli; Bulle Ogier; Julien Bertheau; Milena Vukotic; Maria Gabliella Maione; Claude Pieplu; Muni François Maistre; Pierre Maguelon; Maxence Mailfort. [S.l.]: Dean Film; Greenwich Film Production; Jet Film S.A., 1972. 1 DVD (102 min), color., 35 mm.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 1 arquivo digital.

ENGELS, F. Prefácio. In: MARX, K. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

FER, B. **Realismo, Racionalismo, Surrealismo: a arte no entre guerras**. Tradução Cristina Fino. São Paulo: Cosac & Naif Edições, 1998.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1972.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b. 1 arquivo digital.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 2a. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Estratégia saber e poder**. [Ditos e escritos]. Manoel Barros da Motta (Org.). Elisa Monteiro (Trad.). 2a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2012. v. 4. (Ditos e Escritos; v. 2). ISBN 85-218-0366-4.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 14a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013b.

\_\_\_\_\_. **O governo de si mesmo e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)**. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Repensar a política**. [Ditos e escritos]. Manoel Barros da Motta (Org.). Ana Lúcia Paranhos Pessoa (Trad.). 2a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2010a. v. 6. (Ditos e Escritos; v. 2). ISBN 85-218-0366-4.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território e população: curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008a. 1 arquivo digital

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013a.

FRANCO JÚNIOR, H. **A Idade Média: nascimento do ocidente**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001. 1 arquivo digital.

GASPAR, N. R. **Foucault na linguagem cinematográfica**. 2004. -- f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa)– Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.

GASPAR, N. R.; MILANES, N. (Orgs.). **A (des) ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

GASPAR, N.; PAJEÚ, H. M.; MUSSARELLI, F.; ANDRETTA, P. I. S.; TORRES, R. F.; PERREIRA, A. B. (Orgs.). **Discurso e leitura de imagem**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

GASPARI, E. **As ilusões armadas**: a ditadura escancarada. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GIANNOTTI, J. A. **Karl Marx**: manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. Tradução José Carlos Bruni et al.. 2a. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções 1789-1848**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Ecos da Marselhesa**: dois séculos revêem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Sobre a História**. São Paulo: Editora SCWARCZ, 2006.

\_\_\_\_\_. **Revolucionários ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2003.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

IANNI, O. **O labirinto latino americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

JACQUES, L. **América latina**: estruturas sociais e instituições políticas. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1969.

JANSON, H.W.; JANSON, A. F. **Iniciação à história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KYROU, A. **Luis Buñuel**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966.

MACHADO, R. **Ciência e Saber**: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 14a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

MARX, K. **A burguesia e a contra-revolução**. São Paulo: Ensaio, 1987.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã (feuerbach)**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

\_\_\_\_\_. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo. 1a. ed. S.l.: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário de Napoleão Bonaparte**. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1979. v. 1.

\_\_\_\_\_. **O manifesto comunista.** Porto Alegre: L&PM POCKET, 2011.

MARTINS FILHO, J. R. **A formação do estado populista na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. **A rebelião estudantil.** Campinas: Mercado das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968.** Campinas: Papyrus, 1987.

MARQUES, S. **Hispanismo e erotismo o cinema de Luis Buñuel.** São Paulo: Annablume, 2010.

METS, C. **A significação no cinema.** Tradução Jean-Claude Bernardet. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOTTA, M. B. (Org.). Apresentação. In: FOUCAULT, M. **Repensar a política.** Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos & Escritos, v. VI).

MOTTA, M. B. (Org.). Apresentação. In: FOUCAULT, M. **Estratégia saber e poder.** Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Ditos & Escritos, v. IV).

NADEAU, M. **História do surrealismo.** São Paulo: Perspectiva, 2008. (Debates).

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: EDUNICAMP, 1988.

PERROY, E. **A Idade Média: os tempos difíceis.** Tradução Pedro Moacyr Campos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

PONGE, R. (Org.). **Surrealismo e novo mundo.** Editora da Universidade: UFRGS, 1999.

REVISTA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. **Caderno Especial número 2.** Rio de Janeiro: Editora civilização Brasileira, 1968.

RIBEIRO, D. **América Latina: a pátria grande.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

SANTAELLA, L; NÖTH, W. **Imagem: cognição, semiótica, mídia.** 4a. ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.

SCANTIMBURGO, J. **O destino da América Latina.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** Campinas: Paz e Terra, 1988.

STEPAN, A. **Os militares: da abertura à Nova República.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975.

SILVA, H. **1964: golpe ou contragolpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

TASSO, I. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória**. 1a. ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

UM CÃO Andaluz: idade do Ouro. Direção: Luis Buñuel. Produção: Luis Buñuel, Pierre Braunberger. Interpretes: Simone Mareuil; Pierre Batcheff; Luis Buñuel; Lya Lys; Max Ernst; Germaine Noizet. [S.1]: Versátil Home Vídeo, 1929.1 DVD (80min), p&b., 35mm.

VIDAL, A. S. **Luis Buñuel**. Madrid. Cátedra, 1994.

XAVIER, I. **O discurso cinematográfico**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

WEFFORT, F. **Os clássicos da Política**. São Paulo: Editora ática, 2011.